



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/ INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

EDUARDO JORDAN DA SILVA AGUIAR

Sob Orientação do Professor
Dr. Fernando César Gouvêa

**ENTRE O GIZ, O FUZIL E A MEMÓRIA: AS/OS PROFESSORAS/ES
EM NOVA IGUAÇU DURANTE A DITADURA MILITAR (1964-1985).**

Tese submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de **Doutor em
Educação**, no curso de Pós-Graduação
em Educação, Contextos
Contemporâneos e Demandas
Populares, Área de concentração em
Educação, Contextos Contemporâneos
e Demandas Populares.

Seropédica/Nova Iguaçu, RJ
Outubro de 2025

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A282 e Aguiar , Eduardo Jordan da Silva , 1988-
 Entre o giz, o fuzil e a memória: as/os
professoras/es em Nova Iguaçu durante a ditadura
militar (1964-1985). / Eduardo Jordan da Silva
Aguiar . - Seropédica; Nova Iguaçu, 2025.
 168 f.: il.

 Orientador: Fernando César Ferreira Gouvêa.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Educação,
Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, 2025.

 1. Ditadura Militar. 2. História da Educação. 3.
Professores/as. 4. Nova Iguaçu. 5. Estado do Rio de
Janeiro. I. Gouvêa, Fernando César Ferreira, 1961-
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Programa de Pós-graduação em Educação,
Contextos Contemporâneos e Demandas Populares III.
Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES



TERMO Nº 945 / 2025 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)

Nº do Protocolo: 23083.063162/2025-48

Seropédica-RJ, 30 de outubro de 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

EDUARDO JORDAN DA SILVA AGUIAR

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Doutor**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

TESE APROVADA EM 20/10/2025

Membros da banca:

FERNANDO CESAR FERREIRA GOUVEA. Dr. UFRRJ (Orientador/Presidente da Banca).

RAMOFLY BICALHO DOS SANTOS. Dr. UFRRJ (Examinador Interno).

ANGELA MARIA SOUZA MARTINS. Dra. UNIRIO (Examinadora Externa à Instituição).

FERNANDO HENRIQUE TISQUE DOS SANTOS. Dr. UFRB (Examinador Externo à Instituição).

PETER SANA. Dr. SEE (Examinador Externo à Instituição).

(Assinado digitalmente em 30/10/2025 21:16)
FERNANDO CESAR FERREIRA GOUVEA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptTPE (12.28.01.00.00.00.24)
Matrícula: 1667143

(Assinado digitalmente em 01/11/2025 15:39)
RAMOFLY BICALHO DOS SANTOS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptECMSD (12.28.01.00.00.00.22)
Matrícula: 1426576

(Assinado digitalmente em 31/10/2025 00:14)
ANGELA MARIA SOUZA MARTINS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 351.423.917-72

(Assinado digitalmente em 31/10/2025 08:03)
FERNANDO HENRIQUE TISQUE DOS SANTOS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 037.047.899-17

(Assinado digitalmente em 04/11/2025 22:58)
PETER SANA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 057.518.227-06

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **945**, ano: **2025**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **30/10/2025** e o código de verificação: **083ea514d5**

*Dedico esse texto à minha avó paterna, **Dona Jandira**. Minha avó materna, **Dona Ana** e meu pai, **Eduardo Lopes**, que partiram durante o percurso dessa pesquisa. “Em cada batida do meu coração, há uma dose de saudade.”*

Dedico também esse texto à Dona Lírian Tabosa, que nos deixou há poucos meses. Escritora e poeta iguaçuana perseguida na Ditadura Militar e teve que se exilar. Sem sombras de dúvidas, uma das maiores personalidades da cultura de Nova Iguaçu.

Dedico, igualmente, esse texto a todas as pessoas perseguidas, silenciadas e de alguma forma vítimas da Ditadura Militar em Nova Iguaçu, em especial ao seu Bráulio Rodrigues da Silva que, por diversas vezes, foi preso.

AGRADECIMENTOS

Esse agradecimento foge um pouco dos protocolos...

Quero agradecer à minha vovó Jandira, que pouco pisou em uma sala de aula. Baiana, lavadeira, empregada doméstica e, acima de tudo, uma das pessoas mais incríveis deste mundo gigantesco. O morro de Pau Miúdo, em Salvador, nunca mais foi o mesmo desde a sua partida deste plano. Penso em você sempre e lembro, como se fosse hoje, quando disse, toda orgulhosa, que seu neto carioca era “estudado”.

À minha vovó Ana, que sempre separava livros de história para me dar. Sei do seu sacrifício para criar sete filhos, inclusive a minha mãe. Ao meu pai, que teve que largar os estudos na 4ª série do Ensino Fundamental para cuidar dos irmãos mais novos enquanto minha avó trabalhava. Queria muito que você estivesse aqui para ver esta conquista. Você foi o melhor pai que a vida poderia me dar. Obrigado pela proteção e por sempre tentar cuidar de todos nós.

Esta conquista é a realização de muitas gerações da minha família que foram excluídas de uma educação pública e de qualidade.

Essa outra parte é para as pessoas que estão aqui...

Dedico este momento da minha vida à minha mãe, que abandonou o sonho de fazer faculdade para cuidar de mim e da minha irmã, e enfrentou o peso do mundo em suas costas quando decidiu que merecia ser feliz. Obrigado por tudo!

À minha companheira, Débora: obrigado por dividir as alegrias, tristezas, perdas, felicidades e realizações desta vida comigo. E não há palavras para agradecer o maior presente de todos: Antônio. Amo vocês!

Ao meu orientador e amigo, Fernando Gouvêa: não acredito em acaso nesta vida, e não poderia ter tido um orientador melhor. Sua humanidade, companheirismo, exatidão, retidão e alegria de viver foram fundamentais na escrita desta pesquisa. Você é uma inspiração!

Aos meus orientadores da graduação e do mestrado, Ramofly Bicalho e Marília Campos: vocês contribuíram muito para que eu chegasse até aqui.

Deixo também meu agradecimento aos meus diretores e diretoras das escolas em que leciono, pelo companheirismo nessa difícil empreitada de ser, ao mesmo tempo, pesquisador e trabalhador.

Quando entrei no doutorado, em 2021, o Brasil vivia o ápice da pandemia de Covid-19. Dedico esta pesquisa a todos os sonhos, pesquisas, projetos e pré-projetos encerrados abruptamente — em grande parte, por culpa de governos negacionistas.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

RESUMO

AGUIAR, Eduardo Jordan da Silva. **Entre o giz, o fuzil e a memória: as/os professoras/es em Nova Iguaçu durante a ditadura militar (1964-1985)**. 2025. 168p. Tese (Doutorado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2025.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar ações repressivas direcionadas as/os professoras/es, bem como os impactos da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) no campo educacional da cidade de Nova Iguaçu, Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. A metodologia adotada fundamenta-se em três eixos principais: (a) a análise da história da educação local em articulação com a dinâmica política do município; (b) a valorização da memória dos sujeitos envolvidos no processo educacional — professores/as, alunos/as e diretores/as; e (c) a investigação das consequências e do legado da Ditadura Civil-Militar no contexto educacional de Nova Iguaçu. Sendo assim, serão realizadas entrevistas, além de referencial bibliográfico, com o intuito de captar as memórias e trajetórias dos/as professores/as que atuaram nas escolas — em diferentes níveis — durante o período de 1964 a 1985, visando reconstruir aspectos da experiência educacional sob os efeitos da Ditadura Civil-Militar. Dessa forma, ao dialogar com a história do município e com a história da educação na região iguaçuana, buscamos compreender a interferência da Ditadura Militar nas ações de professoras/es, diretoras/es que, de alguma forma, se posicionaram contrariamente ao regime antidemocrático. Pretende-se, ainda, evidenciar os impactos de mais de duas décadas de regime autoritário na educação local, marcada por intensa agitação política e pela alternância de onze prefeitos nos primeiros dez anos da Ditadura Militar em Nova Iguaçu que culminaram na queda da qualidade do ensino, em escolas, antes, consideradas modelo; precarização da infraestrutura de escolas, defasagem salarial dos professores. Assim, a presente pesquisa torna-se especialmente relevante diante do avanço da extrema-direita e dos recorrentes apelos pela retomada de regimes autoritários, ao buscar evidenciar que a Ditadura Militar foi profundamente danosa para o campo educacional em Nova Iguaçu. Para além do comprometimento estrutural da educação, o período foi marcado por vigilância constante, repressão sistemática e um ambiente de medo imposto às/aos professoras/es. Este trabalho contribui para o enfrentamento desse processo e do apagamento das resistências/lideranças locais. Nesse sentido, revisitar a história da educação iguaçuana durante a Ditadura Civil-Militar torna-se não apenas uma necessidade acadêmica, mas um ato de resistência. Essa retomada crítica permite evidenciar os desdobramentos da repressão, da vigilância e da precarização do trabalho docente, além de denunciar os mecanismos de silenciamento que persistem até os dias atuais.

Palavras -Chave: Ditadura Militar. História da Educação. Professores/as. Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro, 1964-1985.

ABSTRACT

AGUIAR, Eduardo Jordan da Silva. **Between Chalk, the Rifle, and Memory: Teachers in Nova Iguaçu during the Military Dictatorship (1964–1985)**. 2025. 168p. Thesis (Doctorate in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2025.

The general objective of this research is to analyze repressive actions directed at teachers, as well as the impacts of the Civil-Military Dictatorship (1964–1985) on the educational field in the city of Nova Iguaçu, located in the Baixada Fluminense region of the State of Rio de Janeiro. The methodology adopted is based on three main axes: (a) the analysis of the history of local education in connection with the political dynamics of the municipality; (b) the valorization of the memory of the subjects involved in the educational process — teachers, students, and principals; and (c) the investigation of the consequences and legacy of the Civil-Military Dictatorship in the educational context of Nova Iguaçu. Accordingly, interviews will be conducted, in addition to bibliographical research, with the aim of capturing the memories and trajectories of the teachers who worked in schools — at different levels — during the period from 1964 to 1985, seeking to reconstruct aspects of the educational experience under the effects of the Civil-Military Dictatorship. Thus, by engaging with the history of the municipality and the history of education in the Iguaçu region, we seek to understand the interference of the Military Dictatorship in the actions of teachers and principals who, in some way, positioned themselves against the anti-democratic regime. Thus, this study becomes especially relevant in light of the rise of the far right and the recurring calls for the restoration of authoritarian regimes, as it seeks to demonstrate that the Military Dictatorship was profoundly damaging to the educational field in Nova Iguaçu. Beyond the structural undermining of education, the period was marked by constant surveillance, systematic repression, and an atmosphere of fear imposed on teachers. This work contributes to confronting this process and the erasure of local resistances and leaderships. In this sense, revisiting the history of education in Nova Iguaçu during the Civil-Military Dictatorship becomes not only an academic necessity but also an act of resistance. This critical revisiting makes it possible to highlight the unfolding effects of repression, surveillance, and the deterioration of teachers' working conditions, while also denouncing the mechanisms of silencing that persist to this day.

Key words: Military Dictatorship. History of Education. Teachers. Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro, 1964–1985.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Mapa da Antiga Vila de Iguassú de 1837	24
Figura 02: Mapa da Vila de Iguassú de 1872- detalhamento de rios da região.....	25
Figura 03: Emancipações da cidade de Nova Iguaçu.	42
Figura 04: Mapa da Vila de Iguassú em 1972.....	58
Figura 05: Mapa com a divisão de escolas por distrito em Nova Iguaçu -1960	70
Figura 06: Material didático para o Curso Normal do Instituto de Educação Rangel Pestana.	76
Figura 07: Índice das matérias do material didático do Curso Normal (1969).	76
Figura 08: Frente do prédio Grupo Escolar Rangel Pestana	77
Figura 09: Professores/as consideram caótica a situação do ensino no Município.....	81
Figura 10: Diocese de Nova Iguaçu vai apurar denúncia que envolve Cel. Zamith no sequestro de Dom Adriano Hypólito.	89
Figura 11: Expurgo no funcionalismo estadual - RJ (1964).	99
Figura 12: Moça (aluna da UFRRJ) fugiu do DOPS saltando da Janela.....	124
Figura 13: Assembleia do MAB foi um marco na luta pela democracia.	126
Figura 14: Magistério tem solidariedade da Igreja, do MAB, do CBA, dos presos políticos da população.....	128
Figura 15: Pânico em Vila de Cava.....	130
Figura 16: Professores consideram caótica a situação do ensino no Município.	131
Figura 17: A Dura realidade da Escola Municipal Monteiro Lobato.....	139
Figura 18: Baixo rendimento escolar nas escolas de Nova Iguaçu.	140
Figura 19: Mais um ano de abandono no ensino municipal de Nova Iguaçu.....	141

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Distribuição de escolas por freguesias em 1883.....	62
Tabela 02: Distribuição por distrito das escolas públicas e estaduais em Nova Iguaçu em 1940	69
Tabela 03: Educação Escolar em Nova Iguaçu em 1968	71
Tabela 04: Escolas em Nova Iguaçu 1968 X 1975.....	145

LISTA DE ABREVIACÕES

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

IERP – Instituto de Educação Rangel Pestana

IESA – Instituto de Educação Santo Antônio

IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

CEB's – Comunidades Eclesiásticas de Base

CEDIM – Centro de Documentação do Instituto Multidisciplinar – UFRRJ/NI

CDJP – Comissão Diocesana de Justiça e Paz.

CPT – Comissão Pastoral da Terra.

MAB – Movimento de Amigos de Bairro de Nova Iguaçu

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PT- Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PDS – Partido Democrático Social

NI – Nova Iguaçu

SEPE – Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação.

RJ – Rio de Janeiro.

USAID - United States Agency for International Development

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 CAPÍTULO I – DOS INDÍGENAS JACUTINGAS À CIDADE-MÃE: UM BREVE HISTÓRICO DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU.	19
1.1 Nova Iguaçu e a Baixada Fluminense	21
1.2 Caminhos do Iguassú.....	23
1.3 Caminhos dos primeiros habitantes.....	24
1.4 Caminhos da cana-de-açúcar e do ouro.....	28
1.5 Os caminhos do ouro, do café e a criação da Vila de Iguassú.....	31
1.6 Caminho da Liberdade.....	34
1.7 A decadência, a ferrovia e a laranja.....	37
1.8 A industrialização e os loteamentos.	39
1.9 Resistência camponesa e popular frente às transformações econômicas e sociais em Nova Iguaçu.....	45
2 CAPÍTULO II – NO MEIO DO CAMINHO TINHA UM RIO IGUASSÚ E ALGUMAS ESCOLAS: AS PRIMEIRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO EM NOVA IGUAÇU.....	51
2.1 Instituições e Grupos de Pesquisas sobre Nova Iguaçu: história e educação	51
2.2 A História da Educação de Nova Iguaçu: um inventário necessário.....	53
2.3 Das Escolas de Primeiras Letras aos Institutos de Educação: histórico das instituições de ensino de Nova Iguaçu.	56
2.4 Laranja, lotes e escolas: Nova Iguaçu e as instituições de ensino no século XX. 62	
2.5 O Instituto de Educação Rangel Pestana	72
3 CAPÍTULO III: ENTRE GIZ, O FUZIL E A MEMÓRIA: AS/OS PROFESSORES/AS EM NOVA IGUAÇU DURANTE A DITADURA MILITAR.	79
3.1 A memória e o fuzil: Metodologia e importância dessa pesquisa	81
3.2 Ditadura Militar no contexto da educação.....	95
3.3 O Expurgo na Educação.	98
3.4 Os interesses privados na educação no período militar.....	100
3.5 Ditadura Militar em Nova Iguaçu: Instabilidade política e rupturas.	107
3.6 Ditadura Militar e a Educação em Nova Iguaçu.....	112
3.7 O Medo além do Medo: Esquadrão da Morte durante a Ditadura Militar	114

3.8	O Fuzil e o Giz: -Repressão, vigilância e a resistência dos professores/as durante a Ditadura Militar	119
3.9	O Movimento Amigos dos Bairros, professores e a resistência à Ditadura Militar.	125
3.10	As consequências da Ditadura Militar para a Educação em Nova Iguaçu.	138
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
5	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	151
5.1	Acervos Documentais.....	159
5.2	Períodicos	159
5.3	Entrevistas	159
	Apêndice A– Outras produções relevantes na área de História da Educação de Nova Iguaçu e da Baixada Fluminense.....	160
	APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido dos entrevistados: Eliete Menezes, Salomão Baroud David e Vera Abranches.....	162

INTRODUÇÃO

“É preciso ver o que não foi visto, ver outra vez o que se viu já, ver na primavera o que se vira no verão, ver de dia o que se viu de noite, com o sol onde primeiramente a chuva caía, ver a seara verde, o fruto maduro, a pedra que mudou de lugar, a sombra que aqui não estava.

É preciso voltar aos passos que foram dados, para repetir e para traçar caminhos novos ao lado deles. É preciso recomeçar a viagem. Sempre.”

(José Saramago, 1994).

Eu sou fruto da educação pública e de políticas públicas, principalmente do Partido dos Trabalhadores. Estudei desde sempre em escolas públicas e, senão fosse o Bolsa Família, provavelmente não teria terminado o ensino médio, pois meu pai perdeu o emprego e o programa de assistência alimentar contribui para que eu não precisasse largar os estudos (como muitos amigos meus). Apesar disso fazia meus ‘bicos’ para ajudar em casa. Por conta disso tive que adiar o ‘sonho da faculdade’ e comecei a trabalhar aos 18 anos. Adiante, entrei no Pré-vestibular comunitário da Catedral dos professores Nipson e Nixon e consegui entrar na UFRRJ, para licenciatura em História no noturno. O REUNI e as bolsas permanência me ajudaram a se manter na Universidade, ao mesmo tempo que trabalhava para ‘ajudar em casa. Nesse período morei em um apartamento do programa Minha Casa, Minha Vida.

Na UFRRJ, conheci o Programa de Ensino Tutorial – PET Educação do Campo e Movimentos Sociais no qual podemos nos debruçar sobre a historicidade e luta de diversos movimentos sociais e populares da Baixada Fluminense. Posto isto, desde a monografia ao Mestrado em Educação na UFRRJ, analisamos questões ligadas à luta popular e camponesa, Educação do campo, Educação popular, lideranças e problemáticas locais de e/ou ligados à Nova Iguaçu. Na monografia, no curso de História, investigamos a organização e resistência dos camponeses em Pedra Lisa na Baixada Fluminense nas décadas de 1940 a 60. Lavradores, autoidentificados como posseiros, organizaram-se e mobilizaram-se de tal forma que romperam com paradigmas políticos e sociais da época ao se inserirem, pela sua organização e reivindicações, no cenário e jogo político da Baixada. Tive a grande honra de conhecer seu Bráulio Rodrigues da Silva que foi uma grande liderança popular da Baixada Fluminense. Seu Bráulio contribui diretamente com movimentos como Comissão Pastoral da Terra, Movimento Amigos do Bairro, Assentamento Terra Prometida, Pedra Lisa entre outros.

analisar e ressaltar a importância da memória dos agentes sociais e políticos da luta camponesa nas décadas de 1950 a 1960, ocorrida em Pedra Lisa, antes do Golpe Empresarial-

Militar de 1964, trazendo-a dinamicamente através de processo de pesquisa participante e pesquisa ação para alguns segmentos sociais de Pedra Lisa na atualidade (2016-7). Nesse contexto, recortamos a experiência da construção da Escola Popular de Alfabetização de crianças e adultos realizada pela Associação de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, como expressão das experiências de Educação Popular em emergência no referido contexto. Nitidamente, a escola de cunho popular buscou ir além do seu papel, primário, de ler e escrever: —a escola ensinava também coisas sobre a vida. O desenvolvimento desse projeto nos proporcionou conhecer histórias, sonhos, sujeitos. Fica registrado as tardes ouvindo seu Josimar F. da Silva, coordenador atual da Associação de Lavadores e Trabalhadores de Pedra Lisa, falando com entusiasmo e indignação sobre os problemas dos lavradores de sua região. Nesse sentido, organizamos juntamente com diversas lideranças locais um Seminário/ Encontro denominado: ‘Memória da Luta pela terra em Pedra Lisa’.

Dessa forma, sempre tive em mente de conceder um retorno, através de minha pesquisa e estudo, a comunidade local, ou seja, de contribui, minimamente, para desvendar, amplificar, esclarecer e buscar alternativas para os problemas locais da minha cidade/bairro. Penso sempre no diálogo que as Universidades precisam ter com a comunidade local e com as cidades mais periféricas. Nesta perspectiva chegamos ao objetivo de investigar a educação em Nova Iguaçu durante a Ditadura Civil – Militar e os impactos dos Anos de Chumbo em cidades periférica e longes dos holofotes da imprensa carioca. Assim, um fato me despertou, além de outras questões, à temática central dessa pesquisa e me deixou bastante inquieto.

Sobre a minha inquietude que levou ao tema dessa pesquisa: lembro-me da história que circulava em Cabuçu¹, onde moro, sobre um senhor temido por todos, que era sempre procurado para resolver problemas na região. Há pouco tempo, em 2014, após seu falecimento, fiquei sabendo que se tratava do Coronel Reformado Paulo Malhães. Esse personagem atuou como torturador, durante o Regime Militar, fato que confessou na Comissão da Verdade, em 2014.

Dentre as ações do coronel, destaca-se a gestão de um centro clandestino em Petrópolis, coloquialmente, conhecido como Casa da Morte, local em que a tortura era rotina. A atuação de Malhães na Casa da Morte, entre 1970 e 1972, consistiu em interrogar e torturar suspeitos, opositores/as políticos/as da Ditadura. Muitos/as desses/as presos/as acabavam mortos/as. (Comissão Estadual da Verdade, 2014).

¹ Bairro do município de Nova Iguaçu.

No depoimento à Comissão da Verdade, o torturador contou que os cadáveres eram mutilados com destruição das digitais e da arcada dentária para dificultar a identificação. Malhães, também, relatou à Comissão que recebeu ordem do Centro de Informações do Exército (CIE) para ocultar a ossada do ex-deputado Rubens Paiva, que foi torturado e morto após ser preso em sua casa no Rio de Janeiro, em 1971.

Depois de tanta barbárie, o coronel reformado, morava, ou melhor, se escondia, em um pacato sítio em Nova Iguaçu há muito tempo. Tudo isso me deixou pensativo: ‘Como nós não conhecemos a história de nossa região, ainda mais as partes interligadas a um período tão sombrio como a Ditadura Militar ao ponto de exaltar um ser tão indigno’ Por isso, ‘é preciso voltar aos passos que foram dados, para repetir o nosso sonoro não à ditadura e para traçar caminhos novos sempre ao lado da democracia’.

A Baixada Fluminense², assim como Nova Iguaçu, esconde vestígios, histórias, traumas, e silenciamentos que necessitam ser explorados, investigados, analisados para quem sabe, assim, possamos contribuir para uma valorização e desenvolvimento da região (Torres, 2004).

O Golpe Civil-Militar de 1964 completou sessenta anos, em 31 de março de 2024. Esse evento levou o Brasil a vinte e um anos de um regime que perseguiu, torturou e matou quem fosse contra as suas ideias. Decerto que, desde a abertura democrática, temos diversos trabalhos nas mais vastas áreas que versam sobre o período e buscam trazer à luz diversas chagas que a Ditadura deixou nos/as brasileiros/as. Todavia, em cidades periféricas como Nova Iguaçu, ainda são poucos trabalhos que se debruçam sobre essa temática e, especificamente na área de educação. Pesquisar sobre a educação em Nova Iguaçu, nos Anos de Chumbo, é rememorar um passado tão presente em ruas, monumentos, praças ou escondido em pequenos sítios como o do Coronel Malhães.

Um dos feitos da Ditadura foi suprimir o debate acerca da Educação Pública e de sua qualidade, questão levantada por nomes como Florestan Fernandes, Paulo Freire, Fernando Azevedo, Anísio Teixeira e outros que foram perseguidos e/ou buscaram asilos em países vizinhos, para não serem mortos. A problemática inicial dessa pesquisa é, justamente,

² Baixada Fluminense refere-se principalmente à região pela qual a malha urbana do Rio de Janeiro se expandiu, em grande parte, ao longo dos ramais ferroviários de subúrbio. Ocupa o território que está no norte da Cidade do Rio de Janeiro, formada pelos municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti, e Seropédica. (Torres, 2004).

entender como a Ditadura Militar chegou e permaneceu na área da educação de Nova Iguaçu por vinte e um anos.

Levantamos os seguintes questionamentos: “Como professores/as, diretores/as, e pessoas, que de alguma forma não concordavam com o regime antidemocrático, foram tratados/as? Qual foi o resultado de mais de duas décadas de regime autoritário, na educação local, na qual houve intensa agitação política, junto ao revezamento de onze prefeitos na governança da cidade nos primeiros dez anos da Ditadura Militar?

Para tentar responder a tais questões, entendemos que não basta a abordagem direta do período Militar, visto que os/as professores/as, diretores/as e outros atores do cenário educativo estão ligados à História da Educação, da qual não se pode prescindir para entendimento geral do assunto. Postulamos que para entender a ditadura e seus reflexos em Nova Iguaçu, é necessário conhecer a história da cidade.

Assim, no primeiro capítulo, apresentamos um histórico da cidade de Nova Iguaçu, desde o período Colonial, englobando os embates dos europeus com os nativos locais, jacutingas até meados do século XX. Nessa seção, percorre-se a história local, desde os primeiros habitantes indígenas, a plantação de cana, o caminho do ouro, do café, os quilombos, a plantação de laranjais, a onda desenfreada e desorganizada de loteamentos e as emancipações. Para tanto, dialogamos com pesquisadores locais que faziam parte do Instituto de Geografia e História de Nova Iguaçu (IGHNI) e outras literaturas produzidas, academicamente, sobre a região. Nesse primeiro capítulo, destacamos as obras de Batista (2013); Le Goff (1990); Pereira (1977); Almeida (2000); Gomes 1992); Souza (1992); Alves (2003); Torres (2004); Matus (2018), Santos (2019) entre outras. Essa literatura evidenciou que a vida econômica, social e política era centralizada na sede da Vila de Iguassú, na freguesia da N.S. da Piedade do Iguassú e, posteriormente, na cidade, na região da Maxambomba.

No segundo capítulo, o nosso propósito foi evidenciar o surgimento de instituições de ensino no município de Nova Iguaçu, desde as Escolas de Primeiras Letras no século XIX a meados do século XX, início da Ditadura Militar. Outra meta que demos cabo foi o levantamento de pesquisas sobre a educação em Nova Iguaçu.

O objetivo desse capítulo é ressaltar o surgimento de instituições de ensino, na cidade de Nova Iguaçu, desde o século XIX, quando a região se municipalizou, até a década de 1960, do século XX, início da Ditadura Militar. Outrossim, fazer um levantamento de pesquisas, textos, grupos de pesquisas que abordam, direta ou indiretamente, a educação em Nova

Iguaçu. Assim, nessa parte do texto, examinamos o surgimento de escolas e instituições de ensino centralizadas no distrito-sede da cidade, tanto em Piedade do Iguaçu, no Iguaçu Velho, quanto na região da Maxambomba, na atual sede-administrativa.

Por fim, no terceiro e último capítulo, examinaremos as ações repressivas direcionadas as/os professoras/es, bem como os impactos da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) no campo educacional da cidade de Nova Iguaçu, objetivo geral deste texto. Nesta seção, a metodologia está estruturada com base em quatro frentes principais: a história oral, a análise de jornais da época, o diálogo com pesquisas locais e memória e resistência de professoras/es durante a Ditadura Militar. Busca-se, ainda, evidenciar os legados deixados por mais de duas décadas de regime autoritário na educação do município de Nova Iguaçu. Sendo assim, analisamos como a Ditadura Militar e seus atores diretos e indiretos tinham um objetivo específico para a Baixada Fluminense uma reestruturação política e social que buscou em mais de 20 anos suprimir, enfraquecer e perseguir as diferentes formas de oposição política, popular e religiosa. Nesse contexto, desde os primeiros momentos do Golpe de 1964, a educação em Nova Iguaçu — e, em especial, o papel das/os professoras/es — passou a receber atenção particular por parte do regime. As direções das principais escolas do município foram ocupadas por indivíduos alinhados ao projeto autoritário, que utilizaram esses cargos de prestígio como plataforma para ascensão política.

Não obstante, como veremos, as ações repressivas contra os professores dispunham de uma estrutura de vigilância complexa que examinava desde uma avaliação escolar de geografia até reuniões escolares, turmas de alfabetização de jovens e adultos, bem como encontros de movimentos populares eram constantemente vigiados.

A Ditadura Militar impôs às/aos professoras/es uma repressão silenciosa, porém violenta, marcada pelo avanço das ações dos Grupos de Extermínio, que executavam sumariamente aqueles que consideravam inimigos do regime. Esse clima de medo e insegurança se fazia presente no cotidiano escolar, alcançando, simbolicamente, os portões das escolas. Já que professores e demais funcionários escolares, que fossem considerados subversivos estavam sujeitos aos rigores do julgamento da Ditadura, que previa desde demissão a impedimento de assumir outro cargo público, até perda de subsídios estudantis e prisão. Porém, além dessas punições eram frequentes os casos de intimação ao DOPS, tortura, desaparecimentos e, até mesmo, morte daqueles que, por algum motivo promovessem resistência e/ou pensamento divergente da ideologia militar

Ao nos debruçarmos sobre as memórias e experiências vividas pelas/os docentes, esta pesquisa busca enfrentar o apagamento histórico e o silenciamento das práticas de resistência e luta protagonizadas por sujeitos que se opuseram à Ditadura Militar em Nova Iguaçu.

Outro fator, que mostraremos, foi o legado da Ditadura Militar para a educação de Nova Iguaçu. Com uma metodologia baseada em reportagens de periódicos locais, denúncia de movimentos populares, dados oficiais de órgãos avaliativos, vamos levar o leitor a evidenciar o quanto prejudicial foram as ações da Ditadura no campo educacional iguaçuano. Desde a estrutura física das escolas até o rendimento escolar e a precarização do trabalho docente, os impactos da Ditadura Militar foram amplos e profundos. Convido o/a leitor/a a explorar uma das regiões historicamente mais complexas, intrigantes — e, ao mesmo tempo, mais significativas — do Estado do Rio de Janeiro: a Baixada Fluminense, com foco em Nova Iguaçu.

Desde sua origem, a antiga região de Iguassú foi palco de intensos movimentos de resistência protagonizados por povos indígenas, comunidades quilombolas, camadas populares, lideranças comunitárias e religiosas, que enfrentaram uma elite econômica e política historicamente empenhada em suprimir os anseios e direitos da população local. Durante a Ditadura Militar, essa lógica se intensificou. Professoras/es, líderes comunitários e religiosos voltaram a exercer um papel central na resistência à repressão que se impunha no território iguaçuano

1 **CAPÍTULO I – DOS INDÍGENAS JACUTINGAS À CIDADE-MÃE: UM BREVE HISTÓRICO DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU.**

“Da velha Iguaçu, só os escombros do casarão
a senzala em ruínas,
o alambique e a moenda destelhada
o portinho abandonado
a estrada de pedra e as palmeiras sobreviventes
e ignorantes de seu passado
e a fragrância dos lírios
nos brejos”.
(Antônio Miranda, 2004)³

No poema do iguaçuano Antônio Miranda, notamos uma nostalgia do passado, da memória e das transformações sociais e econômicas que um lugar pode sofrer. Todavia, não estamos falando de um lugar qualquer, mas de uma Cidade-mãe: Nova Iguaçu, uma terra rica em suas belezas, contradições e mazelas, que perduram por anos.

Por uma perspectiva, desde o século XVIII, temos movimentos como dos indígenas jacutingas, que buscaram resistir à colonização europeia, dos quilombos, estabelecidos na faixa entre os rios Sarapuí e Iguaçu, a luta camponesa pela terra entre 1950 e 1964, a onda de loteamentos, os sindicatos, os movimentos reivindicatórios de moradores de bairros e a organização de professores, em suas petições por melhoras na Educação Pública. Todo esse panorama nos mostra a abundância e a grandiosidade da ação popular na região.

Por outro lado, enxergamos a dominação dos senhores de engenho e a construção de um poder político público local, desde o Brasil-Colônia, que perpassa pelos produtores de cana, se estende aos produtores de laranja, até a chegada do capital imobiliário desenfreado, que mudou relações de hegemonia e poder e provocou um surto populacional na Baixada Fluminense e, conseqüentemente, em Nova Iguaçu, na década de 1940/1950.

A Ditadura Militar na Baixada Fluminense teve como um de seus objetivos uma reestruturação no poder local visando suprimir, enfraquecer ou cooptar as forças políticas, camponesas e populares de oposição (Alves, 2020). Foram onze prefeitos em onze anos, considerando o período de 1964 a 1975. Houve a cassação de prefeitos e vereadores, fechamento da câmara e prefeituras, medidas de intervenção e alocação de pessoas subservientes à Ditadura Militar, em locais estratégicos da máquina pública e da vida social

³ Antônio Lisboa Carvalho de Miranda é maranhense nascido em 5 de agosto de 1940. Doutor em Ciência da Comunicação (Universidade de São Paulo, 1987), fez mestrado em Biblioteconomia na Loughborough University of Technology, LUT, Inglaterra, 1975. Sua formação em Biblioteconomia é da Universidad Central de Venezuela, UCV, Venezuela, 1970. Nova Iguaçu. Poesia Ilustrada, 2004). Disponível em <http://www.antoniomiranda.com.br/poesia_ilustrada/portugues/nova_iguacu.html>

de Nova Iguaçu e da Baixada. Até diretores escolares eram nomeados, devido a suas ligações com o regime autoritário (Batista, 2013). Assim, a memória coletiva foi posta em jogo na luta das forças sociais pelo poder (Le Goff, 1990)

Tornar-se senhor da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Isto posto, contemporaneamente, as Fake News estão batendo e derrubando as nossas portas, sem nossa permissão. As disputas de narrativas do passado, mais do que nunca, estão ao lado do copo de cerveja, nas mesas dos bares e em discussões sobre a Ditadura Militar. Discute-se se o evento foi positivo ou negativo, se trouxe avanços. Esses pontos estão cada vez mais na boca do povo, por conta de políticos de extrema direita, eleitos com números expressivos para os cargos públicos no Brasil.

A discussão sobre o passado deixou de ser algo findado, ao nicho acadêmico, e passou a ser algo popular, mesmo que distorcido. Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo investigar a educação, em Nova Iguaçu, durante a Ditadura Militar, bem como as formas de resistência dos/as professores/as ao regime autoritário, em instituições de ensino, como o Instituto de Educação Rangel Pestana. Outrossim, evidenciar as ações no campo educacional que levaram, no final de 1970, a cidade a ter mais de 50 mil crianças fora da escola e um dos piores índices de analfabetismo do Brasil. Destarte, temos como foco desta pesquisa, entrelaçado aos objetivos, evidenciar, também, Nova Iguaçu e a Baixada Fluminense como um local de protagonismo popular contra os mandos e desmandos de uma elite econômica e política.

Dialogando com Benjamin (1987), percebemos que a história escrita, ou perpetuada em simbologias, ruas, monumentos, é a do vencedor, do dominador com o monopólio da narrativa oficial. O regente dessa história, portanto, a faz segundo seus próprios interesses.

Quando falamos e ouvimos sobre a Baixada Fluminense, destacamos que Nova Iguaçu acumula um campo de representações, interpretações e narrativas implacáveis, construídas por uma elite dominante que se enraizou no imaginário local. À sombra da infâmia da violência, do abandono, da falta de serviços básicos, foi escrita uma história que silenciou os seus diversos movimentos antagonistas e dinamizou a narrativa popular, sempre, para o conformismo, com relativização da barbárie. Entretanto, como norteador deste texto, escolhemos o papel de evidenciar lutas, resistências, revoltas e organizações populares, camponesas e quilombolas presentes na historicidade de Nova Iguaçu.

Dessa forma, nesse primeiro capítulo, temos como objetivo examinar a história do município de Nova Iguaçu, desde os primeiros habitantes indígenas, a plantação de cana, o caminho do ouro e do café, os quilombos, a grande plantação de laranjais, a onda desenfreada e desorganizada de loteamentos, o processo de industrialização e o desmembramento da cidade, a partir de emancipações de partes da cidade. Sendo assim, para dar conta desse arcabouço temporal, histórico e social de Nova Iguaçu, dialogaremos com Waldick Pereira (1977), Maria Regina Celestino de Almeida (2000), Flavio dos Santos Gomes (1992), Sonali Maria de Souza (1992), José Claudio Souza Alves (2003), Gênesis Torres (2004), Moduan Matus (2018) e textos de Ney Alberto (2003). Assim sendo, tencionamos localizar Nova Iguaçu, geográfica e socialmente, para o/a leitor/a, ressaltando suas complexidades e incongruências.

Posteriormente, mostraremos sua gênese ainda no século XVI com os nativos da terra no processo de colonização, por Sesmarias. Seguidamente, analisamos a expansão econômica ligada aos engenhos e plantações de cana-de-açúcar e seu papel como entreposto comercial do ouro e do café. Adiante, relatamos a decadência de suas terras no final do século XIX, o suspiro econômico com as extensas plantações de laranjas no século XX e, por fim, a onda gigante de loteamento e a industrialização que culminou com as emancipações de alguns municípios que mudaram as configurações sociais, políticas e econômicas de Nova Iguaçu em meados do século XX.

Caberá, ainda, ressaltar o protagonismo dos movimentos quilombolas na região, durante o Brasil Colônia e Império, a resistência e luta dos Movimentos Camponeses, dos movimentos populares como o Movimento Amigos do Bairro e a Revolta da população em 1962, onde mais de 20 mil pessoas saquearam estabelecimentos comerciais e protestaram, em busca de melhores condições de vida.

1.1 Nova Iguaçu e a Baixada Fluminense

“O que as paredes pichadas têm prá me dizer
O que os muros sociais têm prá me contar
Porque aprendemos tão cedo a rezar
Porque tantas seitas têm, aqui seu lugar
(...)tudo, tudo igual Brixton, Bronx ou Baixada”
(Brixton, Bronx ou Baixada – O Rappa- Composição:
Marcelo Yuka).⁴

⁴ O Rappa é uma banda de rock brasileira, formada em 1993 no Rio de Janeiro. Notável por suas letras de forte cunho social, foi bem-sucedido por todo seu período de 25 anos

A música da banda “O Rappa” compara a região da Baixada Fluminense a duas cidades consideradas muito violentas, em seus respectivos países: Brixton, no Reino Unido, e Bronx, nos EUA.

O Município de Nova Iguaçu está situado na região conhecida como Baixada Fluminense, Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Por Nova Iguaçu, passam a Estrada de Ferro Central do Brasil e a Via Dutra (Rio - São Paulo). Nova Iguaçu e a Baixada Fluminense se confundem, histórica e socialmente. A antiga Vila de Iguassú, quando instituída em 15 de janeiro de 1833, possuía uma área de 1.344 km² de território. Nova Iguaçu é, popularmente, chamada de cidade-mãe, pois é a origem dos municípios de Duque de Caxias, emancipado em 1943, Nilópolis e São João de Meriti emancipados em 1947, Belford e Queimados em 1990, Japeri em 1991 e Mesquita em 1999 (Nova Iguaçu, 2003).

Historicamente, no Estado do Rio de Janeiro, o crescimento desordenado das metrópoles intensificou desigualdades e estigmas tanto econômicos quanto, principalmente, educacionais. Em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, percebemos uma escalada desse processo. Com quase 1 milhão de habitantes, a região do Rio Iguassú⁵ viveu diversos lampejos e crescimento econômicos, os quais não se traduziram no combate à falta de educação pública e aos problemas que assolam a região.

Localizada a cerca de 30 km do Município do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu é uma região que desperta os mais diversos sentimentos e pensamentos. É categorizada como cidade-dormitório para trabalhadores do Rio de Janeiro, mas, contraditoriamente, é uma das cidades mais, economicamente, ativas do Estado, embora, em geral, apareça nos noticiários nacionais, por motivos ligados à violência, à presença de milícias, ao tráfico, à fome, à miséria, às enchentes e à falta de serviços essenciais como educação e saneamento básico. Em dias chuvosos, é comum ver pessoas amarrando sacolas plásticas nos pés para se proteger da lama ou até mesmo do esgoto que invade as ruas e as casas. Entretanto, essa mesma região é uma fonte inesgotável de pessoas que fizeram e continuam fazendo história. Assim sendo, nos debruçaremos sobre a historicidade da ‘mamãe Iguaçu’.⁶

⁵ O termo Iguassú é utilizado para se referir a antiga região política-administrativa da região, situada na freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú. Os historiadores locais também chamam essa região que teve importância no passado de Nova Iguaçu de Iguaçu Velho também.

⁶ Em diversos sites, páginas sociais, livros, banners e outdoors vemos esse termo sendo usado fazendo referência ao fato da cidade de Nova Iguaçu ser a gênese das demais cidades da Baixada Fluminense.

1.2 Caminhos do Iguassú

A Região de Iguassú, desde a sua gênese, foi um espaço de circulação e caminhos. Caminhos da cana-de-açúcar, caminhos do ouro, caminhos do café, Caminhos da liberdade, caminhos da laranja e caminho dos lotes. Todavia, antes de ser caminho de tantos processos e mercadorias, os rios e planícies inundadas da Velha Iguassú foram caminhos dos povos nativos indígenas. Gênesis Torres (2004), em seu livro ‘Baixada Fluminense: a construção de uma história’, aborda a importância desses caminhos para a região e para todo o Estado do Rio de Janeiro, desde a chegada dos colonizadores até o ápice de desenvolvimento do município.

A importância do Rio de Janeiro, caracterizada pelo porto mais próximo da região das minas, fez com que Portugal, no final do século XVII, confiasse a Arthur Sá, governador deste estado, a missão de visitar-lhes e fazer-lhes um relatório sobre as necessidades de provisões, objetivando aumentar a produção de ouro, facilitar seu transporte e melhorar a fiscalização (Torres, 2004, p.35).

Portugal buscava melhorar o transporte para fiscalizar as riquezas do Brasil. Nesse sentido, os rios e estradas da região do Iguassú foram fundamentais para esse processo. Podemos citar o Caminho Novo ou Caminho de Garcia Rodrigues de Paes, que passava pela região de Iguassú e foi fundamental para a economia da Colônia. O trajeto inicial era feito, por meio de embarcações à vela, com saída no antigo cais dos mineiros, na atual Praça XV de Novembro. Percorria-se a Baía de Guanabara, o rio Iguassú e o Rio Pilar do Iguaçu. O restante era percorrido a cavalo, até a atual Paty dos Alferes. No final do século XVII, essa foi uma das únicas vias de acesso às Minas (Torres, 2004).

Nessa parte inicial, iremos associar os ciclos econômicos e sociais da História de Nova Iguaçu aos seus caminhos. Dessa forma, abordaremos o caminho dos primeiros habitantes e, como já dito, o caminho da cana-de-açúcar, o caminho do ouro, o caminho da liberdade, o caminho do café, o da laranja, o dos lotes e dos processos de industrialização. O mapa, a seguir, mostra a diversidade de estradas, caminhos, rios e portos da região de Iguassú em 1837.

Figura 01: Mapa da Antiga Vila de Iguassú de 1837



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico Itaborahyense.

1.3 Caminhos dos primeiros habitantes

Quando os europeus chegaram ao litoral do que seria o Brasil, encontraram uma população ameríndia bastante diversificada e complexa, em termos culturais e linguísticos. Dois grandes blocos subdividem essa população: os Tupis-guaranis e os tapuias. Em Nova Iguaçu, predominou o bloco Tupis-Guaranis (Almeida, 2000).

O próprio nome da região Iguassú provém do termo "ygûasu", derivado do tupi, que significa "água grande" ou "rio grande". Antes da chegada dos europeus, viviam cerca de 2 a 4 milhões de habitantes no território iguaçuano em uma complexa diversidade étnica, linguística e cultural mensurada em mais de 1.000 etnias. Um desses riquíssimos grupos étnicos viveu e se desenvolveu no entorno do rio Iguassú. Esses povos, em sua totalidade, transmitiam seu conhecimento, por meio da memória oral, então, são raros os registros, devido ao massacre e à violência a que foram submetidos (Almeida, 2000).

De acordo com Moduan Matus (2018), registramos que os primeiros habitantes das terras do Iguassú, que viviam na aldeia Jacutinga⁷, eram os Tupinambás. Tais nativos da terra foram apelidados pelos portugueses de Tamoios. Eles se fixaram nas margens do rio Iguassú e Meriti. Tupinambás, Tamoios ou mesmo jacutingas, em certos momentos, contribuíam na construção de fazendas e engenhos, durante o processo de colonização e seus aldeamentos.

⁷ Jacutinga' fazia analogia a uma ave branca, comum da região (MATUS,2018).

realização do projeto colonial de ocupação do território. Dito isso, os aldeamentos visavam à aculturação, a trabalhos forçados, a castigos físicos e à educação do nativo baseada na cultura e na religião europeia. (Ribeiro, 1995).

A importância das etnias indígenas para Nova Iguaçu e a Baixada Fluminense vai além da nomenclatura de suas cidades, rios e igrejas. (Almeida, 2000). Tal notoriedade reside nas trilhas e caminhos feitos, sobretudo, pelos Tupinambás, nas regiões em que foram utilizadas pelos colonizadores e, posteriormente, viraram estradas que auxiliaram no transporte e no escoamento de mercadorias, principalmente, o ouro vindo das Minas Gerais e o café do Vale do Paraíba. Assim, indígenas iguaçuanos contribuíram para sedimentar o traçado de deslocamento em Nova Iguaçu e Baixada Fluminense. Estudos de Renato Pinto Venâncio (1999) afirmam que existem rotas, caminhos milenares indígenas e que tais rotas foram arrebatadas pelos europeus, como o Caminho Novo, que serviu para o escoamento do ouro, em direção à Baía de Guanabara.

Segundo Almeida (2000), notamos que, por muito tempo, as análises sobre a cultura e história dos indígenas pré-invasão se deram por uma perspectiva evolucionista e colonialista. Esse discurso hegemônico de superioridade branca cristã europeia serviu para legitimar as mais violentas e brutais ações de extermínio contra os habitantes da terra. De outro lado, embora a historiografia tradicional e colonialista tenha buscado relegar os indígenas a meros coadjuvantes, selvagens, passivos como uma mosca na teia da aranha, os nativos sempre arquitetaram formas de resistência e lutas pelas suas vidas, territórios e contra o extermínio de sua cultura.

Assim, demonstrando poder de negociação e perspicácia, aliaram-se aos portugueses ou a outros povos indígenas, em busca de proteção. Dessa maneira, os primeiros habitantes, apesar de vencidos na maioria das ações, foram atores de sua história: plantavam, de forma comunitária, culturas de mandioca, milho, abóbora, feijão, amendoim, tabaco, pimenta e diversas árvores frutíferas, bem como dominaram o algodão e o tear, além da fabricação de machados, panelas, facas. Os Tupinambás tinham conhecimento de astronomia, estações e períodos de chuva e noções ligadas à anatomia e medicina (Torres, 2004).

Maria Regina Celestino de Almeida (2000) no seu texto ‘Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial: novos súditos cristãos do Império Português’ traz uma revisão das leituras tradicionais sobre o tema e busca desfazer olhares e afirmações equivocadas sobre as interações entre indígenas e colonizadores portugueses. Possibilita-se compreender que colaborar com os europeus e aldear-se podia significar uma forma de resistência adaptativa,

por meio da qual os povos indígenas ressocializavam-se, reelaborando valores, culturas e tradições, no contato cotidiano das aldeias repleto de tensões, negociações e conflitos entre todos os agentes sociais, ali envolvidos. Tal questão não nega a violência dos aldeamentos, mas busca mostrar os aldeamentos, para além de espaços de colonização e catequização, outrossim, como um espaço dos nativos e de seu protagonismo.

Tereza de Almeida Cruz (2016) em seu texto ‘Os processos de lutas e resistências dos povos indígenas do Brasil’ pondera que, mesmo com a espoliação de suas terras, que empurraram os nativos em direção ao trabalho forçado nos aldeamentos, esses sujeitos buscavam formas de resistência. Uma delas foi se negar a trabalhar. Dessa maneira, ressaltamos a resistência do chefe Aimberê, das tribos da região fluminense, aos ataques de Estácio de Sá. O indígena e as tribos sob seu comando, mais de 1500 guerreiros e 160 canoas, resistiram por anos a muitos ataques do colonizador.

Portugueses e tribos Temiminó se juntaram para derrubar Aimberê e as aldeias remanescentes. O enfrentamento fez com que as águas da Baía de Guanabara ficassem tingidas pelo sangue dos combatentes, conforme relato de Fausto (2006). O principal comandante desse massacre, Estácio de Sá, foi ferido por uma flecha em 20 de janeiro de 1567 e faleceu logo depois.

Durante a colonização, o europeu buscou e tentou escravizar o indígena de diversas formas, principalmente no trabalho compulsório, proposta que não se alinhava aos princípios da cultura nativa.

A escravização do índio se chocou com uma série de inconvenientes, tendo em vista os fins da colonização. Os índios tinham uma cultura incompatível com o trabalho intensivo e regular e mais ainda compulsório, como pretendidos pelos europeus. Não eram vadios ou preguiçosos. Apenas faziam o necessário para garantir sua subsistência, o que não era difícil em uma época de peixes abundantes, frutas e animais. Muito de sua energia e imaginação eram empregadas nos rituais, nas celebrações e nas guerras. A noção de trabalho contínuo ou do que hoje chamaríamos de produtividade eram totalmente estranhas a eles (Fausto, 2006, p. 49).

O fato de não executarem o trabalho forçado, adequadamente ou como queriam os colonizadores, constituiu uma forma de resistência que, em muitos casos, custava a sobrevivência. Nesse contexto, a fuga para locais mais remotos, longe da costa recém-invadida, se apresentava como uma forma de salvaguardar a cultura e os indivíduos. Dessa maneira, os nativos adentravam, cada vez mais, mata adentro e acabavam por contribuir para a expansão territorial, a partir das entradas e bandeiras, que buscavam aprisionar esses sujeitos, com a busca por riquezas (TORRES, 2004).

1.4 Caminhos da cana-de-açúcar e do ouro

Após a expulsão dos franceses, o terceiro governador da colônia, Mem de Sá, tentou organizar a povoação do território. Para tanto, adotou o princípio de doação de terras, pelo sistema de sesmaria, termo derivado de sesmar, dividir. Assim, latifúndios de terras foram formados nesse processo. No período de 1565 a 1600, foram distribuídas cerca de 70 sesmarias, espalhadas desde Magé à Pavuna e, daí, pelas encostas do Gericinó até a Serra do Mar pelas alturas de Japeri (Torres, 2008).

Cristóvão Monteiro, Antônio Esteves, Francisco Araújo e Baltazar Tavares foram alguns sesmeiros, que se instalaram na região do Iguassú. Mem de Sá doou uma sesmaria, às margens do Rio Iguassú, a Cristóvão Monteiro, primeiro ouvidor do Rio de Janeiro. Outra sesmaria importante para a região foi a de Maxambomba. Nesse local, pantanoso e cortado por muitos rios, ergueu-se uma das principais regiões do Rio de Janeiro, que é a Baixada Fluminense (Torres, 2008).

A região foi ocupada para a produção de cana-de-açúcar, aguardente, farinha, milho, arroz, feijão e extração de madeira para a subsistência e o fornecimento para o mercado carioca. Entretanto, seu posicionamento geográfico, zona intermediária entre o porto do Rio de Janeiro e o interior fluminense, Minas e São Paulo, acabou definindo a região do Rio Iguassú como o local de passagem de mercadores, tropeiros e viajantes. Mais do que isso, a região foi um expoente na produção de açúcar no Brasil-colônia (Nova Iguaçu, 2003).

Em 1611, temos o registro mais antigo do primeiro ciclo econômico da cana-de-açúcar, na Fazenda Iguaçu. Em 1613, com o Engenho Iguassú, a região exportava açúcar para Portugal, por meio de seus vastos rios. No engenho dos frades de São Bento se tem o início do primeiro ciclo do município, e com a Igreja Nossa Senhora da Piedade do Iguassú iniciou-se um processo de povoação próxima aos rios e à capela (Pereira, 1976).

Algo importante de mencionar é que, como em quase sua totalidade no Brasil, a ocupação territorial e social de Nova Iguaçu se deu pela fé, com as freguesias⁸, nas margens dos rios, tendo sua centralidade na Igreja Matriz. Os nomes das freguesias e igrejas associavam-se a nomes locais, como rios e tribos. Dessa forma, surgiram nomenclaturas que definem boa parte da região, como: Nossa Senhora do Pilar do Iguaçu, Nossa Senhora da Jacutinga e Nossa Senhora de Marapicu (Torres, 2004).

⁸ Freguesias eram caracterizadas pela existência de uma igreja matriz junto à qual se acercavam as diversas capelas erguidas nas fazendas, origem de muitas cidades e municípios de hoje. (TORRES, 2004).

A presença da Igreja ou capela em uma região da Colônia demonstrava a importância desse território para a Coroa portuguesa e o poder eclesiástico. A ocupação dos territórios se dava sob o jugo português e católico apostólico romano. (Torres, 2004).

No século XVI, a região contava com o Porto do Pilar do Iguassú, local de intensa movimentação de mercadorias. Em 1653, foi criada a freguesia de Santo Antônio da Jacutinga. Um dos primeiros produtos comercializados em grande escala na região do Iguassú foi a cana-de-açúcar, que marcou demograficamente o local devido ao grande número de pessoas escravizadas trazidas como mão de obra (Pereira, 1977). Segundo esse pesquisador, o Engenho do Iguassú, pertencente aos frades beneditinos, chegou, no século XVII, a contar com 48 pessoas escravizadas.

Além do cultivo da cana-de-açúcar, as terras da Baixada também, produziam, em menor escala, feijão, arroz, milho, mandioca, legumes, bem como a extração de madeira para lenha. Assim, abasteciam-se as fazendas locais e o mercado consumidor do Rio de Janeiro (Pereira, 1977).

E foram justamente os plantadores de cana que serviram base a este ciclo econômico de Iguaçu. Em grande número, quase todos forneciam cana para os engenhos mais próximos, quer como meeiros quer como participantes do lucro sobre o açúcar produzido. Outros trocavam a cana por gêneros alimentícios e artigos necessários à vida da fazenda, através de intermediários (Pereira, 1977 p.26).

O açúcar mudou a configuração social e política da região de Iguassú. No final do século XVII, havia vinte e um engenhos na região, além de engenhocas, espaços menores de produção de açúcar. Cerca de 880 escravizados eram explorados em tais espaços. Entre os fazendeiros que desenvolveram engenhos na região, destacamos os seguintes: Inácio Antônio de Souza Amaral, Joaquim Mariano de Moura, Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, Marques de Itanhaém, Pedro Antônio Teles de Menezes. Além desses, o Barão de Mesquita e João Fernandes da Costa Thibau, da Fazenda Moquetá, também ficaram muito conhecidos como donos de engenhos na região do Iguassú (Pereira, 1977).

A cana -de- açúcar e sua desenvolvida produção elevaram a região a outro patamar e importância. Os rios e estradas facilitavam o escoamento da produção e, assim, a Vila de Iguassú se desenvolvia progressivamente, tanto econômica quanto socialmente.

Apesar da falta de apoio das autoridades à agricultura de Iguaçu, principalmente da cana, responsável pelo surgimento de fortunas e brasões, esta se estendeu por muitos anos, em razão da tradição rural destas mesmas

fortunas e por ser o açúcar, apesar dos obstáculos que teria que enfrentar no município, a mais lucrativa atividade rural. (Pereira, 1977, p. 27).

Além da questão econômica, evidenciamos o crescimento populacional devido à intensa atividade e transporte de mercadorias e pessoas. A facilidade para adquirir terras e o pouco controle delas fez com que a região tivesse uma produção considerável de mais de 200 caixas de açúcar anualmente. Concomitante a esse período, tivemos a fábrica de Olaria. O monge Frei Luiz do Rosário criou uma fábrica de telhas e tijolos, para fins pessoais e comerciais e, futuramente, forneceu materiais para a construção dos quartéis no Rio de Janeiro no século XVIII (Pereira, 1977; Souza, 1992).

Dessa forma, tivemos o Engenho de Iguassú, Engenho de Gericinó, ligado à freguesia de São João Batista de Meriti; Engenho do Pantanal, ligado à freguesia de Santo Antônio da Jacutinga. Ainda, destacamos os engenhos do Porto, N. Senhora da Ajuda, Covanca, Pavuna, Bananal e Barbosa. Nesse sentido, ressaltamos fazendas que produziam uma demanda grande de açúcar e outros produtos com seus engenhos: a Fazenda São Mateus, nos fins do século XVII, sob a administração de Luiz de Vasconcelos e Souza, produzia cerca de 30 caixas de açúcar e 14 pipas de aguardente anualmente. Outro destaque foi a Fazenda dos Telles, do Comendador Pedro Antônio Telles Barreto de Menezes, que se tornou um dos produtores de açúcar e aguardente na região, por volta do século XIX (Pereira, 1977, Souza, 1992).

O cultivo da cana em Nova Iguaçu perdurou até o início do século XIX, embora já em evidente decadência. As fazendas de açúcar foram responsáveis pela formação das fortunas de antigas famílias proprietárias de terras, herdeiras de sesmarias, como as famílias Azeredo Coutinho, Paes Leme e Souto Maior. No entanto, no início do século XIX, houve um declínio na produção de cana em Iguaçu, em parte devido ao rompimento do monopólio português de produção, com a vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, e ao desenvolvimento do cultivo nas Antilhas. Esses fatores contribuíram para que a cultura açucareira não alcançasse a produtividade necessária para enfrentar a forte concorrência internacional (Pereira, 1977; Souza, 1992).

As lacunas econômicas e sociais deixadas pela cana foram substituídas pelo processo de transportação do café. Algo importante de se evidenciar é a formação da sociedade na época: em 1821, Iguassú tinha cerca de 18.705 habitantes, sendo 7.550 pessoas livres e 11.155 escravizados, ou seja, quase 60% da população era privada de sua liberdade (Pereira, 1977; Souza, 1992).

1.5 Os caminhos do ouro, do café e a criação da Vila de Iguassú

Nova Iguaçu, no século XVIII, foi um território de passagem para o escoamento do ouro de Minas Gerais. Sendo assim, vários caminhos foram abertos, na região do rio Iguaçu, desde o final do século XVI até o final do século XVIII, início do século XIX (Pereira, 1977; Torres, 2004). Conforme esses autores, três caminhos importantes foram abertos na região para o escoamento do ouro: Caminho Novo, Caminho de Inhomirim e Caminho de Tinguá.

O Caminho Novo foi construído por volta de 1700, por Garcia Paes. Tal caminho desenvolveu a Freguesia de Nossa Senhora do Pilar do Iguaçu e seu porto, onde havia fiscalização, bem como recolhimento dos quintos reais. Nesse local havia o Rio Pilar, cujas águas encontravam as do rio Iguassú e, mais à frente, as águas da Baía de Guanabara.

O caminho de Inhomirim ou Caminho do Proença foi construído por Bernardo Soares Proença, por volta de 1722. Esse caminho desenvolveu a Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Inhomirim que, posteriormente, em 15 de janeiro de 1833, fez parte da Vila de Iguassú. No decurso de quase cem anos, a região do Iguassú viu passar por esses caminhos toda a riqueza mineral que se extraía dos solos brasileiros.

O caminho de Tinguá foi aberto, também, para o escoamento do ouro e ficou conhecido como Caminho de Terra Firme, pois era uma opção frente às áreas pantanosas e, constantemente, inundadas das planícies da região do Iguassú Velho. Esse novo caminho passava pela região da Maxambomba, local menos pantanoso e próximo à Serra do Mar (atual Serra de Madureira), seria a sede de Iguassú, futuramente. Desses caminhos, foram tiradas as bases para trechos da linha férrea Pedro II (Torres, 2004).

O café, já em meados dos oitocentos, chegou à velha Iguassú. De acordo com Waldick Pereira (1977), salientamos que a cultura não alavancou a região como grande produtora, mas sim, como um dos principais locais de passagem do seu itinerário de exportação. “Por onde passava, o café ia revigorando fazendas, vilas e municípios, antes entregues à cana-de-açúcar”. (Pereira, 1977, p, 50). A transportação do café era feita pelos portos fluviais de Iguassú e, principalmente, nos caminhos da Estrada do Comércio, da Estrela e da Polícia.

Assim, Iguaçu, tornava-se geograficamente e estrategicamente, como ponto de ligação entre as províncias do Sul e a sede do governo Imperial, graças ao satisfatório sistema hidrográfico que dava continuação às suas estradas. Tropas de carga e passageiros, vindos ou indo para aquelas províncias, forçosamente tinham que se demorar em Iguaçu (Pereira, 1977, p.86).

Nesse sentido, o café contribuiu para o desenvolvimento da região como um entreposto de comércio e bens ligados a passagens de pessoas e produtos. Esse período possibilitou o enriquecimento de famílias associadas ao comércio, já que a compra, revenda, armazenagem e transporte possibilitaram a formação de fortunas.

O Café não chegou a constituir um ciclo econômico em Iguazu, embora tenha sido amplamente cultivado em todo seu território, principalmente nas terras altas. Aprendemos que “ciclo econômico” é um fenômeno resultante de uma conjuntura, que se demonstra através de movimentos regulares, incluindo: mão de obra, mercado externo, volume de produção, subprodutos etc. Os ciclos econômicos nascem de níveis inferiores, atravessam uma fase evolutiva de adaptação, chegam ao seu apogeu e declinam até níveis em que começaram. Entretanto, desde o início da cultura cafeeira no estado do Rio, quando tropeiros de Minas Gerais e São Paulo iam deixando sementes entre as fazendas do percurso de retorno da Corte, já aqui, em Iguazu, se plantava café. (Pereira, 1977 p. 85).

Nova Iguazu foi, geograficamente, estratégica para o Império, porque, através de suas estradas e rios, transportava mercadorias e pessoas do Sul à sede do governo Imperial. Em 1837, com cerca de seis portos e dezenas de estradas e caminhos, a Velha Iguassú já se tornara um grande centro econômico da Guanabara. Nesse sentido, as vias flúvio-marítimas contribuíram para que parte da produção de café do Vale do Paraíba fosse direcionada para um único local, o Rio de Janeiro. Essas vias também permitiram importantes progressos, no que diz respeito à ocupação de região no entorno do Rio Iguassú (Pereira, 1977; Souza, 1992).

Destacamos que a Estrada Real do Comércio foi o primeiro caminho aberto, no Brasil, para o escoamento do café do interior do país, por volta de 1819 e 1820. Sua criação foi decretada pela Junta de Comércio do Rio de Janeiro. A Estrada Real do Comércio foi fundamental para a fundação do município de Iguassú, o que ocorreu em 15 de janeiro de 1833. Essa estrada fazia a ligação entre os territórios de Vassouras, Valença e Rio Preto com a sede do governo imperial (Pereira, 1977; Souza, 1992).

O papel principal desses caminhos, estradas e portos era facilitar o escoamento de mercadorias que, no início da colonização, eram culturas de exportação como o açúcar e o anil. Depois, durante todo o século XIX, a principal mercadoria transportada era o café e, posteriormente, no século XX, seria a banana, o abacaxi e, principalmente, a laranja, que relegou a Nova Iguazu o sobrenome de Cidade Perfume (Pereira, 1977; Souza, 1992).

Por volta de 1854, o porto de Iguaçu transportou para a Corte cerca de 1.886.306 arrobas⁹ de café. Esse número aumentou para 2.192.168 arrobas em 1856. Mais do que um simples território de passagem, a região de Iguaçu transformou-se, em decorrência do café, em um importante entreposto comercial, movimentando os mais diversos tipos de produtos e mercadorias (Pereira, 1977; Souza, 1992).

Mediante tais processos, em 15 de janeiro de 1833, foi criado o município (Vila) de Nova Iguaçu, que contava com seis freguesias (equivalentes a bairros): Nossa Senhora da Piedade do Inhomirim, Nossa Senhora do Pilar, São João de Meriti, Santo Antônio da Jacutinga, Nossa Senhora da Conceição de Marapicu e Nossa Senhora da Piedade. Vale lembrar que, no período colonial, apenas a Coroa Portuguesa possuía autoridade para criar cidades, enquanto a fundação de vilas era uma atribuição dos Capitães Donatários ou dos Governos Gerais

Para que um povoado passasse a ser “capital” do município (sede da Câmara), de acordo com o Código de Processo Criminal do Império, este povoado teria que ser elevado (erecto) à categoria de Vila. Assim aconteceu com a Povoação de Iguassú (15 de novembro de 1833), desanexando seis freguesias da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, para a formação do Município de Iguassú. Este passou a ter existência de fato e de direito, com a instalação da Câmara da Vila, a 29 de julho de 1833 (Torres, 2004, p. 91).

As freguesias do município iguassuano podem ser divididas em dois grupos: as freguesias rurais, com a produção agrícola voltada para o abastecimento regional: Marapicu, Jacutinga e São João de Meriti, e as freguesias do Pilar e de Piedade que compunham o grupo de freguesias voltadas para as atividades portuárias, com armazéns, escravos de aluguel, serviços de embarcações, tabernas, estadias, dentre outros (Torres, 2004).

Com a autonomia política da Vila Iguassú em 1833, os grandes proprietários passaram a interferir, diretamente, na escolha dos administradores, na organização das Câmaras, na concessão de cargos e na influência dos postos políticos. Nesse sentido, ressaltamos as raízes de um coronelismo e um mandonismo poderosos que se aperfeiçoaram e se perpetuaram, ao longo do tempo da história local. Assim, ao longo do século XIX, a região do rio Iguassú abrigou três vilas: a vila de Magé (1789), avila de Iguassú (1833) e a vila de Estrela (1846), de acordo com Alves (2003)

Em 29 de março de 1858, a Estrada de Ferro Dom Pedro II começou a ligar o caminho da Estação Aclamação, no Rio de Janeiro, até a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de

⁹ Uma arroba corresponde a uma medida de peso igual a 15 kg. IEA – Instituto de Economia Agrícola.

Marapicu (atual Queimados). Em 1891, a sede do município de Iguassú foi transferida para a região de Maxambomba, em grande parte pela Estrada de Ferro. Por volta de 1916, por conta da Lei nº 1331, o nome da cidade foi trocado, novamente, mas dessa vez, em definitivo, para Nova Iguassú. Pereira (1997) explica as consequências dessas mudanças para a produção de café.

O trem de ferro e a mudança da sede da vila para Maxambomba também contribuíram para o desaparecimento da cafeicultura em Iguazu, que situando-se nas regiões mais altas do município, constava com as estradas do Comércio, da Polícia e da Estrela e com os rios para o seu natural desenvolvimento; e a estrada de ferro roubou destes meios de comunicação e comércio a importância, aniquilando povoações e vilas (Pereira, 1977, p. 88-89).

Era o futuro pedindo passagem e levando consigo aquilo que, hoje, comumente, é chamado de Iguassú Velho, por perder sua importância econômica e social. Dessa maneira, considera-se como Iguazu Velho toda a região ligada às estradas e portos que transportaram por séculos mercadorias, açúcar, café e pessoas.

1.6 Caminho da Liberdade

O título desta seção remete aos povos escravizados e sua luta por emancipação. Esses sujeitos foram a força que moveu a economia em Nova Iguazu, no Brasil e em várias partes do mundo. Em solo brasileiro, as populações africanas e afro-brasileiras foram responsáveis, diretamente, pelos avanços econômicos, desde a colônia. Seja pela mão de obra forçada, pela violência ou pelas mãos, igualmente talentosas, porém livres, dos Irmãos Rebouças; pela intelectualidade e maestria de Luiz Gama, de José do Patrocínio, ou mesmo, pela resistência de Zumbi dos Palmares. Não nos aprofundaremos nesses personagens, mas abordaremos a questão dos quilombos da região do Iguassú e os caminhos de resistência, de luta e de sofrimento desse segmento da sociedade.

Dialogando com Alves (2003) e Gomes (1992), destacamos que em Iguassú, no final do século XVIII, a população escravizada correspondia a 54,6% da população da região e, em 1840, chegava a 62% com cerca de 11.115 escravizados. Consoante a esses dados, elencamos a resistência e a luta da população negra cativa na região do Iguazu, em formas de Quilombos e Mocambos.¹⁰

¹⁰ No Brasil, desde as primeiras décadas da colonização, tais comunidades ficaram conhecidas primeiramente com a denominação mocambos e depois quilombos. Eram termos da África Central usados para designar acampamentos improvisados, utilizados para guerras ou mesmo apresamentos de escravizados. No século XVII, a palavra quilombo também era associada aos guerreiros imbangalas (jagas) e seus rituais de iniciação. Já

Os quilombos representavam uma das primeiras formas de resistência contra a ordem de poder dos senhores de terra e engenho em Iguassú. A população cativa movimentava, de quase todas as formas, a economia na Velha Iguassú do século XVII ao XIX. Tal questão não ficou somente referida ao trabalho de escravizado, mas nas relações e trocas comerciais que eram realizadas nos Quilombos e através deles (Alves, 2003; Gomes, 1991).

Considerando o texto de Flávio dos Santos Gomes (1991), podemos ressaltar uma história de liberdade, resistência e protagonismo da população negra em Quilombos e Mocambos em Iguassú, entre o início do século XIX e o seu fim. Desde 1812, seu primeiro registro, os quilombos da Baixada Fluminense se estabeleceram entre as Freguesias de Nossa Senhora do Pilar e Santo Antônio da Jacutinga, beirando os rios Sarapuí e Iguassú, que eram formados por pântanos. A questão geográfica, portanto, favoreceu os quilombolas na resistência, durante anos, às incursões que visavam à sua derrocada.

Em 1878, pouco mais de um ano após as realizações de várias diligências visando destruir de uma vez por todos aqueles quilombos, o Ministro da Justiça, em despacho ao governo Imperial, declarava que havia necessidade de tomar imediatas medidas, além das costumeiras e na maioria das vezes, ineficazes diligências policiais, para pôr fim em definitivo a esses redutos de escravos fugitivos, impedindo assim que se reproduzisse (Gomes, 45, 1992).

Dessa forma, evidenciamos o movimento de resistência ao sistema escravista brasileiro que se instalou em Iguassú, por conta das diversas comunidades quilombolas. Essa resistência se deu em boa parte porque os quilombolas comercializavam produtos, entre eles a madeira, que era trocada por outros gêneros alimentícios. Assim, foi gerada uma relação de interdependência com o comércio local (Gomes, 1992).

Mesmo após muitas incursões policiais, de capangas e jagunços, os quilombolas resistiam como uma Hidra¹¹, pois por mais que conseguissem derrubar ou mesmo matar quilombolas, novos surgiam para resistir e lutar. Entre mangues e pântanos, perto das margens

mocambo, ou mukambu tanto em kimbundu como em kicongo (línguas de várias partes da África Central), significava pau de fieira, tipo de suportes com forquilhas utilizados para erguer choupanas nos acampamentos. Vários estudiosos — entre os quais Nina Rodrigues, Arthur Ramos, Edison Carneiro, Gilberto Freyre, Décio Freitas e depois Kabengele Munanga — abordaram a etimologia da palavra quilombo e seu uso no Brasil. Mas, sabemos pouco sobre como os fugitivos se autodenominavam e, menos ainda, porque os termos africanos mocambos/ quilombos se difundiram no Brasil, diferente de outras áreas colonizadas por espanhóis, franceses, holandeses e ingleses que, também, receberam africanos centrais e tiveram comunidades de fugitivos. Uma explicação seria a disseminação dessas terminologias a partir da administração portuguesa. A palavra seria utilizada para caracterizar tanto as estratégias militares — acampamentos — na África pré-colonial como aquelas da resistência à escravidão na América portuguesa. (Gomes, 2015).

¹¹ Sobre a referência “dos quilombolas em Iguassú com a Hidra” ver: Gomes, Flávio dos Santos. HISTÓRIAS DE QUILOMBOLAS: Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro - século XIX. Campinas, Dissertação de Mestrado, IFCH/UNICAMP, 1992., a partir da página 45.

do Rio Iguassú, fazendeiros, lavradores, comerciantes e políticos locais eram obrigados a conviver com a sobrepujança dos quilombos, naquela região, durante os séculos XVIII e XIX. Gomes (1992) mostra que, por mais de meio século, os quilombos resistiram e se fortaleceram naquela região, abrigando tanto escravos libertos quanto escravos fugidos que buscavam abrigo e proteção. Essa resistência e organização eram tamanha que o futuro Duque de Caxias interveio e tentou dar fim ao movimento de ex-escravizados.

11 de dezembro de 1838, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck e sua milícia, todos comandados pelo Major Luiz Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias, vem às terras de Iguassú, com a missão de capturar Manoel Congo, sua mulher Mariana Crioula e escravos rebelados de várias fazendas. Eram cerca de 400 homens e mulheres que formavam o Quilombo de Manuel Congo (Matus, 2018, p.36).

Apesar do poder bélico, os quilombolas conseguiram resistir mais uma vez e continuaram criando espaços de sobrevivência e um mundo, para além do cruel sistema escravista, no qual eram agentes dos seus próprios destinos (Gomes, 1992).

Os quilombos que analisaremos, de maneira nenhuma ficaram simplesmente à margem do sistema escravista. Pelo contrário, criaram e recriaram um mundo novo e original dentro dos vários mundos da escravidão. Desta forma, os mundos dos quilombos acabaram por modificar e reestruturar profunda e paulatinamente os mundos dos que permaneciam escravos. (Gomes, 1992, p.47-48).

Sem sombra de dúvida, é preciso ressaltar o movimento de resistência dos quilombos da região do Iguaçu como um marco na luta contra o sistema escravista. Essa resistência se manifestou de diversas formas: pela luta armada, por estratégias de esconderijo nos mangues e pântanos, pela negociação e troca com o comércio local, pelas emboscadas a embarcações e mercadorias nos rios Iguassú e Sarapuú, e, sobretudo, por sua organização enquanto movimento coletivo que perdurou por tanto tempo em oposição à escravidão negreira e à Coroa Portuguesa (Gomes, 1992). Em 1859, as autoridades locais e do Império ainda debatiam alternativas para eliminar os quilombos existentes na região do Iguaçu.

Gomes (1992, p. 63) destaca o seguinte: “O Quilombo do Pilar, Quilombo do Iguassú, Quilombo da Barra do Rio Sarapuú, outrora chamados também de Quilombo da Bomba, Quilombo do Gabriel e Quilombo da Estrela construíram um complexo e organizado campo negro”. Flávio dos Santos Gomes nos mostra que esse campo negro era uma área social de estratégias originais que envolviam relações econômicas, de solidariedade, bem como de luta e resistência, que permitiu aos quilombos da região do Iguassú serem atores de suas vidas.

1.7 A decadência, a ferrovia e a laranja

No final do século XIX e início do século XX, a Baixada Fluminense viveu um período de decadência. A resistência dos Quilombos, a epidemia de cólera e malária, a abolição da escravidão são alguns fatores que explicam o processo de decadência, bem como a concentração de produção agrícola voltada para o norte do Estado e o vale do Paraíba (Pereira, 1977).

A região perdeu boa parte do seu poder econômico e o café teve vida curta. Os portos fluviais, os engenhos, as ‘Casas Grandes’, a movimentação de pessoas e mercadorias deram lugar aos brejos e pântanos. Boa parte da região de Nova Iguaçu é formada por planícies aluviais sujeitas a enchentes periódicas. Na época, a falta de investimentos públicos contribuiu para a progressão da decadência (Pereira, 1977).

A decadência da Vila: o café não mais descia pela Estrada do Comércio, e sim, pela ferrovia Pedro II; em 1891 a sede do Município é transferida para o arraial de Maxambomba. As ferrovias substituem a navegação fluvial. A antiga sede do Município começa a ser chamada de Iguassú Velha ou Velho. Os canais transbordados nas cheias e os brejais (ipueiras, sem vazamentos, são excelentes viveiros para o mosquito anofelino (o da malária). O Conjunto arquitetônico de Nova Iguaçu vai ficando abandonado. Nossas autoridades não se preocupam em preservá-lo. (Torres, 2004, p.101).

O surgimento da ferrovia é um fator importante para o declínio do porto de Iguaçu e de seu centro comercial, e tal questão teria causado um deslocamento de eixos comerciais e populacionais para a freguesia de Maxambomba, ao sopé da Serra de Madureira. Essa região, onde foi construída a Estrada de Ferro Pedro II, passou a canalizar atividades de comércio e serviços, bem como as residências da elite municipal (Souza, 1992).

Em 1º de maio de 1891, Maxambomba tornou-se sede administrativa do município e, acompanhando essas transformações, muitas fazendas dedicadas à cana e ao café, que estavam abandonadas por conta da decadência da região, deram lugar à citricultura da laranja (Souza, 1992).

A produção de laranjas, aos poucos, foi desenvolvendo, novamente, a região. O presidente Nilo Peçanha¹² foi um apoiador da citricultura em Iguassú, reduzindo impostos e

¹² Nilo Procópio Peçanha nasceu em Campos na, então, província do Rio de Janeiro, no dia 2 de outubro de 1867, filho de Sebastião de Sousa Peçanha e de Joaquina Anália de Sá Freire. Seu pai era padeiro, e sua mãe descendia de uma família importante na política norte fluminense. Nilo assumiu a presidência, que exerceria por 17 meses, até o fim do quadriênio, em novembro de 1910. No novo posto, procurou implementar algumas medidas que expressavam sua crença na diversificação da produção. Iniciou também as obras de saneamento da Baixada Fluminense; promoveu a desobstrução e a drenagem de vários rios que desembocam na baía de Guanabara; restaurou o parque da Quinta da Boa Vista; iniciou as obras da lagoa Rodrigo de Freitas e construiu

fazendo obras de saneamento na região. A cidade, gradualmente, progredia em sua estrutura social e administrativa. Em 1912, foi inaugurado o Esporte Clube Iguaçu. Em 1919, foi criada a Prefeitura Municipal e, em 1931, a Vara Criminal na Comarca de Iguaçu. Outro destaque foi a mudança de nome da povoação de São Matheus, que passou a se chamar Nilópolis. (Pereira, 1977).

Diversas sociedades e companhias surgiram com o fenômeno da laranja, dentre elas a Sociedade Anônima Normandia, em Cabuçu; a Antônio de Oliveira e Irmão; a Fazenda Heliópolis da Farrula & CIA; Guinle & Irmãos; Conde Modesto Leal, em Queimados, todos grandes produtores de laranjas. De 1927 a 1934, foram produzidas cerca de 10.674.135 caixas de laranjas (Pereira, 1977).

A produção da citricultura ressignificou questões econômicas e sociais em Nova Iguaçu e, no início do século XX, era o carro-chefe da economia local e do estado do Rio de Janeiro. Milhares de famílias em Nova Iguaçu estavam envolvidas, direta ou indiretamente, com a cultura da laranja, por meio da fabricação de caixas, do transporte das frutas ou do trabalho nas plantações, nos barracões e no tratamento da laranja (Pereira, 1977).

Em 1930, ocorreu um investimento federal de grande porte na região e o Governo Federal começou a implementação de um vasto programa de recuperação da Baixada, que incluía obras de saneamento e drenagem, a ser realizadas pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento. Dessa forma, a produção e comercialização de laranja, por volta de 1930, fez com que Nova Iguaçu se tornasse uma das principais exportadoras de laranja da América Latina e do mundo.

A terra e o clima iguaçuanos se revelaram surpreendentemente excelentes para a citricultura, proporcionando um fruto mais saboroso e de ótima apresentação, características que fizeram da laranja de Nova Iguaçu a primeira em qualidade do Brasil e do Mundo (Pereira, 1977, p. 118).

Por volta de 1923, ocorreu a criação da Associação dos Fruticultores de Nova Iguaçu e o seu papel era o transporte e venda das frutas de seus associados para o comércio interno e externo. (Pereira, 1977). Até hoje, se tem o apelido de “Cidade perfume”, devido a esse período de grande produção da citricultura. Nova Iguaçu teve tanta importância no cenário

nacional e internacional da produção de laranja que, em 1929, recebeu a visita do presidente da República Washington Luís.¹³

A produção da laranja tinha como principal objetivo a exportação, que era vendida, em especial para a Argentina, o principal importador das laranjas brasileiras, em 1929. Em seguida, vinham Inglaterra, Alemanha e Holanda. A rentabilidade e a prosperidade da laranja, em Nova Iguaçu, se espalharam e, assim, diversas pessoas, que não tinham experiência com agricultura ou plantação, passaram a comprar terras, porque vislumbraram possibilidade de lucro (Souza, 1992).

O lucro com a produção da laranja revolucionou a estrutura social de Nova Iguaçu. Os anos 30 do século XX foi um período de aceleração do crescimento e desenvolvimento de Nova Iguaçu. Houve inauguração de quatorze novas estradas, instalação elétrica da Estrada de Ferro Pedro II, obras de saneamento na região, construção do Hospital Iguaçu, fundação das primeiras entidades de classe e dos primeiros estabelecimentos bancários, j com desenvolvimento industrial (Torres, 2004).

Todavia, essa opulência na cidade de Nova Iguaçu foi freada pela decadência da produção de laranja. Alguns fatores apontam para esse fim, tais quais a Segunda Guerra Mundial, que atrapalhou a exportação para os países europeus; a ‘mosca do mediterrâneo’¹⁴, praga que devastou plantações inteiras na região; além da especulação imobiliária, cujo interesse era realizar loteamento das vastas terras de cultivo. Assim, já na década de 1940, houve declínio da produção de laranja.

1.8 A industrialização e os loteamentos.

Entre as cascas da laranja, que se esvaia, e o cimento das construções, Nova Iguaçu entrou em um processo desenfreado, desorganizado e irreversível de loteamento¹⁵ no final da década de 1940.

¹³ Washington Luís Pereira de Sousa GCC foi um advogado, historiador e político brasileiro, 13º Presidente do Brasil e o último da chamada República Velha, além de ter anteriormente, ocupado os postos de 18º Presidente do Estado de São Paulo, e 3º Prefeito da Cidade de São Paulo. (FGV/CPDOC – Disponível em <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/washington-luis-pereira-de-sousa>. >

¹⁴ A mosca-do-Mediterrâneo ou mosca-da-fruta (*Ceratitis capitata* Wied.) é um dos principais inimigos das fruteiras em geral, caracterizando-se a sua ação pela afetação dos respetivos frutos. No caso especial da cultura dos citrinos, as picadas que efetua nos mesmos, com posterior desenvolvimento larvar no seu interior, leva muitas vezes à destruição completa da polpa. (Pereira, 1977).

¹⁵ Dialogando com Sonali (1992), elenca-se que o termo loteamento se refere ao desmembramento de propriedades com vistas à venda das parcelas a compradores individuais.

Alguns citricultores, compreendendo que chegara ao fim o ciclo da laranja, procuraram salvar seu capital enterrado nos pomares e chácaras. Muitos optaram pela transformação dos laranjais em loteamentos que, para facilitar, eram vendidos em prestações (Pereira, 1977, p. 146).

O loteamento ligado ao capital imobiliário redefiniu diversas questões econômicas e sociais na região. Antigos engenhos, chácaras, sítios, campos de plantação deram lugar à venda de lotes e, assim, novos atores sociais surgiram na Baixada Fluminense: posseiros, lavradores, grileiros e o mercado imobiliário. Diversas famílias enriqueceram com a venda de chácaras, sítios e fazendas, formando bairros como Cabuçu, Posse e Austin (Pereira, 1977).

Na década de 40 e parte da de 50, Nova Iguaçu estava buscando uma solução para a crise da laranja, e ao mesmo tempo vê surgir, de forma poderosa a indústria de loteamento. Fazendas decadentes eram loteadas e transformadas em verdadeiros bairros. A fazenda da Posse, por exemplo, que foi toda retalhada e transformada em vários bairros. Fazenda Santa Rita também foi transformada e, também, a Fazenda Caiobá e Cabuçu.¹⁶

O rápido crescimento populacional é uma questão que deixou problemas, até hoje, na região da Baixada Fluminense. Em 1929, a população da região era de cerca de 30 mil pessoas, passou para 145.649 habitantes em 1950, de acordo com o IBGE. Nova Iguaçu passou para um período de inchaço urbano que a transformou na sétima cidade mais populosa do Brasil, em 1980, com cerca de 1.094.805 habitantes, mesmo com as emancipações (Alves, 2020).

A abertura da Avenida Brasil¹⁷ em 1946 e a criação da Rodovia Presidente Dutra¹⁸, em 1951, aumentaram o valor especulativo das terras de Nova Iguaçu e da Baixada Fluminense. O ir e vir até o centro do estado se tornou mais prático. Estavam fixadas as bases para a onda de loteamentos que mudaria, para sempre, a estrutura social, econômica e política de Nova Iguaçu (Alves, 2020).

O desenvolvimento industrial da região atraiu uma massa populacional de outras regiões do país. Ligado a isso, tem-se a modernização e urbanização do centro do Rio de Janeiro, que expulsou, daquela localidade, parte dos moradores pobres. Sendo assim, em

¹⁶ Entrevista concedida por Antônio Lacerda ao autor desta tese em 2015 em razão da elaboração da monografia Organização, Resistência e luta dos Lavradores – Posseiros de Pedra Lisa na Baixada Fluminense nas décadas de 1940 a 1960. Monografia do Curso de História, UFRJ. Seropédica, junho de 2015.

¹⁷ A Avenida Brasil é considerada a mais importante via expressa da cidade do Rio de Janeiro, que com 58 quilômetros de extensão corta 28 bairros do município, ligando a BR 101 Norte a BR 101 Sul – a rodovia federal longitudinal do país, cujo ponto inicial é Touros-RN e o ponto final é São José do Norte-RS. (Rodrigues, 2006).

¹⁸ A Rodovia Presidente Dutra faz a ligação entre as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, sendo considerada a rodovia mais importante do Brasil não somente por ligar as duas metrópoles nacionais, mas também por atravessar uma das regiões mais ricas do país – o Vale do Paraíba, e ainda por ser a principal ligação entre o Nordeste e o Sul do Brasil. (Rodrigues, 2006).

meados do século XX, havia uma quantidade considerável de pessoas buscando local para morar e/ou sobreviver. O local escolhido foi a periferia mais próxima, ou seja, Nova Iguaçu e a Baixada Fluminense. Essa localidade foi escolhida não somente por ser próxima da capital, mas, sobretudo pela existência da ferrovia Central do Brasil e da Via Dutra que a ligavam à cidade do Rio de Janeiro. Esses pontos facilitavam o deslocamento da população até a cidade do Rio de Janeiro, onde a maior parte desses sujeitos desenvolvia suas atividades econômicas (Alves, 2020).

O desenvolvimento industrial de Nova Iguaçu e, concomitantemente, da Baixada Fluminense, foi linear até por volta de 1980. A questão é que esse desenvolvimento desencadeou a industrialização de inúmeros distritos iguaçuanos. Todavia, a prefeitura manteve, ao longo dos anos, a mesma política de investimentos escassos e pouco apoio financeiro, que motivaram as emancipações da década de 1940. Nesse processo, Duque de Caxias, São João de Meriti e Nilópolis se emanciparam e a insatisfação tomou conta dos moradores do município-sede, que passaram a questionar os serviços públicos prestados pela prefeitura (Souza, 1992).

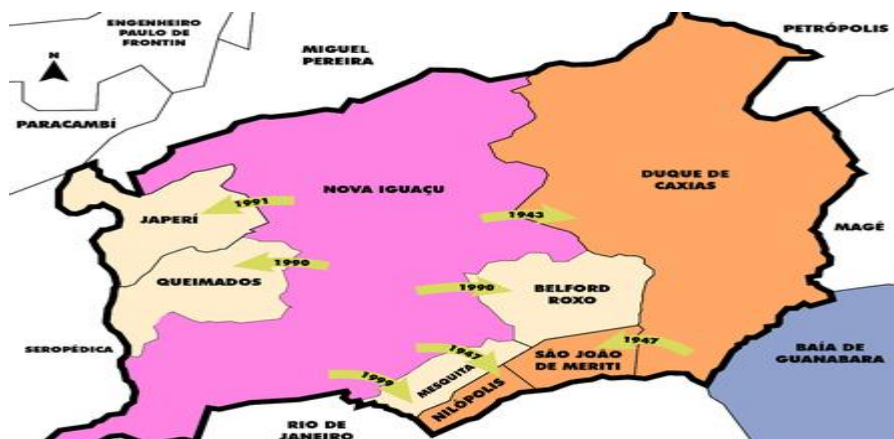
A emancipação de territórios da cidade de Nova Iguaçu começou a ocorrer por volta de 1940. Em 1939, antes dos desmembramentos, Nova Iguaçu era dividido em nove distritos: Nova Iguaçu, Belford Roxo, Bonfim, Cava, Caxias, Estrela, Meriti, Nilópolis e Queimados (IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Nova Iguaçu/Mapas). Como vimos anteriormente, a cidade é comumente chamada de Cidade Mãe¹⁹ ou Mamãe Iguaçu, porque de seu território surgiram diversos outros municípios, a começar por Duque de Caxias em 1943.

De acordo com Oliveira (2006), o processo de emancipação que leva um território ou grupo à busca por constituição de um poder local político- administrativo é derivado de diversas questões, como déficit na administrativa ou na economia derivada de estagnação política, ou ainda, busca de poder e controle por uma elite local (Oliveira, 2006). Simões (2007) afirma que, após as emancipações, surgiram novos grupos de poder e novos interesses, em Nova Iguaçu e na Baixada Fluminense, de modo a favorecer o estabelecimento de novas relações entre as forças locais e regionais.

Vejamos no mapa a seguir as emancipações originadas de Nova Iguaçu.

¹⁹ Termo usado por Edson V. Borges em: Vicente, Edson Borges. Nova Iguaçu, Cidade Mãe do nascimento de Iguassú a gestão de Iguaçu Nova em uma abordagem geográfica.

Figura 03: Emancipações da cidade de Nova Iguaçu.



Fonte: Atlas Escolar da Cidade de Nova Iguaçu, 2004 - Duque de Caxias emancipado em 1943, Nilópolis e São João de Meriti emancipados em 1947, Belford e Queimados em 1990, Japeri em 1991 e Mesquita em 1999.

A reorganização da zona da cidade do Rio de Janeiro, destinada a abrigar seu campo industrial, direcionou os novos investimentos industriais do estado para o eixo da Estrada de Ferro Leopoldina e da Avenida Brasil. Sendo assim, nas décadas de 1940 e 1950, cerca de duzentas e vinte indústrias instalaram-se nos bairros de subúrbio do Rio, com seus projetos e investimentos industriais e fabris, que também eram direcionados para o entorno da Rodovia Presidente Dutra e Avenida Brasil, que se estendia até a Baixada Fluminense. (Simões, 2007)

Dessa forma, em partes, Nova Iguaçu e os municípios da Baixada Fluminense buscaram forma de viabilizar a instalação de indústrias na região. As rodovias e o trem diminuíram o deslocamento da capital para a Baixada e a Zona Oeste, como Campo Grande. Essas regiões sofreram um gigantesco loteamento e valorização de suas terras por volta de 1940.

O desenvolvimento da Avenida Brasil na década de 1940 e a criação da tarifa ferroviária única aceleraram, exponencialmente, o crescimento dos municípios da Baixada. Diversas indústrias foram direcionadas para a Avenida Brasil, Dutra e beirando as linhas de trem próximas na Baixada Fluminense. Destacamos a Compactor, a Bayer, a Granfino, a Brasferro e a Mercantil e Indústria Ingá, na década de 1950. A escolha dessas empresas por Nova Iguaçu e a Baixada Fluminense se dava porque os valores dos lotes eram consideravelmente menores em relação aos terrenos do perímetro urbano, devido à distância do centro do município. Além disso, implantar um empreendimento fabril às margens da recém-inaugurada rodovia Presidente Dutra significava uma facilidade, no escoamento da produção (Simões, 2007).

Em 1945, foi criada a Associação Comercial e Industrial de Nova Iguaçu (ACINI), que facilitou a comunicação e os desdobramentos de indústrias de médio e grande porte em Nova Iguaçu. Ligado ao processo de industrialização, temos a onda loteadora e a especulação imobiliária e, como vimos o fluxo migratório para a capital e a Baixada Fluminense. Sendo assim, houve a expressão perfeita para os empresários e a elite comercial: mão de obra barata, terrenos e lotes abaixo do preço da capital e, em muitos casos, a falta do cumprimento de direitos trabalhistas, ou mesmo, da dignidade humana. Esse conjunto de fatores mudou a sociedade Iguaçuana em uma velocidade inimaginável e, claro, descontrolada e com pouco investimento ou fiscalização dos setores públicos (Sonali, 1992).

Na onda loteadora, os loteamentos foram mais lucrativos para aqueles que controlavam maiores extensões de terra, como os grandes proprietários e as companhias imobiliárias. Os pequenos produtores, geralmente de chácaras, ficavam refém das companhias imobiliárias para vender suas terras e obtinham pouco lucro (Sonali, 1992).

Nos anos 1950, o crescimento de áreas loteadas foi tão intenso - possivelmente o mais forte desse século, que esse processo ficou registrado, pelos geógrafos e na memória social daqueles que viveram e estavam atentos a essa transformação, como um boom imobiliário, uma febre. Esse movimento crescente foi verificado em São João de Meriti, Duque de Caxias, São Gonçalo, Zona Oeste do Rio de Janeiro e, em Nova Iguaçu, na década mencionada, alcançou proporções surpreendentes (Souza, 1992, p.94).

A terra pensada como loteamento e como objeto, exclusivamente, de lucro levou ao surgimento de uma nova cidade, de um novo espaço geográfico mais urbanizado e menos rural. "Depois da laranja, veio o trem, veio o progresso".²⁰ Esse progresso poderia ser identificado na percepção de que o loteamento era uma forma de ocupação e desenvolvimento urbano, mas essa experiência não se concretizou em Nova Iguaçu, já que a falta de infraestrutura foi o ponto marcante nos novos núcleos estruturais habitacionais (Souza, 1992).

O principal objetivo dos especuladores era o lucro. Por isso, diversos loteamentos foram realizados em áreas totalmente insalubres e sem qualquer infraestrutura mínima. Muitas pessoas compravam um lote em várias prestações, que, na maioria dos casos, custavam menos do que os aluguéis nas proximidades dos centros comerciais da Guanabara, na esperança de futuros investimentos públicos — que, contudo, nunca se concretizaram. Assim, muitos

²⁰ Citação de um entrevistado. Ver: Souza (1992, p. 89).

desses locais ainda hoje se encontram em situação deplorável, sem saneamento básico e serviços públicos essenciais (Souza, 1992).

Souza (1992) faz consenso e destaca que o loteamento em Nova Iguaçu ocorreu sem o apoio estatal ou das concessionárias de serviço público, de modo que não houve planejamento na ocupação, tampouco obras de esgotamento sanitário, cobertura asfáltica, tratamento de água, criação de escolas, hospitais e postos de saúde. Apesar disso, muitas pessoas, que compravam os lotes, enxergavam uma realidade de construção da casa própria e de um novo mundo, a partir de promessas e propagandas das companhias loteadoras (Alves, 2020). Conforme essa autora, pessoas de todos os lugares do Brasil, principalmente do Nordeste, vieram para Nova Iguaçu a partir dos anos 1930. Apesar de todos esses problemas, os loteamentos foram uma ferramenta fundamental na reconfiguração espacial da Baixada e de Nova Iguaçu.

Destacando-se entre os migrantes estaduais segundo o censo 1980, registra-se em Nova Iguaçu a presença de mineiros (87.336), paraibanos (47.386) e capixabas (41.096). Em geral, a vinda para o município se dá através de uma outra cidade, e assim, dos 601 mil migrantes contabilizados em 1980, apenas 83 mil residiam anteriormente em domicílios rurais (Souza, 1992, p.113).

A expansão dos loteamentos redefiniu a estrutura urbana e social da Baixada Fluminense. Com cerca de 20.524 lotes, em 1929, houve um salto gigante de 273.208 lotes até o final da década de 1950. A população da Baixada Fluminense na totalidade saiu de 140.600 moradores para 360.800, em 1950. Já em 1960, estaria com cerca de 891.300 habitantes. Não obstante tal situação, seus efeitos econômicos ficaram concentrados em uma pequena parcela da população, principalmente nos serviços públicos. Em 1960, apenas 26% dos domicílios tinham água encanada e somente 10% com esgoto (Alves, 2020).

Os investimentos eram seletivos e privilegiavam uma região específica de Nova Iguaçu. Entre a estação ferroviária e o sopé da Serra de Madureira desenvolveu-se uma área residencial que, desde o início, foi ocupada pelos setores mais elitistas da sociedade. Essa região foi moradia dos antigos exportadores, profissionais liberais e comerciantes, que possuíam uma capacidade financeira superior à da maioria da população, de modo que ocupavam casarões, futuramente, apartamentos próximos à estação, aos mercados e ao centro comercial da cidade. Essas áreas como K11, Bairro da Luz, Moquetá, desde quando o município era Vila, ficavam longe das áreas alagadiças e inundáveis.

Comerciantes e proprietários de terra entraram no novo setor por meio de companhias loteadoras, lojas de material de construção e empresas de transporte. Ademais, um novo

mercado de trabalho foi elaborado para a produção de loteamentos e para a construção que, provavelmente, incorporou alguns trabalhadores da citricultura. Sendo assim, a estrutura social se transformou com o crescimento populacional e o crescimento do comércio e indústria (Alves, 2020).

A onda de loteamentos gerou disputas por terras e questionamentos quanto à sua legalidade, mas Nova Iguaçu desenvolveu-se a ponto de possuir um centro comercial amplo e diversificado. Além disso, a expansão industrial, concentrada no eixo Rio–São Paulo, favoreceu o crescimento do mercado de trabalho. Dessa forma, novos atores sociais surgiram, e conflitos por terras eclodiram em Nova Iguaçu.

1.9 Resistência camponesa e popular frente às transformações econômicas e sociais em Nova Iguaçu

A explosão de pessoas em busca de terras, lotes, empregos e moradias gerou conflitos com a elite local, as companhias loteadoras, comerciantes, grileiros²¹ e posseiros²². Destarte, com tais processos de ocupação e de loteamento em Nova Iguaçu, novos interesses e sujeitos entraram na cena política e social da Baixada Fluminense, nas décadas de 1940, 1950 e 1960. Lavradores, autoidentificados como posseiros, representavam uma classe de trabalhadores camponeses, oprimidos pelo surto especulativo imobiliário. O alto valor dos imóveis, no centro da cidade, contribuiu para um enorme fluxo populacional em direção à Baixada Fluminense (Grynszpan, 1987, 2009).

Como já mencionado, os parques investimentos federais e estaduais na Baixada Fluminense, por volta da década de 1940 e 1950, a decadência da citricultura e o processo de industrialização fomentaram a especulação dos lotes e terras, dando origem a disputas territoriais entre posseiros, grileiros, agricultores, produtores e moradores locais (AGUIAR, 2015). Os especuladores, nesse contexto, eram os bancos, empresas imobiliárias, famílias e até órgãos públicos. Nessa disputa de (e por) terras, iniciaram-se os despejos e, conseqüentemente, as lutas e resistências de pequenos agricultores, lavradores e moradores, por suas terras (Grynszpan, 2009).

Nas terras da Baixada Fluminense, posseiros e lavradores defendiam o direito à terra em que produziam e às suas benfeitorias. A Associação de Lavradores configurou-se, de certa

²¹ Grileiro é um proprietário privado que se apossa de terras públicas ou devolutas e/ou terras de terceiros. Em muitos casos forjando documentos falsos. (AGUIAR, 2015)

²² São famílias que ocupam um pedaço de terra e passam a viver e trabalhar nesta terra como se fossem deles. (Aguiar, 2015).

forma, como uma ação popular. Nesse contexto, o valor da terra deixou de ser associado ao meio de produção e passou a se converter em moeda financeira especulativa — a terra tornou-se mercadoria e produto. O movimento de resistência dos pequenos lavradores eclodiu no final da década de 1950 e intensificou a presença dos jagunços, sujeitos contratados pelos fazendeiros para atuar na segurança e repressão (Aguiar, 2015).

A resistência se intensificou, em torno das ações políticas ligadas ao Partido Comunista – PCB.²³ Em 1948, em Nova Iguaçu, foi criada a Sociedade dos Lavradores da Pedra Lisa, a qual tinha como expoente e liderança José Teodoro, morto na luta contra os grileiros (Aguiar, 2015).

Em 1952, com o aumento dos despejos em significativa parte da Baixada Fluminense, foi criada a Associação dos Lavradores Fluminenses (ALF), presidida por Manoel Jerônimo. Em 1959, surgiu a Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ), com um alcance mais amplo, de caráter estadual (Alves, 2020).

Um dos principais líderes populares desse período foi Bráulio Rodrigues da Silva, que contribuiu para a criação da Associação de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, do Movimento Amigos de Bairro (MAB) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). A luta e resistência dos lavradores por suas terras transformaram-se em uma questão política e social. O Partido Comunista, juntamente com lideranças como Manoel Jerônimo, Dom Adriano Hipólito, José Teodoro, José Pureza, Bráulio Rodrigues, entre outros, teve papel fundamental na questão camponesa (Aguiar, 2015).

A luta e resistência camponesa dos posseiros representou uma ruptura no paradigma político e social da Baixada Fluminense. Essa luta por terras e direitos marcou a história, a tradição e a organização dos movimentos populares rurais contra a opressão dos poderes público e privado. A resistência dos lavradores e trabalhadores rurais à onda loteadora capitalista simbolizou não apenas uma luta por terras e direitos, mas também a luta das famílias que ali viviam — uma verdadeira luta pela vida (Alves, 2020).

Em consonância com esses processos, e dialogando com a pesquisa de Percival Tavares da Silva (1994), destaca-se o Movimento Amigos de Bairro (MAB), que surgiu a partir da necessidade de organização popular para suprir a ausência de políticas públicas voltadas à melhoria da região e à falta de representatividade dessa camada da população.

²³ O Partido Comunista Brasileiro (PCB) é a agremiação partidária que alcançou maior longevidade na história política do Brasil. Fundado em 1922 contribui na luta e resistência operária e camponesa, além de participar na criação de sindicatos e movimentos regionais populares (Santana, 2001).

Assim, o MAB consolidou-se como um movimento social urbano e popular, de caráter político-educativo, que buscava melhorias para os bairros e moradores de Nova Iguaçu, funcionando como um canal direto de diálogo entre o poder público e as associações locais. Esse movimento se fortaleceu na década de 1970, em enfrentamento direto ao clientelismo político vigente (Silva, 1994).

Em harmonia com as lutas camponesas e populares que realçamos, não podemos deixar de trazer para o/a leitor/a uma revolta popular que culminou em saques e quebra-quebra em Nova Iguaçu em 1962. “Cerca de dois mil estabelecimentos comerciais atingidos, depredados e saqueados, 42 mortos e 700 feridos” (Alves, 2020, p.144). Esses saques e revoltas revelam um lado mais forte de pessoas que estavam passando fome e viam no saque, talvez, uma única forma de se alimentar. Do centro de Caxias, essa revolta e manifestação popular se espalharam para São João de Meriti e Nova Iguaçu e, mesmo com a chegada do exército, a massa saqueadora se manteve firme.

Nesse processo, Alves (2020) mostra que surgiu uma peça no tabuleiro do xadrez da Baixada Fluminense que influencia até os dias atuais a segurança, política e sociedade: os paramilitares, polícia privada ou milícia²⁴. Esses grupos surgiram para defender comerciantes dos saques e depredações, com o consentimento do juiz da 1ª Vara de Duque de Caxias, Hélio Albernaz Alves. O sindicato do comércio varejista também apoiava as ações dos grupos paramilitares e, logo, ocorreu a criminalização da pobreza, perseguição aos mais humildes, negros e pobres. Essa é a origem de grupos de extermínio, em Nova Iguaçu, e cujo ápice ocorreu na Ditadura Militar (Alves, 2020).

Na luta popular, evidenciamos o labor da professora Therezinha Lopes para criar uma escola na comunidade Jardim Glaucia, Nova Iguaçu, em 1959 (Moduan, 2018, 143). Temos, também, a União Iguaçuana dos Estudantes (UIE), que era formada em sua maioria por estudantes secundaristas e presidida por Márcio Caulino (1959). Tal instituição denunciava e lutava por melhorias na educação de Nova Iguaçu. Seguindo o raciocínio de Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre (2015), destacamos a Arcádia Iguaçuana de Letras (1955 – 1970), que era composta por intelectuais locais, que buscavam escrever e salvaguardar a história de Nova Iguaçu, por um viés memorialista e cultural. Tal grupo, formado pela elite iguaçuana, buscou manter um consenso hegemônico ligado a dirigentes políticos da época.

²⁴ Força, tropa ou organização para militar e/ou indivíduo que não faz parte do corpo registrado de tropas militares de um país ou age sobre seus comandos. (Alves, 2020).

Seria impossível falar sobre luta popular e a busca por direitos humanos e sociais e não ressaltar a relevância de Dom Adriano Hipólito²⁵, personagem central na luta por direitos humanos contra a Ditadura Militar. Esse bispo foi sequestrado e torturado, tendo o corpo pintado de vermelho, em alusão à perseguição aos comunistas, acusação atribuída ao religioso.

Dom Adriano Hipólito, ao chegar a Nova Iguaçu, escolheu os mais pobres, a defesa dos direitos humanos e entendia que todos deveriam ter os mesmos direitos e oportunidades. Era malvisto pelos militares e, por isso, sofreu perseguição cujo objetivo era silenciar sua voz e atuação. Nos anos mais violentos e duros da Ditadura Militar, Dom Hipólito foi uma figura fundamental para as lutas sociais da Baixada Fluminense. Sendo bispo da diocese de Nova Iguaçu, acolheu perseguidos políticos, em alguns casos empregando-os na estrutura diocesana. Assim, a luta incansável do religioso por paz e justiça impediu, certamente, que a Ditadura Militar fosse mais violenta do que foi na Baixada Fluminense. Além disso, o padre liderou e participou da construção da Comissão de Justiça e Paz, da Comissão Pastoral da Terra e do Movimento Amigos de Bairro.

Consoante a esses processos de resistência popular e camponesa e aos ciclos econômicos da cana, café e laranja, que Nova Iguaçu (e a Baixada Fluminense) passaram, ainda existe uma elite local que usa seu poder e, segundo a literatura, se aproveita de relações econômicas para se perpetuar, em detrimento dos direitos coletivos da população. Dialogando com Alves (2020) e Percival (2010), ressaltamos que essa população chamou a atenção de políticos, empresários e da elite carioca por uma questão bem peculiar: o voto.

Desde 1930, quando o voto passou a ser um direito da maioria dos cidadãos brasileiros, Nova Iguaçu e a Baixada Fluminense passaram a ser vistas como espaços politicamente estratégicos, em razão de sua grande massa populacional. Em 1951, por exemplo, Nova Iguaçu era o terceiro município mais populoso do Estado do Rio de Janeiro, ficando atrás apenas da capital e de Niterói (Alves, 2020; Percival, 2010). Nesse contexto, poder local, violência, clientelismo, execuções, mandonismo, intimidação, compra de votos, injustiça e troca de favores foram fatores que marcaram a política e as eleições locais, fazendo com que o voto elevasse Nova Iguaçu a um novo patamar de disputas políticas e sociais.

De um lado, os chefes locais que conduzem tropas de eleitores; do outro, a situação política dominante do Estado, que dispõe do erário, dos empregos,

²⁵ Sobre Dom Adriano Hipólito, ver: Sana (2015).

dos favores, da força policial, enfim, dos recursos que garantem a perpetuação do poder local. Onde o favor e a violência são simultaneamente empregados no controle dos dependentes, no convencimento dos recalcitrantes e nas distribuições dos inimigos (Alves, 2003, p. 9).

Na década de 1960, quando os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro ainda não haviam sido unificados, os quatro municípios da Baixada Fluminense concentravam cerca de 31% dos eleitores de todo o estado fluminense, sendo uma das regiões mais populosas do Brasil. A carestia, o pauperismo e as profundas desigualdades sociais levaram boa parte do eleitorado a vender seu voto em troca de cestas básicas de alimentos, pequenas quantias em dinheiro, consultas médicas, cirurgias, empregos arranjados, óculos ou qualquer outro bem capaz de suprir uma necessidade imediata e real (Alves, 2020).

Em boa parte dos casos, líderes locais — como moradores de bairro, membros de igrejas e diretores de escolas — foram cooptados por empresários e apoiadores de políticos interessados na compra de votos. Esse processo de cooptação foi se aperfeiçoando ao longo dos anos, mas sua lógica clientelista permaneceu presente em muitos bairros da Baixada Fluminense até o início da Ditadura Militar. Esse período representou uma reorganização profunda da política na região, especialmente em Nova Iguaçu, marcada pela supressão, enfraquecimento e destruição das formas de oposição política e popular às ideologias dominantes da época (Alves, 2020).

Em 1966, Nova Iguaçu recebeu atenção direta do Comando Militar, por meio da nomeação de um Interventor Federal, nos primeiros meses da Ditadura. Houve mudança drástica nas relações sociais, políticas e econômicas em Nova Iguaçu, com expansão das relações clientelistas, subservientes e antidemocráticas ligadas à violência de grupos de extermínio e silenciamentos e/ou enfraquecimentos de grupos opositores (Alves, 2020).

A educação de Nova Iguaçu não passou despercebida pelos olhares do regime militar. O autoritarismo alcançou as escolas e suas dependências, interferindo nas salas de aula, na gestão das unidades e nas práticas pedagógicas como um todo. Destacamos que esse ponto será aprofundado no Capítulo 3, mas é importante ressaltar que, nos anos finais da Ditadura Militar, milhares de crianças estavam fora da faixa etária escolar adequada na região, onde prevaleciam altos índices de analfabetismo e profundas desigualdades sociais. Esses problemas refletiam o arrocho das políticas públicas, o cerceamento da liberdade pedagógica dos(as) professores(as) e a falta de investimento na educação (Alves, 2020).

No capítulo seguinte, abordaremos a história do surgimento das primeiras escolas em Nova Iguaçu, com o objetivo de compreender a expansão das instituições de ensino a partir de

sua origem, bem como apresentar um levantamento de textos e pesquisas relacionadas à educação no município.

2 CAPÍTULO II – NO MEIO DO CAMINHO TINHA UM RIO IGUASSÚ E ALGUMAS ESCOLAS: AS PRIMEIRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO EM NOVA IGUAÇU.

‘O passado não reconhece o seu lugar; está sempre presente’
(Mário Quintana, 2019)

O título desse capítulo faz alusão ao poema de Carlos Drummond de Andrade ‘No Meio do Caminho’. Desde o início dessa escrita, tentamos abordar Nova Iguaçu como um local de passagem, com muitos caminhos, estradas, portos, culturas e afins. Sendo assim, ‘no meio do caminho’ tinha um Rio Iguaçu (que dá nome à cidade) e algumas escolas, porque no surgimento da Vila de Iguaçu poucas escolas atendiam à população. Dessa forma, o objetivo central do capítulo é ressaltar o surgimento de instituições de ensino na cidade de Nova Iguaçu, desde o século XIX, quando a região se municipalizou, até a década de 1960 do século XX, início da Ditadura Militar.

A operação historiográfica (Certeau, 1994) que orienta a consecução do objetivo desta pesquisa reside na apresentação das instituições e dos grupos de pesquisa que atuam como “usinas” de ideias, contribuindo para o surgimento de publicações sobre a História de Nova Iguaçu. Trata-se de um movimento de complementação ao que foi desenvolvido no Capítulo 1 e, simultaneamente, de uma abordagem sobre a História da Educação no município, preparando o terreno para a sustentação analítica do terceiro capítulo.

2.1 Instituições e Grupos de Pesquisas sobre Nova Iguaçu: história e educação

O Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu (IHGNI) ‘sobrevive’ desde 15 de novembro de 1962 e se constitui em uma das poucas entidades de preservação da memória iguaçuana. Os fundadores do local foram personalidades iguaçuanas como Ruy Afrânio Peixoto, Luiz Martins de Azeredo, Waldick Pereira, Max Walter Schneidwind, Eugênio Beauvallet, Francisco Scofano, Zanon de Paula Barros e Ney Alberto Gonçalves de Barros. Com o falecimento de alguns desses personagens, boa parte do acervo do instituto foi perdida, inclusive sua sede administrativa. Atualmente, busca-se organizar o acervo, por meio da recuperação de peças perdidas e extraviadas (Mendes, 2017).

O papel desempenhado por um Instituto Histórico e Geográfico é imprescindível para salvaguardar a memória e forjar um passado. Há diversos espalhados pelo estado do Rio de

Janeiro e pelo Brasil. Lamentamos que o de Nova Iguaçu não esteja valorizado à altura de sua representação cultural.

Institutos históricos como o IHGB e seus congêneres nas províncias/estados, academias literárias, museus, arquivos e associações científicas – desde os tempos do Império – cumpriram a missão de forjar um passado comum para a nação brasileira. A análise da construção de narrativas nesses espaços tem sido emblemática para se entender o processo de construção de mitologias fundacionais pautadas em conceitos como origem, povo, tradição e herança. (Mendes,2017,p.8).

O (IHGNI) seguiu essa linha e criou espaços de memória da cidade de Nova Iguaçu, mesmo que isso gerasse conflitos com interesses privados e com a elite local, já que o dominador não deseja que a história seja escrita com detalhamento de pontos que ferem seus interesses. Dessa forma, o Instituto buscou uma construção de uma história diretamente ligada aos interesses da nação e da região. Todavia, o IHGNI é uma das poucas entidades de preservação da memória iguaçuana.

Outro destaque para preservação da memória iguaçuana é o Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu que foi por muito tempo organizado pelo pesquisador Antônio Lacerda. O arquivo foi e ainda é o local-chave para investigação acadêmica sobre Nova Iguaçu e a Baixada Fluminense.

Em 1988, foi criada a Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/UERJ), Unidade Acadêmica da UERJ, através da Resolução 548/88. Assim, os estudos sobre educação em Nova Iguaçu e na Baixada Fluminense receberam atenção especial nas pesquisas da instituição.

Em 2006, foi inaugurado o Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu ligado à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), que possibilitou a implementação de pesquisas de caráter acadêmico na Baixada.

Nessa ótica de preservação da memória local, não poderíamos deixar de mencionar um importante espaço situado na cidade vizinha de Nova Iguaçu: o Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CEPEMHed). Essa instituição emergiu da luta e da valorização da memória dos(as) profissionais da educação do município de Duque de Caxias.

A história de criação do CEPEMHed é resultado de intensos debates sobre o patrimônio histórico da cidade de Duque de Caxias e da preocupação cada vez mais constante com o descarte de documentos importantes para o processo de investigação histórica. Sua origem se deu em 2004, com os dirigentes regionais do núcleo de Duque de Caxias do

Sindicato dos Profissionais da Educação (SEPE/Caxias), sob a liderança da professora Fátima David. A instituição do CEPEMHed, por lei, se deu em 07 de novembro de 2008, quando o Decreto de criação foi transformado na Lei Municipal nº 2.223 ²⁶.

Tão importante quanto os demais, temos o Instituto de Pesquisa Afro-Cultural Odé Gbomi, um museu de cultura afro-brasileira que fomenta a preservação da cultura afro-brasileira. O espaço realiza palestras, cursos, oficinas e abre ao público um acervo com cerca de 300 peças de cunho africano. O local foi fundado pelo babalorixá Antônio Montenegro, em 2008, e funciona como um disseminador de conhecimentos sobre a cultura Iorubá na região iguaçuana.

O Grupo de Estudos Históricos da Baixada Fluminense (GEHBAF), fundado em 2013, tem produzido diversos estudos sobre a história de Nova Iguaçu e reúne pesquisadores(as) como Allofs Daniel Batista, Álvaro Pereira do Nascimento, Gabriel do Nascimento, Amália Dias, Nielson Bezerra, Daniela Cavalheiro, Moisés Peixoto, Rubens Machado, Carlos Eduardo Costa, Natália Live França, Adriana Serafim, Adriano dos Santos, Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre e Denise Vieira Demétrio.

O GEHBAF constitui um coletivo de grande relevância no campo das pesquisas históricas sobre a Baixada Fluminense.

Ainda no tocante aos grupos de pesquisa, temos, no âmbito da FEBF/UERJ, o Grupo de Estudos de História da Educação Local (EHELO), criado em 2014, que vem, desde então, produzindo estudos sobre a história da educação local. O EHELO lançou o livro ‘História da educação: do Recôncavo da Guanabara à Baixada Fluminense’ em 2023, que abarca diversas temáticas cruciais para a pesquisa em História da Educação na Baixada Fluminense.

Ligada à UFRRJ, em 2017, surgiu o Laboratório de História da Educação Latino-Americana (LHELA). O LHELA lançou, em 2023, o livro ‘Da Baixada aos Andes: viagens e escalas pela Historiografia da Educação Latino-Americana’, que, dentre outros pontos importantes, aborda diversos temas sobre a historiografia da Educação na Baixada Fluminense.

2.2 A História da Educação de Nova Iguaçu: um inventário necessário.

Nova Iguaçu, antes de se tornar uma cidade, ainda no século XIX, não era um local isolado do restante do Brasil. Seja no período colonial, imperial ou mesmo republicano, na

²⁶ Mais sobre o CEPEMHed ver: < Centro de Memória da Educação | Preservar as memórias da Educação. Guarde essa ideia! (wordpress.com)>

região do Rio Iguaçu as ações políticas e educacionais estavam articuladas ao nível nacional. O município e sua historicidade educacional são próprios, mas, sobremaneira, nesse processo de investigação da Educação da cidade, percebemos ligações, tendências, nuances que nos ajudam a entender o nacional através do local e regional.

Segundo Santos (1994), o local adquire uma importância frente às tonalidades globais na contemporaneidade. Para ser global, para ser mundo, precisa-se das especificidades do local, do regional. Diante dessas questões, o estudo da história da educação de Nova Iguaçu nos possibilitou compreender mecanismos que desenvolveram, afligiram e estagnaram a educação na região, bem como suas nuances durante a história da cidade. Sentir a cidade é enxergar os seus caminhos, no passado, e seus caminhos nos levam à sua história, as suas histórias nos levam à educação e, assim, à história da educação.

Mendonça (2014, p.27) levanta o seguinte problema: “para que serve a História da Educação?”. Conforme esse pesquisador, o estudo da História da Educação se presta a ampliar a leitura de mundo: “para cultivar um saudável ceticismo”, que nos permita reagir à tentação de um apego acrítico à novidade, tão comum em nosso tempo. Além disso, serve para compreensão da existência de múltiplas identidades que forjam “memórias e tradições, pertencas e filiações, crenças e solidariedades”. Nesse sentido, a História da Educação permite compreender que somos produto e produtores da história e que todas as mudanças estão ligadas à história.

Confesso que a problematização trazida por Mendonça me deixou inquieto durante a escrita desta parte do texto: “para que serve a História da Educação?” ou “Para que serve a História da Educação de Nova Iguaçu?” A História da Educação se situa num campo em disputa entre a História e a Educação. Com o intuito de tentar responder minhas próprias indagações, resolvi produzir um inventário sobre diferentes tipos de escrita acadêmica voltados para a História da Educação de Nova Iguaçu. Cabe ressaltar que não se trata de uma revisão de literatura, mas, sim, a apresentação de fontes relevantes para a preservação da memória da educação na Baixada Fluminense e, indo além, o anúncio de um material fundamental para pensar o terceiro capítulo desta tese.

Iniciamos o inventário com a professora Ana Chrystina Venancio Mignot, que inaugurou, academicamente, o tema, com a sua tese defendida em 1997, em que relata a trajetória de Armanda Álvaro Alberto e da Escola Regional de Meriti. Outrossim, o próprio texto de Armanda Álvaro Alberto (1968) ‘A escola regional de Meriti’ é um caminho que

busca ressaltar a memória, o patrimônio e a importância da escola que, nesse período, fazia parte de um dos distritos da cidade.

Outro destaque é o texto de Lindara Nobre da Costa (2004) e suas ponderações sobre questões relevantes para a história da Educação de Nova Iguaçu, com a obra ‘De normalista à professora: memória e identidade no Instituto de Educação Rangel Pestana’, na qual realiza a análise sobre a memória e identidade do referido Instituto.

A tese de doutorado da professora e pesquisadora Amália Dias (2012) ‘Entre laranjas e letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)’ é uma peça fundamental na construção de uma história da educação de Nova Iguaçu. Com o objetivo central nos processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu no início do século XX, a pesquisa analisa toda a conjuntura social, política e econômica no referido recorte temporal.

O artigo ‘Grande Sertão Baixada e as veredas da historiografia da educação local’ de Amália Dias, Angélica Borges e Marcos Cesar Pinheiro (2014). Esse material apresenta um levantamento bibliográfico evidenciando a expansão de estudos acerca da história da educação na Baixada Fluminense e se mostra imperioso na construção da relação de pesquisas sobre a educação em Nova Iguaçu, tendo como protótipo a tese de Mignot (1997) e a Escola Regional de Meriti. Dessa maneira, a obra foi uma peça-chave na construção desse inventário sobre o município e seus processos de educação formal. Além disso, como salientam os autores, o artigo visa à identificação e à análise do que foi produzido com o objetivo de estimular outros desdobramentos analíticos e interpretações no campo, além de registrar questionamentos, lacunas e indicar aspectos que, ainda, não foram explorados.

Álvaro Nascimento e Nielson Bezerra (2019) são autores da obra ‘Da Vila de Iguassú à Baixada Fluminense: história de um território’, que apresenta um levantamento da historiografia da região e de novas produções acadêmicas, com óticas metodológicas diferentes para objetos de estudo como escravidão, ditadura militar, história da educação, poder público e forças que visavam ao combate de uma historiografia tradicional da região, considerando que uma história escrita pela perspectiva do dominador não retrata a realidade. Nesse sentido, é preciso dar voz ao oprimido a fim de se avaliar a totalidade dos ângulos.

A escrita da história precisa ser analisada considerando o tempo e o lugar social de seus autores. A historiografia tradicional da Baixada Fluminense legitimou uma visão de sociedade que toma dos trabalhadores pobres o direito de um passado digno de ser contado. (Bezerra, 2019, p. 103).

Nessa perspectiva de análise do passado e de restauração do direito ao excluído, destacamos alguns textos que abordam a educação em Nova Iguaçu ao longo de seu percurso histórico. Entre eles: Ruy Afrânio Peixoto (1969), com as obras *Imagens Iguassuanas* e *História Cronológica de Iguaçu*, nas quais apresenta uma abordagem sobre as escolas de Primeiras Letras no período imperial na região de Iguassú; José Matoso Forte (1933), autor de *Memória da Fundação de Iguassú*; e Waldick Pereira (1969), com *Nova Iguaçu para um Curso Normal* — apostila que discute diversos aspectos históricos, geográficos, políticos, econômicos e educacionais, produzida para uso pedagógico no Curso Normal do Instituto de Educação Rangel Pestana.

Peixoto, Forte e Pereira seguem o conceito historiográfico de história memorialista e de um certo saudosismo ou mesmo defesa de Nova Iguaçu. Essa questão não está, aqui, em discussão ou mérito, porém é inegável a importância desses pesquisadores para a base do que poderíamos chamar de História da Educação de Nova Iguaçu ou mesmo, caminhos para entendimento dessa historicidade²⁷.

2.3 Das Escolas de Primeiras Letras aos Institutos de Educação: histórico das instituições de ensino de Nova Iguaçu.

Nesta parte do texto, abordamos o surgimento das primeiras escolas e dos primeiros professores na cidade de Nova Iguaçu, destacando a divisão disforme, desigual e elitista que caracterizava o acesso à educação na região, desde antes de sua elevação à categoria de município. Além disso, apresentamos algumas escolas, instituições e colégios de relevância histórica para Nova Iguaçu, evidenciando como esses espaços de saber, localizados majoritariamente no centro da cidade, contribuíram para a manutenção da desigualdade educacional.

Transportamo-nos para além dos rios, dos caminhos e das estradas que fizeram de Nova Iguaçu um espaço de extrema importância econômica para o Brasil, bem como um celeiro de diversas formas de resistência — indígena, quilombola, camponesa e popular. Sobretudo, destacamos o papel da educação na região, elemento fundamental na construção de sua identidade histórica e social.

Na Província do Rio de Janeiro, Governo Imperial, por volta de 1830 havia cerca de 22 municípios e dezenas de freguesias e quase todas tinham pelo menos uma escola pública

²⁷ Outras produções relevantes na área de História da Educação de Nova Iguaçu e da Baixada Fluminense estão presentes no Apêndice 01.

de Primeiras Letras. As Escolas de Primeiras Letras foram criadas, a partir da Lei Geral de Instrução de 15 de outubro de 1827, que estabelecia escolas de ensino primário nos municípios, freguesias e povoados criados no império brasileiro. Essa lei pretendeu organizar e regulamentar a instrução no Império. Ela definiu quem seriam os professores e, acima de tudo, quem poderia aprender. Os escravizados, doentes contagiosos e pessoas não vacinadas foram proibidos de matricular-se nas escolas. Como entre os séculos XVII e XIX, Nova Iguaçu chegou a ter mais da metade de sua população em regime de escravidão, a maioria da população não frequentava as escolas. Mesmo os ex-escravizados e os afro-brasileiros livres não podiam ter acesso às escolas por conta da Lei Provincial de 1837. Inclusive, brancos/as pobres e mestiços tinham dificuldades de acesso e permanência, por conta da distância e material escolar e, até mesmo, devido à falta de vestimentas básicas.

De acordo com Mattos (2018), vemos que, em 1812, o total de habitantes de Iguassú era de 18.705, sendo 7.550 livres e 11.155 cativos. Essa questão perdurou, na educação iguaçuana, até a abolição da escravatura. Pouquíssimos eram os alunos e, posteriormente, as alunas que conseguiam se manter nas Escolas de Primeiras Letras no Brasil Império.

Em 15 de janeiro de 1833, nasceu a Vila de Iguassú e, com ela, diversas mudanças aconteceram na região e, poucos anos depois, surgiram as primeiras escolas. Não há um consenso sobre a primeira escola pública da cidade de Nova Iguaçu. Alguns autores divergem sobre a exatidão desse ponto devido à escassez de fontes sobre o período, mas Silva (2010), Pereira (1969), Matus (2018) e Guedes (2012) apontam que a primeira escola, de ensino primário, estava situada na Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Iguassú, na terceira década do século XIX.

Segundo Guedes (2012), percebemos que as escolas atingiriam camadas específicas da sociedade que seriam os brancos e os da ‘boa sociedade’. Nova Iguaçu, por volta de 1850, tinha algumas escolas espalhadas pelos seus distritos. No município iguaçuano, cinco escolas públicas de primeiras letras foram implantadas, entre os anos de 1837 e 1856, sendo quatro de meninos e uma de meninas, distribuídas em suas quatro Freguesias: Piedade do Iguassú (01 para meninos e 01 para meninas), Marapicu (01 para meninos), Meriti (01 para meninos) e Jacutinga (01 para meninos).

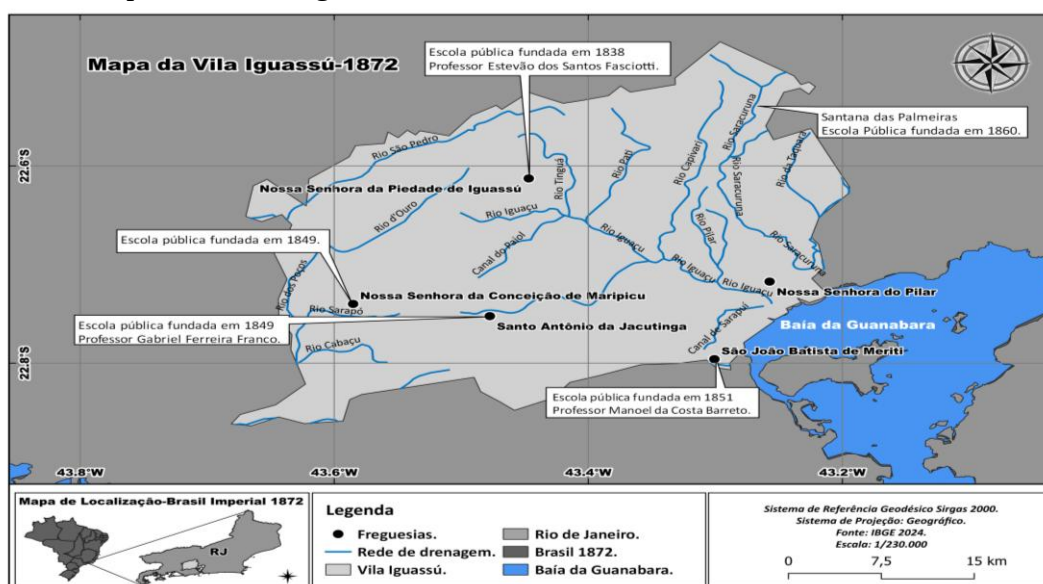
As freguesias distantes do centro atendiam à/aos alunas/os mais pobres. Cerca de 160 alunos/as estavam em salas de aula na região iguaçuana por volta de 1851 e isso era um número pífio se comparado a outros municípios. Além disso, a grande quantidade de cativos, impossibilitados de estudar, levou ao esvaziamento das salas de aula e à estagnação da

escolarização na região, no referido tempo, bem como ao difícil acesso e permanência nas poucas escolas existentes.

De acordo com Guedes (2012), a elite local, em suma, envia seus filhos para escolas no centro do estado, ou mesmo, para Portugal. Ainda assim, a mesma autora nos mostra que um relatório, feito pelo vice-presidente da Província José Norberto dos Santos, elenca alguns fatores para o município ter pequena quantidade de alunos: a desconfiança dos pais em deixar seus filhos irem à escola, a necessidade dos pais pobres em pôr os filhos nos serviços laborais, a má localização das escolas, a falta de boas estradas, a dispersão da população, as queixas sobre castigos físicos e a distorção idade-série.

As escolas de Primeiras Letras de Iguassú se dividiam, basicamente, em quatro freguesias, que faziam parte da Vila na época: Piedade do Iguassú, Jacutinga, Marapicu e Meriti. Através dessas escolas, ainda dialogando com Guedes (2012), podemos identificar aspectos e características da educação no surgimento da Vila de Iguassú.

Figura 04: Mapa da Vila de Iguassú em 1972.



Fonte: Georreferenciamento/IBGE.

No mapa (figura 4), podemos avistar a grandiosidade do território da Vila de Iguassú e a distância de uma escola para outra. A criação das escolas estava relacionada à influência e importância de famílias que viviam em cada região, como a escola pública de Nossa Senhora da Piedade de Iguassú, de 1838, criada na sede administrativa da Vila. As outras regiões tiveram a gênese de suas escolas pelo poder local de certas famílias e/ou políticos.

A escolha para que Piedade do Iguassú se tornasse à sede municipal se efetivou devido às questões econômicas, políticas e familiares. Em 1836, sob o Comando de um próspero comerciante local, Francisco José Soares de Souza, aliado ao Presidente Provincial Paulino José Soares de Souza, retoma as atividades como município. (Guedes, 2012, p.71).

Como vimos no capítulo 1, em sua gênese, Nova Iguaçu se desenhou como uma região de passagem de mercadorias, pessoas e, claro, culturas. A História da Educação assinala que a construção de escolas está intimamente ligada aos interesses políticos e comerciais e, no caso de Nova Iguaçu, não poderia ser diferente. Em 1837, temos o primeiro relato em documentos oficiais da criação da primeira escola pública da região de Iguassú, em Piedade. A escola de Primeiras Letras foi gestada para meninos e só conseguiu, por diversos fatores como distância do centro do Império, um professor após um ano da sua criação (Guedes, 2012).

Além de tudo, havia, também, a preocupação de selecionar um professor treinado, habilitado e formado que ‘representasse’ os valores do Governo Imperial. Os alunos/filhos seriam a esperança para o progresso da nação e, ao mesmo tempo, serviriam para conter a animosidade inerente às revoltas e à desinformação. Todavia, segundo Guedes (2012), em Iguassú houve somente 09 alunos, tendo como professor Antônio Inocêncio Furtado de Mendonça. Esse número ínfimo para uma população (de 25.557, sendo 13.259 escravizados) se explica, como observamos, pela distância das freguesias e dos grupos de moradores, pelas doenças, pela dúvida dos pais com a escola em si e pela dificuldade de locomoção. Soma-se a isso outro fator primordial: quase metade da população Iguassuana, por volta de 1840, era composta por escravizados/as ou libertos/as. E tais grupos não poderiam frequentar escolas de primeiras letras em questão. Apesar desse fator mudar, ainda, no período Imperial.

Sendo assim, tal paradigma evidencia a desigualdade educacional na criação de escolas públicas em Nova Iguaçu. As extensas terras distantes das escolas, a locomoção, as doenças, a região insalubre e longe da Corte Imperial, a alta população escravizada da região que não podia estudar foram os elementos iniciais da história da Educação no local. Em 1850, quando o professor Luiz Antônio de Souza substituiu Antônio Inocêncio Furtado de Mendonça, a escola da Piedade tinha apenas 39 alunos. Sobre a escola pública voltada para meninas, destacamos o seguinte:

Piedade do Iguassú, como sede municipal recebeu ainda a primeira escola pública para meninas na região. A escola começa a funcionar no ano de 1841, tendo como mestra a Professora Francisca de Paula Adelaide de Moura. Ao contrário de Antônio Inocêncio, Francisca de Paula Adelaide ganha destaque nos anais da história iguassuana, seu nome foi lembrado

pelos memorialistas regionais. Sua trajetória aparece nos relatórios provinciais até os primeiros anos da década de 1850, quando, em 1855, a cadeira para a instrução de meninas em Piedade aparece vaga. (Guedes, 2012, p. 73).

A professora Francisca de Paula Adelaide se destacou por superar as problemáticas levantadas para o número pequeno de alunos na primeira escola iguassuana e ir às fazendas e casas lecionar e/ou mesmo buscar alunos. Algo importante de relatar é que tanto Francisca Adelaide quanto Antônio Inocêncio escreveram uma carta reclamando do atraso dos seus salários, situação que os deixava em situação de miséria (Guedes, 2012). Tal fato revela, mais uma vez, uma questão que pode ser desencadeadora da desigualdade educacional na região: o péssimo investimento na formação e salários dos/as professores/as. Decerto que os atrasos salariais não impediram que os referidos/as professores/as avançassem em seus objetivos pedagógicos, mas, sobremaneira, impediram progressos maiores ou, mesmo, impossibilitaram novos projetos. Em 1866, a escola pública de Primeira Letras de Nova Iguaçu para meninas contava, ainda, com 32 alunas.

Uma outra escola que marcou a localidade foi a da Freguesia de Santo Antônio da Jacutinga, fundada em 1851. Essa escola de Primeiras Letras era voltada para meninos e teve como professor Antônio José dos Santos, contando com 23 alunos. Entretanto, como evidência, Guedes, a escola de Jacutinga teve como ponto peculiar a sua localização próxima a um dos principais quilombos do Brasil, à época, que era o Quilombo do Bomba.

A geografia do Município, uma planície cercada por riachos e pântanos, contribuiu para a formação de quilombos. Desde os anos finais do século XVIII já eram conhecidos no Império rumores acerca da formação de comunidades quilombolas nestas terras, sendo o de maior destaque o Quilombo do Bomba, havia também o Quilombo do Gabriel e o Quilombo da Estrela (Guedes, 2012, p.76).

A Freguesia de Jacutinga contava com cerca de 4 mil moradores e, em sua maioria, eram pretos e pardos livres e escravizados/as. Junta-se a essa constatação a comunidade quilombola que circuncidava a localidade. Matus (2018), pondera que, por volta de 1850, a população cativa de Jacutinga era de cerca de 2.345 pessoas. Mais da metade da população encontrava-se privada de liberdade e impossibilitada frequentar a escola.

Ainda em diálogo com Guedes (2012), percebemos que em Jacutinga havia uma especificidade: escolas privadas regularizadas pela Diretoria de Instrução, em um total de

quatro. Esse fato pode explicar o fato de a escola pública de primeira letra de Jacutinga apresentar, somente dez alunos, nos seus primeiros anos.

A escola de Primeiras Letras da Freguesia de Marapicu foi criada em 1848. A vida da região girava em torno da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Marapicu e a escola não poderia ser diferente. As ações na região se dividiam entre a Igreja e o Império com a influência dos Azeredo Coutinho.

Domingos José Claro foi nomeado o primeiro professor da escola pública de Marapicu. Interessante ressaltar o exame e as matérias que o professor teve que ser submetido para poder lecionar na região.

O parecer emitido pela então Diretoria de Instrução Primária da Província é que o candidato seja submetido a um exame de ortografia prática, leitura corrida, prática das quatro primeiras operações aritméticas, gramática elementar, língua materna, catecismo da religião do Estado (Guedes, 2012, p.79).

Por volta de 1850, o professor Domingos José Claro solicitou exoneração e assumiu o cargo de juiz de paz da freguesia. Esse processo era comum, como ressaltava Guedes (2012). Muitas vezes um professor deixava o cargo em sala de aula e assumia cargos públicos, a partir da notoriedade conseguida frente à comunidade e aos interesses econômicos da região. Tal questão ressaltava os arranjos de poder locais que vão permear Nova Iguaçu, desde sua origem até a Ditadura Militar, quando temos professores saindo da sala de aula e ocupando, posteriormente, cargos no executivo, legislativo e judiciário. Outra Freguesia da região de Iguaçu que se destacou no tocante às escolas de Primeiras Letras foi Meriti, freguesia que estava perto da Corte Imperial. O Professor Augusto da Costa Barreto foi o primeiro professor da escola pública local. Esse docente vinha de uma família influente na região e, também, lecionava em escola privada. A escola de Primeiras Letras de Meriti passa a funcionar em 1851 com 40 alunos entre 5 e 15 anos, com turmas multisseriadas. O professor continuou o exercício da profissão docente em Meriti até os idos de 1865. A professora Engrácia Flávia de Macedo Dias, com cerca de 13 meninas lecionou, até 1870 (Guedes, 2012).

Com a construção da Estrada de Ferro Dom Pedro II e o início de circulação em 29 de março de 1858, ocorreu uma mudança política e econômica da vila de Iguassú. A sede municipal da região passou a ser Maxambomba, na Freguesia de Jacutinga, ao lado da estrada de ferro que ganhou uma estação. Assim, o eixo social, político e econômico da cidade se deslocou para esse local, de forma acelerada, e as escolas públicas e privadas acompanharam

essa mudança. A vila Piedade do Iguassú foi perdendo sua importância e os rios, que eram a marca da região para transporte de mercadorias e pessoas, começaram a cair em desuso e a região de Maxambomba passou a ser o centro político administrativo, beirando a Serra de Madureira (Matus, 2018).

Segundo Peixoto (1969), Guedes (2016) e Matus (2012), ressaltamos que, em 1883, a população de Iguassú livre era de 14.081 habitantes e havia cerca de 15 escolas públicas masculinas e femininas espalhadas da seguinte forma pela região.

Tabela 01: Distribuição de escolas por freguesias em 1883

Freguesias	Habitantes	Escolas
N.S. da Piedade do Iguassú	3.099	4
N.S. da Conceição do Marapicu	3.622	4
S.A de Jacutinga	4.458	3
S. J.B. de Mereti	1.748	3
Santana das Palmeiras	1.154	1

Fonte: Guedes (2016) e Matus (2018).

A Proclamação da República em 1889 mudou os arranjos políticos, econômicos e sociais locais e em Nova Iguaçu não seria diferente. Ocorreu uma descentralização política com o federalismo e os governos estaduais. A Primeira República trouxe intensas reformas. Com a Constituição de 1891, o Governo federal ficava responsável pela educação apenas no Distrito Federal, Rio de Janeiro. Assim, cabia aos estados e municípios a responsabilidade pelo ensino e instrução local, ou seja, o princípio federativo fundamentava a determinação que cabia aos estados e municípios a tarefa de criar e desenvolver o ensino primário e secundário, e à União cabia o ensino superior.

2.4 Laranja, lotes e escolas: Nova Iguaçu e as instituições de ensino no século XX.

No início da República, Nova Iguaçu ainda era um pequeno núcleo urbano, com cerca de 20 mil habitantes distribuídos pela região, marcada pela pobreza de sua população campesina e pela escassez de atividades econômicas.

Como vimos no Capítulo 1, o crescimento da cidade foi retomado com o desenvolvimento da citricultura, período em que o município passou a ser conhecido como ‘Cidade-Perfume’, em razão das extensas plantações de laranja.

A decadência de Iguaçu Velho deu lugar à efervescência urbana da região de Maxambomba. Escolas públicas surgiram gradualmente e, a partir da década de 1930, instituições religiosas privadas disputavam o título de melhor ensino na região: IESA (Instituto de Educação Santo Antônio) em relação ao Colégio Leopoldo. Católicos alemães em relação a espíritas e kardecistas. Perdoem a hipérbole do autor, mas Nova Iguaçu ganhou com essa disputa pedagógica em aspectos como qualidade da educação e múltiplas perspectivas de educação.

Nesse processo de mudança política nacional com o advento da República, com o deslocamento da sede administrativa da Vila para a beira dos trilhos da Estrada de Ferro Pedro II, com a abolição da escravidão, com infestação de doenças infectocontagiosas, devido à insalubridade de boa parte da cidade. Nova Iguaçu se viu, no início do século XX, buscando um caminho, enquanto cidade e economia.

Dialogando com Peixoto (1960), ressaltamos que as primeiras escolas públicas criadas no início da República, em Nova Iguaçu, são as escolas do Capim Melado (São Bento), Riachão e no Passa Vinte (Queimados) na gestão do prefeito Pedro Teles Barreto de Menezes. Algumas instituições escolares fizeram e fazem parte da história iguassuana. É caso o Colégio Leopoldo, do Instituto de Educação Santo Antônio (IESA) que surgiram entre as décadas de 1930 e 1940. Ressalta-se que essas duas escolas atendiam as classes mais elitizadas da sociedade de Nova Iguaçu (apesar de oferecerem bolsas de estudos) e estavam na região da Maxambomba, no centro.

Essa problematização é vista, nos dias atuais. Escolas como CEFET, SESI, FAETEC, SESC, UNIABEU que estão localizadas no centro da cidade e fazem com que alunos/as tenham que enfrentar um trajeto longo para estudar.

Analisaremos, agora, algumas escolas e institutos educacionais que surgiram em Nova Iguaçu durante o século XX. Dessa forma, iniciaremos com o Colégio Leopoldo. A criação do Colégio Leopoldo em 1930 se deu em um momento de transformações sociais e econômicas desencadeadas, sobretudo, pelo desenvolvimento da Citricultura. Isto posto, ligado, também, à ideia de modernização e progresso que circulavam pela capital do Brasil e respingavam na região Iguassuana. O apoio financeiro da Prefeitura de Nova Iguaçu foi importante para o desenvolvimento do Colégio Leopoldo, mas o apoio do periódico Correio da Lavoura, que

projetava o Colégio como uma unidade escolar modeladora, foi fundamental para sua perpetuação até os dias atuais (Esteves, 2020).

As bandeiras defendidas pelo seu proprietário para o jornal eram uma demonstração desse alinhamento – lavoura, higiene, instrução. A utilização de mão-de-obra local passa pelo cerne de que esses trabalhadores precisavam se adaptar as novas técnicas de plantio e colheita, a de novos hábitos de higiene com o corpo, com a casa, e também de novas condutas e comportamento. E nesse sentido, apesar de o ensino agrícola não ser parte do programa do Ginásio Leopoldo, esse propunha a oferecer uma educação que era voltada a disciplinar corpos e mentes dos educandos dentro dos ideais de ordem e progresso disseminados pela República. (Esteves, 2020, p. 172-173).

Assim, o Colégio Leopoldo era visto como uma escola que moldava conduta, gerando novos hábitos alinhados a uma visão pedagógica pautada na formação para o mercado de trabalho e, acima de tudo, cidadãos/ãs conscientes de seus deveres e direitos para com a pátria e, em especial, Nova Iguaçu. Além desse alinhamento pedagógico, havia os princípios da educação defendida pelos Kardecistas, a educação escolar como uma ferramenta para regeneração da sociedade. Essa abordagem, segundo Esteves (2020), gerou desavenças entre a liderança católica local do Padre João Musch e o professor Leopoldo Machado, que era o dono da escola.

Dentro dos princípios da educação espírita e em perfeita harmonia com a concepção do período estava também a concepção de docente e a forma de contratação de profissionais que iriam atuar no Ginásio. A ideia da docência sacerdócio, com a missão de transformar a nação era evidência nas matérias do Correio da Lavoura e por seus articulados e, também, nas publicações assinadas pelos sujeitos do Ginásio. (Esteves, 2020, p. 173).

Sendo assim, ressaltamos que o professor tinha que ir além dos números e letras, teria que ser um exemplo de conduta e honra perante a comunidade local. Essa visão pedagógica permeou o ensino em Nova Iguaçu durante as décadas de 1930, 1940 e 1950. A escola oferecia o ensino primário e o secundário. Esteves (2020) mostra que a cidade de Nova Iguaçu priorizou a criação de escolas primárias e as escolas secundárias ficavam, em boa parte, com a rede privada, como no caso do Colégio Leopoldo, sendo que a prefeitura investia no ensino secundário por meio de subsídios, isenções de impostos e bolsas de estudos a/à alunos/as carentes.

Na esteira de escolas secundárias e privadas, em Nova Iguaçu, foi criado, em 1935, por freiras alemães, o Ginásio Santo Antônio no centro de Nova Iguaçu. A presença de alemães na Baixada Fluminense é nítida em empresas como a Bayer ou a Compactor. Sendo

assim, o texto escrito por Brenda Marendaz Stassen (2018) com o título ‘Instituto de Educação Santo Antônio: um Instituto alemão em Nova Iguaçu’ mostra a história do instituto e sua importância para a cidade de Nova Iguaçu, até hoje.

O golpe que levou Getúlio Vargas ao poder, em 1930, levou à nomeação de Sebastião de Arruda Negreiros para prefeito de Nova Iguaçu pelo interventor do Estado do Rio de Janeiro. Negreiros buscou levar melhorias para o escoamento da produção de laranjas, por meio da criação de estradas. Isto posto, as escolas secundárias privadas buscavam formar os filhos da elite local e, os mesmos, futuramente, seriam os condutores do futuro da cidade e organizariam a classe trabalhadora que, em sua maioria, ficava nas escolas públicas ou, em ínfimos casos, se conseguiam bolsas de estudos. Sobre o Ginásio Santo Antônio, vemos Stassen (2018, p. 60).

Mais do que uma formação religiosa, é provável que a elite, predominantemente católica, estivesse preocupada com a ordem, em relação a organização da classe trabalhadora. Nesse sentido, a organização católica ia ao encontro dos interesses do governo e da elite local. E isto justifica a construção do Ginásio Santo Antônio.

Dessa forma, tanto a criação do Ginásio Colégio Leopoldo quanto do Instituto de Educação Santo Antônio (IESA) visavam a prover a educação da elite local e, assim, contribuíram para perdurar o poder de diversas famílias, nas várias esferas sociais, políticas e econômicas. Todavia, ressaltamos, paradoxalmente, a importância do IESA para o desenvolvimento da cidade de Nova Iguaçu. Inicialmente denominado como Ginásio Santo Antônio, foi criado no ano de 1935 nos fundos da Igreja Matriz (atual Catedral de Santo Antônio). Personalidades iguaçuanas financiaram a construção e desenvolvimento desse ginásio, com destaque para Francisco Baroni, e Abílio Távora e o consulado alemão.

O colégio foi idealizado pelo padre João Mush e freiras franciscanas de Bonlanden-Alemanha, e fornecia aulas apenas para meninas. Em 1936, começou a ofertar o normal primário e, em 1938, começou a prestar o secundário. Por volta de 1966, passou para sua atual localização, na rua Doutor Barros Júnior, e aceitava meninos, bem como adotou o nome atual de Instituto de Educação Santo Antônio.

Em 1971 com a reforma de ensino promovida pelo MEC que incentivava o ensino profissionalizante, o IESA abria vários cursos técnicos: patologia, eletromecânica, informática, línguas e secretariado. A frente dos cursos profissionalizantes estava a Irmã Filomena e na diretoria as Irmãs Alcântara e Yeda, esta última permanece no cargo até o momento dessa pesquisa. Em 1976 eram 3400 alunos que estudavam no IESA. (Stassen, p, 60).

Dessa maneira, apesar de atender majoritariamente à elite local e às classes mais abastadas de Nova Iguaçu, desde sua criação, o IESA teve um papel relevante na educação iguassuana ao oferecer cursos e ensino de excelência e, ao mesmo tempo, escolas públicas distantes ofereciam apenas o primário em condições ruins (Stassen, 2018).

O texto de Gabriel Ferreira da Silva Santos (2019) com o título ‘A exclusão social no território iguaçuano: questões relacionadas à saúde, educação e moradia’ apresenta de forma didática a desigualdade e exclusão territorial como fator de inferioridade educacional. Como vimos, as freguesias, depois, distritos e, agora, bairros mais ao centro da cidade de Nova Iguaçu foram orquestradas para atender a demandas da elite local. Seja na oferta de melhores moradias, ruas, lojas, saneamento e escolas. Esse processo provocou exclusão, segregação e desigualdade em todos os níveis sociais

A Segregação Espacial(...) tem seu início atrelado a uma classe dominante, que através de seu poderio econômico controla o mercado de terras, a incorporação imobiliária e a construção, direcionando seletivamente a população no espaço urbano. Desse modo, a habitação passa a ser um bem, cujo acesso é seletivo, originando a formação de grupos sociais que se encontram excluídos da possibilidade de acesso a moradias de qualidade e dotadas de boa infraestrutura, restando para estes a ocupação de sítios menos valorizados, como áreas sujeitas a inundações, encostas de morros, margens de rios e áreas deterioradas pelo tempo, como os cortiços (Santos, 2019, p. 41).

Em Nova Iguaçu, esse processo mostra-se ainda mais segregador. Até o início dos anos 2000, regiões como Cabuçu, Laranjeiras, Marapicu, Austin, Km 32, Jardim Paraíso e Tinguá apresentavam quase 95% de suas áreas ocupadas por moradias sem saneamento básico e sem pavimentação. No que se refere ao ensino secundário (atual ensino médio), grande parte dessas localidades conta apenas com uma escola estadual e algumas instituições privadas, evidenciando uma acentuada desigualdade educacional. Nota-se um contraste marcante em relação a bairros como o Centro, K11, Posse e Bairro da Luz, que possuem maior diversidade de instituições de ensino.

Para Santos (2019), tal disparidade é característica inerente às sociedades capitalistas.

O processo em questão é típico da cidade capitalista, emergindo a partir do processo de descentralização, que freou a expansão horizontal do núcleo central, tornando a área em sua volta, denominada zona periférica do centro, desvalorizada e estagnada, com uma imagem de pobreza. Associando essa questão ao mercado imobiliário, percebeu-se que essas áreas foram gradativamente abandonadas pela população de alto poder aquisitivo, incentivada pela degradação da área central e, principalmente, pelo desenvolvimento do sistema de transporte e meios de comunicação, que foram produzindo bairros seletivos distantes dos centros urbanos. Essas

áreas abandonadas pela elite aos poucos foram sendo ocupadas por uma população de baixo status, oriunda principalmente das zonas rurais ou de pequenas cidades. (Santos, 2019, p.41-42).

Como analisamos, no caso de Nova Iguaçu, boa parte da população que vai para a região periférica é oriunda dos estados da região nordeste, do Espírito Santo, entre outros estados, e vieram durante o surto imobiliário com o fim do apogeu da citricultura, em busca de terrenos baratos e promessas.

Os investimentos eram, desde a mudança da sede administrativa da cidade para Maxambomba, direcionados para essa área central da cidade ou bem próximas. No século XX, houve um pouco mais de investimento rodeando a Via Dutra. Assim, bancos, universidades privadas, escolas privadas, centros comerciais ficavam nessa região central e, colocamos um adendo, o Bairro da Luz, após a criação da Universidade Iguaçu (UNIG).

(...) Em Nova Iguaçu, segundo Oliveira (2006), os bairros periféricos em condições mais críticas por apresentarem carência ou precariedade de infraestrutura, além de concentrar uma população em condições socioeconômicas desfavoráveis, são: Adrianópolis, Cabuçu, Cacuia, Campo Alegre, Carlos Sampaio, Corumbá, Danon, Figueira, Geneciano, Grama, Iguaçu Velho, Inconfidência, Jaceruba, Jardim Guandu, Jardim Palmares, Jardim Pernambuco, Km 32, Lagoinha, Montevideu, Parque Ambaí, Parque Flora, Prados Verdes, Rancho Fundo, Riachão, Rio D'Ouro, Rodilândia, Tinguá, Tinguazinho, Vila de Cava e Vila Guimarães (Santos, 2019,p.65).

Nesse processo de localização geográfica da segregação territorial e educacional em Nova Iguaçu, acrescentaria, ainda, a região de Marapicu que engloba os bairros Ipiranga, Aliança, Dom Bosco, Campo Belo, Vila Belga e Jardim Paraíso. O espaço geográfico, o local onde a pessoa mora, interfere, direta e indiretamente, em seu rendimento escolar e/ou até na conclusão da vida escolar na Educação Básica. Nova Iguaçu tem seu caso particular, por concentrar quase toda a infraestrutura no centro da cidade, quando não em bairros próximos. É importante trazer à tona essa desigualdade educacional, econômica e social existente em Nova Iguaçu, entre o centro e a periferia, pois ao descortina diversos paradigmas relacionados à perpetuação ou êxito de boa parte da elite e da classe média que mora ou circunda o centro da cidade.

Notamos que as escolas localizadas no centro da cidade costumam ser as 'escolas-modelo' da gestão educacional em determinada municipalidade, ou seja, tais escolas têm uma melhor infraestrutura, salas de informática, biblioteca, ônibus escolar gratuito e um olhar mais atencioso para suas demandas diárias, sejam educacionais ou técnicas. Dessa forma, iremos

abordar uma escola pública do centro de Nova Iguaçu vista como uma escola modelo: a escola municipal Monteiro Lobato, em homenagem ao grande escritor que faleceu no ano de sua criação (Torres, 2008).

A escola foi fundada em 4 de maio de 1948 com a resolução nº 15 que criava o Ginásio Municipal de Nova Iguaçu, no distrito-sede em Maxambomba, pelo prefeito Sebastião de Arruda Negreiros. O professor Amazor Viera Borges foi um dos fundadores da escola e diretor desde sua criação até 1959. Desde sua gênese, a Monteiro Lobato foi vista como a vitrine da educação pública da cidade. Segundo a própria Secretaria Municipal de Educação (SEMED), é uma das maiores escolas da rede de ensino municipal. A escola ainda cedeu espaço para o campus da UFRRJ de 2006 até 2010, quando o Instituto Multidisciplinar teve seus trabalhos iniciados no polo atual.

Nessa mesma ótica, na década de 1950, foi inaugurado o Ginásio Belford Roxo que, posteriormente, viria a ser o ABEU Colégios. Foi fundado pelo professor Valdir Vilela, que constatou que, na região de Belford Roxo, não existia nenhum curso ginásial e os/as alunos/as ao terminarem a 4ª série, teriam que ir para o centro da cidade. Em 1958, teve gestação a empresa Bayer em Belford Roxo e, nesse sentido, em 1960 e 1970 instauram-se cursos técnicos de Contabilidade, Patologia Clínica, Química, Administração, Eletrônica e Eletrotécnica e a escola passou a se chamar Escola Técnica Belford Roxo. Lima (2013) mostra que a instituição alavancou o ensino técnico no Município de Nova Iguaçu, criando um centro tecnológico que formava, em certa medida, mão de obra para a Bayer.

Por volta de 1972, a instituição ingressou no ensino superior com os cursos de Administração de Empresas e Ciências Contábeis. Ainda, abriu nos anos posteriores outros polos educacionais na Ilha do Governador, Nilópolis e Angra dos Reis. Já em 2002, sobe à categoria de Centro Universitário – UNIABEU.

Outra instituição de ensino importante para a História da Educação de Nova Iguaçu foi o Instituto Iguaçuano, fundado por um casal de professores, ex-alunos do Colégio Leopoldo, nos anos 1940. Gestado com a nomenclatura de Curso Iguassú e tendo como fundador o professor Leonardo de Almeida, foi uma das instituições precursoras da educação privada na região. Dialogando com Lima (2013), ressalta-se a administração de uma mulher no início do Instituto Iguaçuano, a professora Elza Rodrigues, esposa de Leonardo Almeida.

De acordo com Dias (2012), por volta de 1949, havia cerca de 136 escolas públicas em Nova Iguaçu. Sendo 63 municipais e 65 estaduais, ainda, 16 que recebiam financiamento direto da prefeitura, como o Colégio Leopoldo. Dessas, 58 estavam no distrito-sede,

espalhadas pela região da Maxambomba, e o restante (78) dividido desigualmente pelos 8 distritos do município. Vejamos a tabela 2.

Tabela 02: Distribuição por distrito das escolas públicas e estaduais em Nova Iguaçu em 1940²⁸

Distribuição por distrito das escolas públicas e estaduais em Nova Iguaçu em 1940				
Distritos	Municipal	Estadual	Subvencionada (verba municipal)	Total de escolas por distritos
Nova Iguaçu	25	24	8	58
Belford Roxo	5	2	0	7
Bonfim	4	5	0	9
Cava	15	13	5	33
Caxias	7	0	0	7
Estrela	2	0	0	2
Meriti	3	7	1	11
Nilópolis	2	3	2	7
Queimados	0	1	0	1

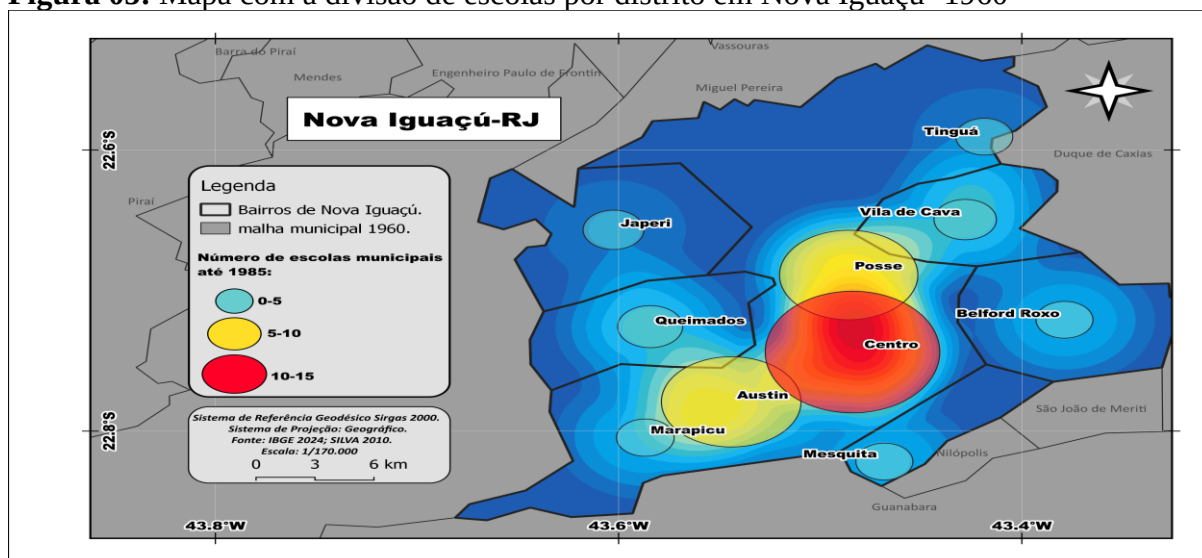
Fonte: Dias (2012, p, 100).

Por volta de 1948, Nova Iguaçu tinha uma população de 140.606 habitantes e desses, 34.680 viviam no distrito sede. Sendo assim, boa parte das escolas estava concentrada na região iguaçuana, mas tal número equivale, como vimos na tabela, a quase metade das escolas.

O objetivo desses dados é levar o leitor a perceber a discrepância na oferta de escolas entre as diferentes regiões de Nova Iguaçu, evidenciando que a maior parte dos investimentos, da infraestrutura e das instituições de ensino sempre se concentrou no centro da cidade. Esse processo contribuiu, historicamente, para a consolidação das desigualdades sociais e educacionais no município. No mapa a seguir, torna-se ainda mais evidente a concentração de escolas na região central.

²⁸ Vale destacar que Belford Roxo, Caxias, Meriti, Nilópolis e Queimados, posteriormente, obtiveram a sua emancipação e se tornaram municípios.

Figura 05: Mapa com a divisão de escolas por distrito em Nova Iguaçu -1960



Fonte: Georreferenciamento /IBGE.

O centro de Nova Iguaçu, Posse e até Austin concentram mais da metade das escolas da região. As regiões mais periféricas, em meados do século XX, na cidade de Nova Iguaçu, tinham poucas escolas públicas municipais, ou seja, o ensino fundamental ou antigo primário na época. Marapicu, Tinguá e mesmo Japeri e Queimados, que eram distritos da cidade, tinham menos de cinco escolas municipais. De acordo com Dias (2012, p.94), a região central da cidade no final do século XIX e início do XX abrigava a maioria das escolas do município.

Assim, em 1911, o distrito-sede, denominado de Maxambomba, já abrigava a maioria das escolas públicas estaduais distribuídas no município de Iguaçu, como também ocorria em 1898, e a sequência de numeração das escolas estava referida ao pertencimento ao conjunto de escolas e ao vínculo com a localização.

Dessa forma, tal explanação corrobora a questão que descortinamos, desde o surgimento da cidade de Nova Iguaçu: a centralização das escolas na sede política-administrativa e a divisão desigual pelo extenso território. Ainda segundo Dias (2012), ao analisar os mapas de frequência disponíveis no departamento de ensino, vemos que as escolas, no início do século XX, eram identificadas por meio de suas atribuições, como descrito a seguir.

No cabeçalho estavam inscritas as atribuições que caracterizavam as escolas, e isto viabiliza a análise comparada de parte das instituições de ensino primário existentes em Nova Iguaçu. As escolas eram identificadas como “pública”, “primária”, “municipal”, “mista”, “feminina”, “masculina”, “noturna”, “isolada”, “subvencionada”, assim como ocorre, em alguns casos, a atribuição de uma numeração (Dias, 2012, p. 92).

Nesse processo, o que se evidenciou mais importante foi a centralização das escolas, no centro e, conseqüentemente, a oferta desigual nas regiões mais periféricas. Nessa perspectiva, Dias (2012, p. 105) pondera também sobre as estatísticas das escolas privadas em cada município devido a essas mesmas escolas não atenderem ao Regimento de Ensino.

Em 1927, o diretor da Instrução Pública do estado do Rio de Janeiro, José Duarte, reclamava da situação da estatística do ensino em geral. Não era sabido o número de estabelecimentos particulares existentes porque os municípios não remetiam os dados e as escolas particulares também não atendiam ao que estabelecia o Regimento do Ensino

Em vista disso, salientamos as incongruências presentes nas estatísticas, dados e classificações das escolas de Nova Iguaçu. Todavia, ainda dispomos de alguns dados extraídos do material pedagógico elaborado para o Curso Normal do Instituto de Educação Rangel Pestana, produzido pelo historiador e então presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu (IHGNI), Waldick Pereira. Observe-se a Tabela 3.

Tabela 03: Educação Escolar em Nova Iguaçu em 1968

EDUCAÇÃO ESCOLAR EM NOVA IGUAÇU EM 1968			
Segmento Escolar	Estabelecimentos Particulares	Estabelecimentos Municipais	Estabelecimentos estaduais
Curso primário	143	105	42
Curso Médio	28	3	3
Curso Normal	9	-	1
Curso Comercial	8	-	-

Fonte: Pereira (1960, p. 43).

No final da década de 1960, observa-se um aumento significativo no número de escolas em Nova Iguaçu. Tal processo decorreu da urbanização provocada pelos loteamentos e da instalação de fábricas ao longo da Rodovia Presidente Dutra, entre outros fatores. À época, o município contava com 107 indústrias alimentícias, 65 metalúrgicas e 23 voltadas à extração de produtos minerais.

Em 1960, a população de Nova Iguaçu era de 359.364 habitantes, o que colocava o município entre os dez mais populosos do Brasil, ficando atrás apenas de cidades como São Paulo, Salvador e Belo Horizonte. O número de escolas cresceu acompanhando o

desenvolvimento demográfico e econômico. Em 1964, Nova Iguaçu arrecadou cerca de Cr\$ 1.490.154,26 (um milhão, quatrocentos e noventa mil, cento e cinquenta e quatro cruzeiros e vinte e seis centavos). Já em 1966, o município contava com 12 mercados, 695 armazéns, 182 panificadoras, 116 drogarias e farmácias, 1.180 açougues e 19 livrarias (Pereira, 1969)

Nesse mesmo período temporal, no que tange à vida religiosa, havia cerca de 59 templos católicos, 332 protestantes/evangélicos e 34 espíritas. Esse desenvolvimento de escolas da tabela 2 (1940) para a tabela 3 (1960) se deve aos processos citados, sendo o surto de loteamento o mais expressivo deles. Todavia, a realidade educacional não condizia com a quantidade de escolas ou a distribuição delas, considerando o número de moradores, já que, no início dos anos 1970, a cidade já contava com cerca de 800 mil habitantes.

Assim, a conta não fecha com as pouco mais de 180 escolas públicas (estaduais e municipais) e, ainda, considerando a questão que estamos abordando desde o surgimento da cidade no século XIX até os dias atuais: a distribuição desigual de escolas pelo território do município. Segundo a Emenda Constitucional nº 1 de 1969, “o ensino de 1º grau é obrigatório para todos, dos sete aos quatorze anos e gratuito nos estabelecimentos oficiais.”. Nessa perspectiva, de acordo com o Diagnóstico Socioeconômico-Educacional de Nova Iguaçu²⁹, da população em idade escolar obrigatória, 79% estavam fora da faixa etária de 7 a 14 anos, ou seja, quase 8 em cada 10 pessoas estavam fora da idade escolar adequada.

2.5 O Instituto de Educação Rangel Pestana

Na esteira de grandes escolas que despontaram na cidade de Nova Iguaçu entre as décadas de 1930 a 1960 está o Instituto de Educação Rangel Pestana. A escola é um pilar central da educação pública iguaçuana, mesmo sendo uma escola estadual. Desde sua gênese, foi usada, intensamente, como vitrine para alçar grandes personalidades políticas e sociais da região.

O que podemos adiantar de antemão é que, como explanou Lobo (2019), a educação pública de Nova Iguaçu e cargos de chefia ligados a ela eram espaços de trampolim e vitrine políticas, ou seja, a chance de um diretor escolar ganhar prestígio, mediante a comunidade e

²⁹ RIO DE JANEIRO (ESTADO). SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Diagnóstico socioeconômico-educacional. Niterói, Imprensa Oficial, p. 31, 1977.

os políticos locais e se lançar na vida política era tão comum como as enchentes de verão na cidade que ocorrem especialmente nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro³⁰.

Dessa forma, ainda, segundo Lobo (2019), citamos alguns nomes de professores/as, diretores/as e/ou chefe/coordenadores/as de áreas da educação da cidade que se tornaram políticos: Simão Sessim, Dilma Ignez Cardoso, Ruy de Queiroz, João Batista Barreto Lubanco, Joaquim de Freitas e Armando Rosa. Alguns destes de professores/diretores de escolas de Nova Iguaçu viraram, como veremos mais à frente, interventores/prefeitos durante a Ditadura Militar de 1964.

A nomenclatura de boa parte das escolas do Brasil, ou talvez em quase toda sua totalidade, busca homenagear grandes personalidades, sejam elas locais ou mesmo internacionais, políticos e parentes de políticos. Com o Instituto de Educação Rangel Pestana, não poderia ser diferente. Francisco Rangel Pestana (1839- 903) era natural do município e alcançou grandes espaços na sociedade imperial e no início da republicana. Pestana atuou na área jurídica, política e jornalística, sendo, ainda, o Vice-Presidente (1892) e depois Presidente do Banco do Brasil (1895), Deputado (1897) e por último senador pelo Estado do Rio de Janeiro (1899). Ressaltamos que na área da educação foi um expoente. Organizou e dirigiu a Escola do Povo de Primeiras Letras, ainda na Corte, com a proposta de ensinar ao País uma instrução real, civil e científica. Pestana foi peça-chave na Reforma da Escola Normal, que ocorreu em São Paulo, e influenciou escolas pelo Brasil inteiro. Tomando como referência o texto de Paiva (2019, p. 55), ressaltamos que

(...) O educador e político também aparece na literatura da historiografia pedagógica tradicional associado à reforma da Escola Normal de São Paulo em 1890, porém a famosa reforma não leva o seu nome, inspirador da mesma, mas sim, de seu realizador Caetano de Campos.

Rangel Pestana incentivou reformas e projetos que visavam enxertar ideias progressistas, republicanas e científicas na educação/instrução pública e, sendo assim, a escolha desse personagem como patrono do Grupo Escolar e, seguidamente, do Instituto de Educação Rangel Pestana é justa.

O Grupo Escolar Rangel Pestana teve sua concepção, através do Parecer nº 230 em 22 de janeiro de 1930, e recebeu sua nomenclatura, através do decreto nº 2676, conforme Diário

³⁰ Um adendo: enquanto me debruço sobre a escrita desse texto, Nova Iguaçu, é mais uma vez atingida por grandes chuvas e, conseqüentemente, alagamentos que fazem a cidade tomar conta dos noticiários nacionais pelos moradores que perdem, mais uma vez, seus móveis, suas casas, sua dignidade.

Oficial de 17 de novembro de 1931, em homenagem a Francisco Rangel Pestana, em um momento de grande desenvolvimento do município de Nova Iguaçu, relacionado à citricultura. A primeira diretora do Grupo Escolar Rangel Pestana foi Venina Corrêa Torres e ficou no cargo até 1942.

No ano de 1931, sob a regência da mesma professora de 1929 – Venina Corrêa Torres – a instituição foi denominada de Grupo Escolar de Nova Iguaçu, situado no distrito sede, com 350 alunos. Venina Corrêa foi, então, a diretora da instituição no período entre 1929 e 1945, restando apenas um mapa por ela assinado em 1946. Essa professora acumulou o cargo de direção com o cargo de auxiliar de inspeção, constando suas visitas em escolas de Iguaçu nos anos de 1933 e 1935. Também lecionou na escola noturna feminina de 2º Grau, entre 1929 e 1935. (Dias, 2012, p. 115).

O Grupo escolar comportava as cinco séries do ensino primário. Com o fim do apogeu da citricultura e o surto de loteamento com as fazendas improdutivas, ocorreram mudanças significativas em Nova Iguaçu e o número de habitantes na cidade aumentou exponencialmente, provocando mudanças no Grupo Escolar Rangel Pestana.

O grupo escolar teve um expressivo aumento do número de alunos e professores, pois atendia aos alunos de quase todos os bairros de Nova Iguaçu que hoje são municípios emancipados e vizinhos como Belford-Roxo, Nilópolis e Mesquita. Funcionava com turmas do antigo curso primário e possuía um grande prestígio no município, tanto que atendia em grande escala à classe média de Nova Iguaçu, que em sua maioria residia no centro desta cidade. (Paiva, 2019, p. 61).

Ainda em consonância com Paiva (2019), destacamos que, desde sua gênese, era muito difícil conseguir uma vaga no Grupo Escolar Rangel Pestana. Apenas dormindo na fila ou com algum tipo de indicação da escola ou da prefeitura. Tal situação se dava por diversos fatores: professores/as concursados/as, boa infraestrutura, tradição religiosa, ensino de qualidade e gratuito e, sobremaneira, a localização, bem no centro da cidade. Em estilo neocolonial, está situado na rua Dr. Luiz Guimarães, número 218, centro de Nova Iguaçu. De acordo com Dias (2012), a escola tinha uma estrutura muito melhor que as demais escolas no período supracitado, abrigando diversas classes, professores/as e mais de mil alunos, em 1949.

O exame da distribuição das séries e classes denota uma estrutura maior do que a das demais escolas, pelo contingente de alunos, de professores, e o funcionamento em 2 a 3 turnos. Durante os anos de 1942 e 1943 o Grupo Escolar comportou de 12 a 13 classes, crescendo para 15 a 16 classes e

pouco mais de 500 alunos no período 1944-1947. Chegou a abrigar 31 classes e pouco mais de 1.000 alunos em 1949 (Dias, 2012, p. 116).

Destacamos a importância e a estrutura do Grupo Escolar Rangel Pestana, mesmo antes de se fundir com o Instituto de Educação de Nova Iguaçu. A instituição representava uma escola-modelo e abrigava uma gama enorme de alunos/as que vinham de outros distritos da cidade. Além disso, o quadro de funcionários/as e professores/as era bem maior que o de outras escolas.

O quadro de docentes e funcionários lotados no Grupo Escolar era mais volumoso, com a presença de pessoas encarregadas, por exemplo, da merenda e da biblioteca escolar. A relevância da “diretora”. é marcante. Nos relatórios dos diretores de instrução e nas estatísticas apresentadas nas mensagens dos governadores do período, o cargo de diretor é restrito aos Grupos Escolares. (Dias, 2012, p. 116).

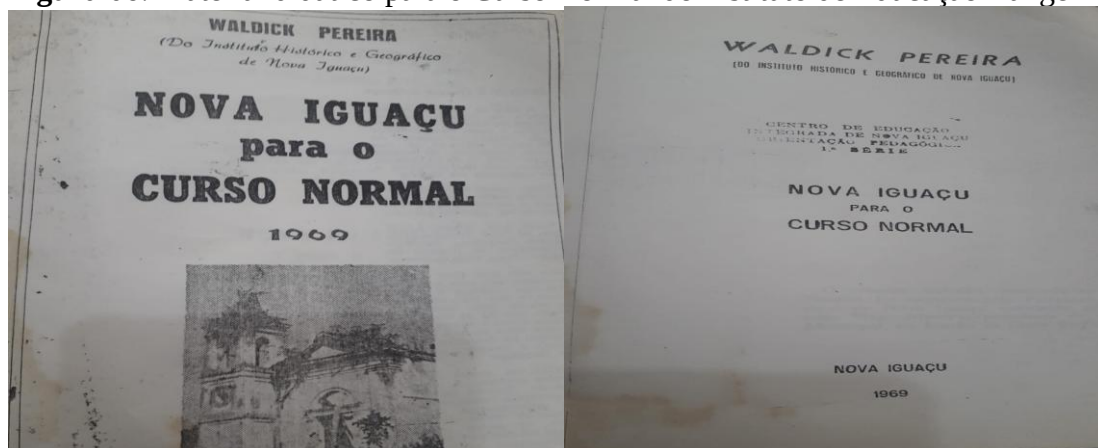
Decerto que havia uma intensidade volumosa de cobranças, recursos materiais e humanos para o Grupo Escolar Rangel Pestana. Essa questão fomenta não só uma quantidade maior de escolas no distrito-sede de Nova Iguaçu, mas, sobremaneira mais recursos, professores/as, infraestrutura. Ainda, segundo Dias (2012,) em 1945, a instituição de ensino contava com 26 a 28 professores/as. Esse número, como evidenciamos no mapa 5, equivale quase ao número de escolas dos outros distritos espalhados pelo município. Ainda ligadas ao Grupo Escolar havia a seção profissional feminina e o Jardim de infância.

Em consonância com Dias (2012), realçamos existirem outros grupos escolares em Nova Iguaçu, entre 1930 e 1950: Grupo Escolar Barão de Mesquita, Grupo Escolar Municipal Professor Paris e Grupo Escolar de Nilópolis, porém nenhum com a notoriedade e importância do Grupo Escolar Rangel Pestana.

Tamanha era a importância do Grupo Escolar Rangel Pestana, que o historiador Waldick Pereira (1969) que, na época era presidente do IHGNI, produziu um material didático³¹ para o Curso Normal do referido.

³¹ PEREIRA, Waldick. Nova Iguaçu para o curso Normal. Nova Iguaçu, Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 1969.

Figura 06: Material didático para o Curso Normal do Instituto de Educação Rangel Pestana.



Fonte: Arquivo pessoal de Eliete Fernandes Teles de Menezes, coordenadora do IHGNI e ex-aluna do Instituto Rangel Pestana, professora aposentada da instituição.

Esse material didático é excelente, ao abordar questões geográficas, econômicas, sociais, educacionais, religiosas e políticas sobre Nova Iguaçu até 1969, data de sua publicação. Com dados e estatísticas precisas sobre a história local de Nova Iguaçu, desde sua gênese, no Brasil Colonial, ainda, na divisão de terras em Sesmarias. Vejamos o índice do material na figura 7.

Figura 07: Índice das matérias do material didático do Curso Normal (1969).

ÍNDICE	
GEOGRAFIA	
Localização - Orografia - Saneamento	9
HISTÓRIA	
Sesmarias - Iguaçu - Freguesias - Criação da Vila de Iguaçu - Restauração - Decadência - Mudança - Massambomba - Nova Iguaçu	13
SOCIOLOGIA	
Economia e Organização Econômica - Circulação - Educação - Instituições Socio-culturais - Política - Administração Pública - Criação da Prefeitura - Prefeitos - Formação Judiciária e Administrativa - Religião - Formação religiosa	21
ESTATÍSTICA	
Agricultura - Pecuária - Atividades Comerciais e Industriais - Religião - Arrecadação Municipal - População - Educação - Juro Eleitoral	39

Fonte: Arquivo pessoal de Eliete Fernandes Teles de Menezes, coordenadora do IHGNI e ex-aluna do Instituto Rangel Pestana, professora aposentada da instituição.

Esse tipo de material pedagógico feito, exclusivamente, para atender uma instituição específica denota que o Rangel Pestana foi concebido como escola-modelo. Vejamos uma imagem do Grupo Escolar Rangel Pestana de 1960 (figura 8).

Figura 08: Frente do prédio Grupo Escolar Rangel Pestana



Fonte: Arquivo Instituto de Educação Rangel Pestana (1960).

O Grupo Escolar Rangel Pestana funcionou individualmente até 1978 mesmo estando, no mesmo espaço que o Instituto de Educação Nova Iguaçu. Em 10 de agosto desse ano, o Grupo Escolar Rangel Pestana foi unificado com o Instituto de Educação de Nova Iguaçu (IENI), por meio do decreto nº 2.027, tornando-se então o Instituto de Educação Rangel Pestana. Sendo assim, o IENI teve autorização para funcionamento em 10 de fevereiro de 1966, e seu parecer homologado em 18 de maio de 1966 e publicado em Diário Oficial de 18 de agosto de 1966. O primeiro diretor do Instituto de Educação de Nova Iguaçu foi o professor Simão Sessim.

No esboço de instituições e escolas que contribuíram para a História da Educação de Nova Iguaçu, não podemos deixar de falar da Sociedade de Ensino Superior de Nova Iguaçu (SESNI- Futura UNIG). A SESNI foi gestada a partir da Associação Universitária José Faustino Costa, com seu primeiro vestibular em 1972. Teve como um dos principais fundadores a figura de Fábio Raunheitti. As instalações para o curso de Medicina terminaram, em 1977, com a presença do Ministro da Saúde da época. A quantidade massiva de alunos por sala (150) e o pouco investimento nos rendimentos dos/as professores/as, além de carga horária de aulas reduzidas, gerou uma crise na instituição, em 1979, levando a uma intervenção federal. (Silva, 2019).

Dialogando com Débora Silva (2019), no início da década de 1950, Nova Iguaçu tinha cerca de 116 escolas, sendo a maioria de escolas primárias. No Censo do IBGE de 1950³²

³² IBGE- CNE- N08 Disponível em: acessado em 02/02/2024.

notamos que 39% da população era analfabeta, 44% manifestavam alguma escolaridade e 17% não quiseram responder. Havia um total de 145.649 habitantes para pouco mais de 116 escolas públicas. Nesse contexto histórico, está ocorrendo na Baixada Fluminense e em Nova Iguaçu a exploração imobiliária que contribui para o aumento de moradores e eventuais candidatos/as à educação. Assim, o crescimento populacional, urbano e demográfico desordenado afetou e aumentou drasticamente a educação.

A compra de um lote, de terreno, dentro das condições encontradas - ou seja, sem luz, saneamento básico, distante do lugar de trabalho como também dos serviços oferecidos pelo centro metropolitano, tais como hospitais, escolas, comércio e lazer diversificado -, traz " uma questão adicional. Se esse espaço, sem investimentos em infraestrutura urbana por parte daqueles que acumularam com sua venda, serviu para a instalação de população de baixa renda (Sonali, p, 102)

Assim, a decadência da Vila de Iguassú Velho e a modernidade trazida com a República repercutiram na educação e impulsionaram o surgimento de institutos educacionais, escolas públicas e particulares que marcaram a história da educação no município. Entretanto, o período da chamada “experiência democrática” — compreendido entre 1945 e 1964, conforme apontam Ferreira e Delgado (2003) — tinha seus dias contados. O golpe civil-militar de 1964 inaugurou um tempo de sombras e ameaças que se espalhou por todo o país e atingiu as salas de aula de Nova Iguaçu, onde professoras, professores e diretoras/es foram silenciados/as diante do arbítrio. O Capítulo 3 se dedicará a investigar esses silêncios, em busca de vozes, sentidos e memórias, podendo, talvez, revelar outros silêncios — aqueles que se inscrevem como traumas do que foi vivido e, ao mesmo tempo, interditado.

3 CAPÍTULO III: ENTRE GIZ, O FUZIL E A MEMÓRIA: AS/OS PROFESSORES/AS EM NOVA IGUAÇU DURANTE A DITADURA MILITAR.

Enquanto escrevo e pesquiso para a elaboração desta parte final do texto, a Ditadura Civil-Militar brasileira completa 60 anos. Provavelmente, desde a abertura política, o país não tenha vivenciado, em plena democracia, tantas ameaças de ruptura institucional e apelos pela retomada do regime militar³³. No dia 8 de janeiro de 2023, em Brasília — e em diversas outras cidades do país —, centenas de pessoas invadiram, depredaram e vandalizaram a Praça dos Três Poderes, impulsionadas pelo discurso golpista do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro e, sobretudo, pelo apoio de uma parcela de políticos eleitos, militares, jornalistas, empresários e grupos religiosos cristãos que, entre outros objetivos, buscavam impedir a posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva.

Os golpistas, como foram amplamente nomeados pela imprensa brasileira, tinham múltiplas motivações, mas, de forma evidente, pretendiam retirar Lula do poder e restabelecer Bolsonaro como líder político nacional. Desde que a extrema-direita passou a ocupar espaços de representação política e visibilidade midiática, a memória da Ditadura Militar tem sido evocada em discursos superficiais e ufanistas, que romantizam um período de repressão e silenciamento.³⁴

Esses discursos, apologias e narrativas de retorno à Ditadura Militar, entre outros fatores, culminaram em uma tentativa de golpe de Estado, protagonizada por pessoas e grupos da sociedade que clamavam pela intervenção das Forças Armadas, sob o argumento de que estas deveriam “salvar o país” e impedir a posse do presidente democraticamente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva. No pensamento da extrema-direita, o ódio se configura como força motriz: ódio ao comunismo, ao Partido dos Trabalhadores (PT), a Lula, aos grupos LGBTQIA+, às mulheres feministas, aos professores e professoras e aos servidores públicos. Essa guerra cultural, pautada na lógica do “nós contra eles”, alimenta cotidianamente um sentimento de hostilidade que perpassa instituições, discursos e sujeitos, sendo capitaneado por lideranças políticas e por figuras carismáticas que se colocam como salvadores da pátria.

³³ Para ver mais sobre a Ditadura Militar e suas versões abrangentes, ver: Fico, Carlos. Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar.

1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

³⁴ Para ver mais sobre extrema-direita e o discurso de defesa da Ditadura: Cruz, Natalia dos Reis. A Extrema-Direita, o negacionismo e as inverdades: O Golpe Empresarial-Militar na Memória de Olavo de Carvalho.^{32º} Simpósio Nacional de História – ANPUH NACIONAL, São Luiz, Maranhão, 20023.

Assim sendo, os regimes fascistas privam seletivamente de direitos civis determinados segmentos da sua população e atiram-nos violentamente para aquilo que a filósofa política Elizabeth F. Cohen designa por ‘semicidadania’, a fim de enfatizar a virtude e o valor do grupo dominante⁴. Os regimes fascistas também são tipicamente organizados em torno de um líder carismático e constituem culturas sociais e políticas centradas nesse líder, que é tido como protetor violento e poderoso da nação (Stanley, 2025, p. 20).

Não pretendemos aprofundar a discussão sobre o movimento político e social da extrema-direita no Brasil; contudo, ao observarmos que seus seguidores defendem a retomada da Ditadura Militar e de políticas de repressão social, torna-se necessário ressaltar a relevância deste estudo, ao evidenciar como aquele regime foi degradante, violento e responsável por agravar significativamente os indicadores sociais em Nova Iguaçu. Assim, buscamos contrapor tais discursos antidemocráticos por meio da memória histórica e da análise crítica dos impactos desse período.

Sendo assim, ainda que tenhamos diversos estudos e pesquisas sobre a temática Ditadura Militar, se torna cada vez mais necessária a investigação dessa temática. Ainda mais na área da educação, em uma cidade periférica, porém, com um capital industrial e populacional em constante crescimento. Estudar a educação, no período Militar, é buscar dissecar o surgimento, em pleno século XXI de Escolas Cívico-Militares e a constante privatização da Educação Pública.

A seguir, apresentamos a estrutura desta seção, que se organiza em cinco partes principais. A primeira parte expõe a metodologia adotada e discute a importância desta investigação no contexto dos estudos sobre a Ditadura Militar e a educação.

A segunda parte examina a Ditadura Militar no contexto educacional, com destaque para os expurgos de profissionais e a presença de interesses privados na gestão da educação durante o regime. Na terceira parte, aborda-se a Ditadura Militar em Nova Iguaçu, enfatizando a instabilidade política e o clima de medo instaurado no município. A quarta parte analisa os mecanismos de repressão, vigilância e as formas de resistência de professores/as no período ditatorial. Por fim, a quinta parte discute as consequências da Ditadura Militar para a educação em Nova Iguaçu, ressaltando seus efeitos duradouros sobre as práticas e políticas educacionais locais.

Assim posto, a investigação do passado de Nova Iguaçu não é uma das tarefas mais fáceis. O objeto de estudo demandou uma sinergia complexa e na articulação de documentos, na escuta atenta dos sujeitos que vivenciaram o tempo cronológico e social do objeto de estudo e uma rede gigantesca de saberes, pessoas, conhecimentos, institutos históricos e

memória. Dessa forma, queremos pontuar a importância da memória como uma ferramenta indissociável, na perspectiva de escrita do passado, de pessoas e fatos históricos do passado.

3.1 A memória e o fuzil: Metodologia e importância dessa pesquisa

A importância dessa pesquisa se dá, também, em desmitificar, mostrar, evidenciar que a Ditadura Militar, que ocorreu no Brasil de 1964 a 1985, foi extremamente ruim, penosa, provocou mazelas para Nova Iguaçu, no que tange à Educação. Isso posto, mais que ressaltar a opressão que os/as professores/as sofreram, durante esse período sombrio, essa parte do texto tem como foco apontar o caos que se tornou a educação de Nova Iguaçu no período da Ditadura. Vejamos uma reportagem de um dos jornais com maior prestígio da região.

Figura 09: Professores/as consideram caótica a situação do ensino no Município.



Fonte: Correio da Lavoura, 16 de junho de 1978.

Nessa reportagem, fica explícita a situação em que se encontravam a educação pública do município de Nova Iguaçu, no final de década de 1970, ou seja, mais de 15 anos de Ditadura Militar levaram a educação da cidade ao caos.

O registro do jornal evidencia situação de protecionismo político; falta de compromisso com a qualidade da educação, burla à legislação do sistema educativo; fraudes em documentos; infraestrutura deficiente em escolas; desrespeito com os/as aluno/as. Apesar de todo esse cenário de degradação da educação local, há um ponto positivo descrito na reportagem: a resistência de alguns/mas docentes que se mobilizam, em prol de mudanças, por meio de denúncias. Esse ato, apesar de representar os legítimos interesses da educação, como se sabe, na época, poderia ser passível de sanções e retaliações, haja vista a política vigente no momento.

Nessa perspectiva, percebemos que a memória e o passado tornaram-se elementos centrais nas disputas de poder contemporâneas, uma vez que o saudosismo em relação ao período antidemocrático da Ditadura Militar é amplamente defendido por políticos de extrema-direita, intelectuais, empresários e por uma parcela significativa da sociedade civil adepta da ruptura institucional.

Desse modo, os estudos sobre a memória dos sujeitos que viveram a Ditadura tornam-se fundamentais, pois permitem rememorar fatos e ideias de um período sombrio, frequentemente evocado por muitos como modelo político ideal. Como salientamos no início desta parte do texto, o dia 08/01/2023 revelou ao Brasil que o ‘fantasma’ da Ditadura não é mais um fantasma, mas uma pessoa que bate à porta de nossa casa querendo entrar. A disputa pela memória é marcada por vozes que buscam negar ou reinterpretar os fatos da Ditadura e/ou seus impactos negativos na sociedade.

O escritor e historiador João César de Castro Rocha, em seu livro *Guerra Cultural e Retórica do Ódio*, nos leva a refletir sobre o conjunto de narrativas voltadas ao apagamento do passado e à disputa pela memória da Ditadura Militar, bem como sobre outros temas sensíveis à extrema-direita, compreendidos por ele como parte de uma ‘guerra cultural’.³⁵ Nessa perspectiva, a principal arma do conservadorismo radical é o ódio, e, em conexão com esta pesquisa, destaca-se a evocação da Ditadura Civil-Militar de 1964 como um projeto político supostamente bem-sucedido, associado ao desenvolvimento nacional. Assim, nosso objetivo, ao nos debruçarmos sobre a memória dos/as professores/as que sofreram perseguição durante a Ditadura, é descortinar e evidenciar os mecanismos de repressão aos profissionais da

³⁵ Rocha, João Cezar de Castro. *Guerra Cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. 1 Edição: Editora e Livraria Caminhos, 2021.

educação e, sobretudo, demonstrar o quanto os chamados Anos de Chumbo foram prejudiciais à educação em Nova Iguaçu.

Na própria reportagem do Correio da Lavoura, em uma breve análise de um recorte de cenário da educação em Nova Iguaçu, já se percebe um panorama protecionista com presença de troca de favores, por meio de acobertamento ao descumprimento de carga horária e de faltas injustificadas, falsificação de documentos para produção de resultados positivos, a fim de fuga à fiscalização, entre outros pontos que evidenciam desrespeito às leis. Essa pequena amostra reflete os privilégios destinados àqueles que se amparavam sob a tutela dos mandatários da época.

Revisitar a memória de sujeitos, matérias de jornais, documentos oficiais para mostrar a desigualdade, deterioração, mazelas da educação, gerados em mais de 20 anos de Ditadura Militar, em Nova Iguaçu, é combater essa disputa pela memória, pelo passado.

Sendo assim, gostaríamos de elencar três questões, dentre tantas, que foram importantes em reviver o período estudado. Os arquivos, as pessoas e, consequentemente, a memória. Esses fatores compõem a metodologia de boa parte deste trabalho. Uma investigação histórica, educacional, forjada na relação entre pessoas, memórias e a busca pelo passado para combater o fascismo do presente, dos movimentos conservadores radicais.

Michael Pollak (1989) defende que a memória coletiva pode ser compreendida como um campo, um espaço de disputa e interesses políticos, econômicos e sociais. Uma das questões levantadas pelo autor é o caráter opressivo das memórias oficiais que, por meio de silenciamentos e apagamentos, provoca um esquecimento de fatos ou períodos históricos.

Nesse sentido, compreendemos que, talvez, as vozes que hoje se levantam em louvor à retomada de um período ditatorial tenham esquecido, conhecido apenas de modo superficial ou mesmo nunca tomado real conhecimento dos sofrimentos vividos nos porões, celas e diversos espaços de repressão, onde inúmeros sujeitos tiveram seus direitos violados, sendo oprimidos, torturados e executados por divergirem do sistema. Bosi (1979) corrobora esse entendimento ao afirmar que é possível que a história do dominador triunfe, tendo por base o silenciamento das vozes que se erguem contra a opressão.

Nessa perspectiva de silenciamento, a censura, amplamente utilizada, durante o período militar foi um dos fatores que promoveram o enaltecimento de um grupo dominante, em detrimento daqueles/as que buscavam resistir, por diversas formas, onde a supressão de opinião favorecia a prevalência de uma história única, ofertada como verdadeira.

Assim, Pollak (1989), observa que diferentes estruturas incidem sobre a memória coletiva como monumentos ou patrimônios. Nova Iguaçu não tem nenhum patrimônio, espaço, local que busca mostrar ou fazer referência aos momentos repressivos da Ditadura Militar. Muito por conta dos agentes políticos, ligados ao regime, que se perpetuaram no poder pós-Ditadura. Sendo assim, o primeiro interventor federal na Ditadura Militar em Nova Iguaçu, Ruy de Queiroz, tem uma rua bem no centro da cidade e uma escola municipal com seu nome.

São cerca de 60 anos, desde o fim da Ditadura Militar e as pessoas que vivenciaram esse período estão, aos poucos, sendo vencidas pelo tempo, que tudo vence. Nesse sentido, como Pollak aborda em seu artigo (1989, p. 6). “Nesse caso o silêncio tem razões bastantes complexas. Para poder relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa, antes de mais nada encontrar uma escuta”. Essa escuta foi um dos pilares metodológicos que conduziram todo processo de pesquisa deste texto.

Entendemos que ninguém faz nada sozinho. Ao ‘dar ouvidos’ aos sujeitos na busca de construção do objeto da pesquisa, fomos imergidos em fatos e perspectivas, que nos levaram, além de uma simples escrita acadêmica, para um local de disputas pela memória e na defesa da democracia.

Na busca de entender o passado, nos deparamos com o esquecimento, no presente. Ao visitar as diversas escolas de Nova Iguaçu, notamos que não havia uma preocupação, em sua grande maioria, com a história das escolas e documentos, imagens, fotos e afins que a memória da instituição escolar viva, durante o tempo.

Os arquivos escolares, em suma, não datavam de período anterior a 1990 e careciam de uma organização e investimentos necessários. Todavia, se através dos arquivos escolares não obtivemos muito êxito, o contato com profissionais das instituições nos deu uma ferramenta muito mais preciosa: a memória e lembrança de pessoas que viveram, enquanto professores/as, o período da Ditadura Militar, em Nova Iguaçu. Sendo assim, a memória e a lembrança dessas pessoas compõem uma ferramenta essencial para a metodologia da escrita dessa parte do texto.

O que foi não é uma coisa revista por nosso olhar, nem é uma ideia inspecionada por nosso espírito – é alargamento das fronteiras do presente, lembrança de promessas não cumpridas. Eis porque, recuperando a figura do cronista contra a do cientista da história, Benjamin afirma que o segundo é uma voz despencando no vazio, enquanto o primeiro crê que tudo ali é importante, conta e merece ser contado, pois todo dia é o último dia. E o último dia é hoje. (Bosi, 1979, p. 18).

‘Tudo ali é importante’. Nas entrevistas que fizemos ao longo desses quatro anos, tudo foi importante. O que foi falado e o que foi sentido. O indizível se fez presentes nas pausas, olhares, sorrisos e olhos marejados. Na primeira entrevista com uma professora de Geografia, uma das primeiras frases que a docente disse foi: “eram tempos difíceis, ainda mais para um professor” e em seguida veio um silêncio... que todos naquela sala entenderam. As pessoas não são livros, papéis, artigos que você acessa e, simplesmente, depois coloca em algum canto. A ética permeou todo processo das entrevistas, desde o primeiro contato.

A dimensão ética é um dos fatores fundamentais a perpassar o processo de trabalho de todos os pesquisadores, inclusive daqueles que(...) ao realizar a pesquisa, é importante que o pesquisador em História Oral tenha comportamento profissional, compromisso pessoal e político de uma atitude de respeito ante os fornecedores de informações. (...) No trabalho de campo, ao resgatar a história a partir da memória e da identidade social, é importante que o pesquisador tenha, como uma das primeiras lições de ética, respeito pelo valor e importância de cada indivíduo. (Cassab; Ruscheinsky, 2004, p, 21)

Sendo assim, o respeito e a peculiaridade de cada entrevistado/a, seu momento de falar ou de não tocar em certos assuntos, estiveram presentes nas entrevistas e contatos com os/as professores/as.

Não pretendemos dissecar a importância da memória, numa perspectiva metodológica de busca do conhecimento do passado, mas, sim, tentar ressaltar, que ao ouvir pessoas, lembranças, medos, angústias do passado pudemos dar continuidade a um presente, que precisa ser evidenciado. Mostrar como professores/as foram coagidos/as e perseguidos/as, censurados/as e viviam com medo é tentar dar um passo, na disputa da memória da Ditadura Militar, no que tange à educação, em Nova Iguaçu.

Ecléa Bosi, nesse sentido, destaca a importância dos velhos, dos idosos, pois “são os guardiões do passado”. E, no caminho dessa pesquisa, encontramos muitos velhos, muitos idosos. A função social do velho é orientar, aconselhar, lembrar. Mas, aos poucos, estamos perdendo esse respeito pelos mais experientes, pelos sábios e calejados pela vida.

A função social do velho é lembrar e aconselhar – memimi, moneo – unir o começo e o fim, ligando o que foi e o por vir. Mas a sociedade capitalista impede a lembrança, usa o braço servil do velho, recusa seus conselhos. Sociedade que, diria Espinoza, “não merece o nome de Cidade, mas o de servidão, solidão e barbárie”, a sociedade capitalista desarma o velho mobilizando mecanismo pelos quais o oprime a velhice, destrói os apoios a memória e substitui a lembrança pela história oficial celebrativa. (Bosi, 1979, p. 18).

Isso posto, o que buscamos foi, com um rigor metodológico, visitar a lembrança desses sujeitos, antes esquecidos e evidenciar que sua história, sua experiência e seu passado são importantes para construirmos mais que uma tese de doutorado, mas um futuro melhor, ao trazer à tona a vigilância, a repressão e o medo, gestados pela Ditadura Militar, em Nova Iguaçu.

Bosi nos mostra que os velhos, os anciãos são os materiais da memória que nos levam à sabedoria, à lembrança e impedem avanços como o do fascismo, do obscurantismo da extrema-direita. Desse modo, dar ouvidos para esses sujeitos é uma ferramenta essencial na defesa da democracia e de uma sociedade justa e igualitária. Não obstante, não apenas esse processo de esquecimento e desvalorização da experiência dos velhos sábios foi dilapidada, no projeto capitalista de funcionalidade e imediatismo dos seres, mas, sobremaneira, a memória, enquanto força de elo entre o passado e o presente, entre os jovens e os velhos. As memórias dos antigos vêm sendo oprimida, sufocada pela história triunfalista, pela história oficial e, no caso de Nova Iguaçu, pelos sujeitos que se mantiveram no poder político, após o fim do regime antidemocrático.

Todavia, a memória não é oprimida apenas porque lhe foram roubados suportes materiais, nem só porque o velho foi reduzido à monotonia da repetição, mas também porque uma outra ação, mais daninha e sinistra, sufoca a lembrança: a história oficial celebrativa cujo triunfalismo é vitória do vencedor a pisotear a tradição dos vencidos. (Bosi, 1979, p. 19,)

Para além da Lei da Anistia de 1979, que, na prática, inocentou os crimes cometidos pelos militares desde 1964, muitos políticos permaneceram no poder em Nova Iguaçu.

A reestruturação política feita pela Ditadura Militar no poder local do Baixada, ao longo de 20 anos, teve como principal objetivo suprimir, enfraquecer e cooptar as formas de oposição política que existiam ou viessem a existir. (...) Comandantes Militares envolviam-se neste processo, posteriormente, as novas configurações de poder local passarão a operar os mecanismos de perpetuação da nova geopolítica local. (Alves, 1998, p. 103)

Assim sendo, a memória do golpe, sua violência, suas mazelas, a desigualdade social e a educacional aprofundada em mais de 20 anos foram ‘esquecidas ou silenciadas’. Não há arquivo, espaço, monumento ou afins dedicados à memória das pessoas que sofreram repressão e/ou foram perseguidas em Nova Iguaçu e Baixada Fluminense. Entretanto, há alguns colégios e ruas com o nome de Darcílio Ayres, Fabio Raunheitti, Simão Sessim, Abraão David, Francisco Dorneles, entre outros, que apoiaram a ditadura.

Sendo assim, a preocupação era de manter uma casta hegemônica política e a continuidade dos mecanismos montados pela Ditadura na Baixada Fluminense e em Nova Iguaçu e, conseqüentemente, o apagamento de sujeitos que resistiram e lutaram contra a Ditadura. Combatendo esse mecanismo de esquecimento e silenciamento, nos debruçamos sobre a entrevista oral, na coleta, tratamento, atenção à memória, lembranças, angústias, medos de pessoas que vivenciaram a Ditadura Militar, no contexto da educação de Nova Iguaçu.

Se partirmos do pressuposto de que a História Oral é uma metodologia de trabalho, é evidentemente necessário que ela esteja ancorada a uma atividade de pesquisa. Primeiramente, é preciso haver questões, perguntas, que justifiquem o desenvolvimento de uma investigação. A História Oral só começa a participar dessa formulação no momento em que é preciso determinar a abordagem do objeto em questão: como será trabalhado (Alberti, 1990, p.12).

Como um arquivo histórico, que possui especificidades, a lembrança e memória dos/as entrevistados/as necessitam de um cuidado, de técnicas para fazer a ponte passado-presente. Não se trata apenas de um documento inanimado, mas de histórias de vida, emoções, traumas, angústias e silenciamentos que, em muitos casos, não eram revisitados há tempos. Nesse processo, lançamos mão de entrevistas e questionários com perguntas abertas, por darem maior autonomia e liberdade aos/às entrevistados/as, em relação às suas memórias e às suas vivências. Assim, surgiam novas perguntas, questionamentos e cenários, que iam se desdobrando em contextos, intrinsecamente, ligados à temática.

A peculiaridade da fonte oral reside na riqueza oferecida pela rede de signos, sentimentos, significados e emoções, expressa pelo narrador ao pesquisador, em forma de dados coligidos, expressando em si mesmos, tanto pela abundância (quantidade) como pela qualidade que o material dessa natureza (depoimentos diretos) potencializa (Oliveira, 1997). Também a oralidade se revela diferente quando permite que se apreendam seus significados e conotações, seja pelo tom, ritmo e volume impressos pelo narrador, os quais muitas vezes a forma escrita é incapaz de revelar. (Cassab; Ruscheinsky, 2004, p, 14).

Sensibilidade, talvez, seja uma palavra que se encaixou no processo de entrevistas orais, com um profundo sentimento de responsabilidade com todo material, que foi sendo descoberto a cada encontro, a cada palavra. Nesse momento de troca de conhecimentos, de escuta, de colaboração, fomos encontrando outros documentos, como fotos, material didático e indicação de fontes bibliográficas, bem como outras pessoas, que poderiam contribuir de

alguma forma com a pesquisa. Podemos dizer, entusiasticamente, que centenas de pessoas colaboraram, um pouco, com seus conhecimentos para essa pesquisa.

A diversificação de fontes, pessoas, fotografias, jornais, contatos, na consecução desse texto, foi por buscar uma profundidade na contextualização temática, a fim de nos aproximarmos, o máximo possível, do objeto de estudo.

As fontes se tornaram uma ponte, uma rede que nos imergia, ao período militar. Voltar ao passado não é uma das tarefas mais fáceis, sobretudo, quando lidamos com um passado, em constante disputa pela sua memória, por seu legado. Sendo assim, as fontes documentais, iconográficas, orais e bibliográficas delinearam uma compreensão mais atenta, crítica e reflexiva sobre um local que está sob constantes interpretações, o qual é a Ditadura Militar Brasileira. Ao fazer perguntas triviais para pessoas a esmo sobre a Ditadura Militar, em Nova Iguaçu, as respostas eram superficiais, vazias e prontas.

Tornaram-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (Le Goff, 2012, p, 408).

As disputas pelas narrativas do passado não envolvem somente a memória, mas o esquecimento. Le Goff (2012, p. 408) coloca a disputa da memória como uma luta de classes e, dessa forma, “indivíduos que dominaram e dominam” desembocam no ponto que queremos chegar: os grupos de poder que instigam um silenciamento e esquecimento da memória. Talvez esse projeto de esquecimento pós-Ditadura não seja algo orquestrado, mas ao caminhar pelo centro da cidade, notamos que os nomes das ruas, praças e referências, em sua imensa maioria, não denotam os grupos que resistiram a esse período.

Essa perspectiva que explora as relações entre memória e história, ao romper com uma visão determinista que limita a liberdade dos homens, coloca em evidência a construção dos atores de sua própria identidade e reequaciona as relações entre passado e presente ao reconhecer, de forma inequívoca, que o passado é construído segundo as necessidades do presente, chamando a atenção para os usos políticos do passado (Alberti, 1990, p.16).

Nova Iguaçu, como vimos, em sua história tem uma predominância de latifundiários e poderes políticos, econômicos e jurídicos concentrados em uma elite: donos de terras, senhores da memória que escrevem a história a partir da sua perspectiva. A dissertação ‘Memória e Resistência dos Professores: os professores no contexto da ditadura civil-militar

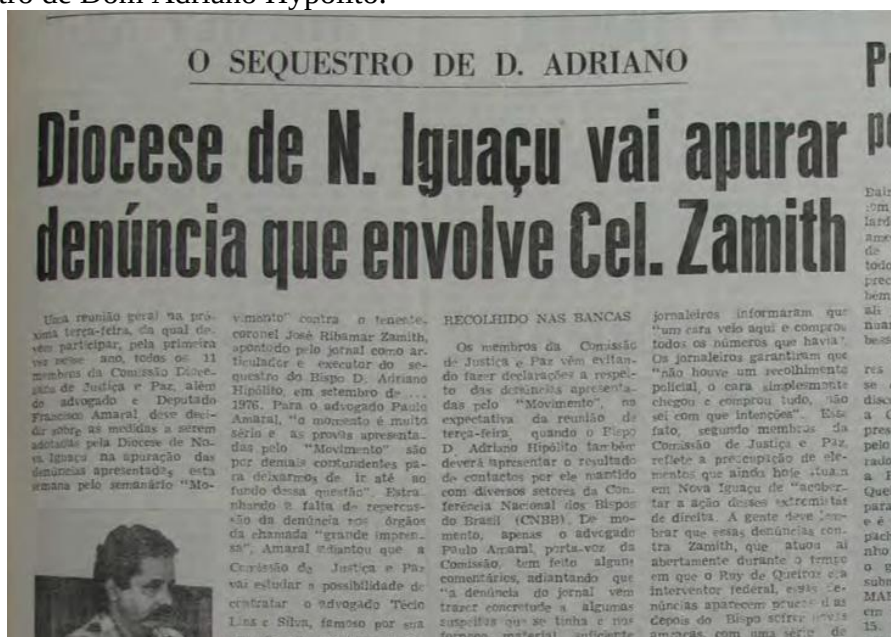
(1964 -1985)', de Milene Cristina Hebling, reafirma essa posição de disputa pela memória e pela narrativa.

Analisando, por exemplo, a memória do regime militar brasileiro, esse duplo movimento de manipulação da memória coletiva fica nítido. Durante a vigência da ditadura civil-militar brasileira, os militares buscaram manipular a opinião pública através da censura. Com a tentativa de ocultação de todo e qualquer problema brasileiro, com a culpabilização dos militares políticos, transformados em subversivos criminosos - termos esses que foram amplamente divulgados e que permearam o imaginário popular- e com a propaganda de exaltação da pátria, o Estado Brasileiro tentou controlar a opinião pública no país. Desta forma, ele acabou afetando também a memória coletiva. Não são raras as declarações feitas na atualidade a respeito do suposto "progresso" que o país teria conquistado após o Golpe, bem como o aparecimento de defensores de tal regime, que afirmam que "naquela época" não havia violência, que a população estava empregada e que a educação era de qualidade. (Hebling, 2018, p, 32-33).

Uma questão que aborda a falta de culpabilização dos militares é a de Dom Adriano Hipólito, uma das figuras centrais na denúncia contra os aparatos da Ditadura Militar, em Nova Iguaçu, que foi sequestrado e torturado por militares, no comando do Coronel Zamith. Em diversos jornais da época e, até os dias atuais, não há citação acerca do nome do Coronel.

A seguir, observamos notícia publicada em Correio da Lavoura sobre o caso de Dom Adriano. Conforme o periódico, a Comissão de Justiça e Paz iria se reunir para decidir ações contra o Tenente Coronel Zamith.

Figura 10: Diocese de Nova Iguaçu vai apurar denúncia que envolve Cel. Zamith no sequestro de Dom Adriano Hypólito.



Fonte: Correio da Lavoura, 9 de dezembro de 1979.

Apenas, com a Comissão da Verdade, no governo Dilma, tal caso foi exposto. Esse fato já foi dissecado nesse texto e, mesmo a vítima sendo uma das figuras mais importantes da Igreja Católica do Estado, o algoz foi protegido e saiu impune. Tal impunidade se explica no período da ditadura militar e, principalmente, após o golpe, porque, apesar do fim do regime, a máquina pública ficou permeada de familiares, conhecidos e pessoas que eram ligadas aos algozes. Podemos citar Simão Sessim, Francisco Dornelles, a família David, que eram ligados ao Coronel e dominaram a cena política na Baixada. Então, isso posto, fica nítida a disputa pela memória e o esquecimento em Nova Iguaçu e na Baixada Fluminense.³⁶

E, esse estudo, apesar de ser local, pode ser observado em diversos outros territórios do país, no período militar. A impunidade, a falta de justiça se devem ao fato de os aparelhos do Estado estarem loteados de pessoas ligadas, ainda, à Ditadura Militar, nos primeiros anos.

O controle da opinião pública e a censura contribuem nesse processo de impunidade, mas não podemos deixar de nomear os senhores da memória, os grupos de poder, como se depreende em Hebling (2018):

Em outro sentido, os militares buscaram a conservação de seu poder através da garantia de impunidade aos seus crimes. Estabeleceram a Lei da Anistia, que concedia o perdão político não só aos acusados de crimes políticos, mas aos próprios militares. Além disso, como um de seus últimos atos, o governo militar se encarregou de ocultar ou destruir total ou parcialmente os arquivos que pudessem comprovar seus crimes. Essa destruição afetou a memória coletiva. Apenas recentemente a sociedade brasileira teve acesso aos arquivos remanescentes do período. (Hebling, 2018, p. 30).

Dessa forma, ao dar voz, por meio da entrevista oral enquanto metodologia de pesquisa, aos sujeitos desse período histórico, percebeu-se que essa abordagem constitui uma ferramenta de extrema importância na disputa pela memória, em contraposição às narrativas oficiais — sobretudo as dos grupos de poder que ainda perpetuam estruturas desiguais e excludentes em Nova Iguaçu.

Apagar a história é útil para os autoritários, porque fazê-lo permite-lhes adulterá-la como história única, uma só perspectiva. Contudo, é impossível apagar totalmente uma perspectiva. Quando os autoritários tentam apagar a história, fazem-no através da educação, purgando determinadas narrativas dos programas ensinados nas escolas e talvez proibindo que sejam transmitidas em casa. Contudo, os autoritários não podem apagar as experiências vividas pelas pessoas nem os seus legados inscritos nos

³⁶ Para ver mais sobre a família David e Simão Sessim: Bezerra, Luiz Anselmo. A família Beija-Flor. Dissertação (Mestrado em História) – UFF/ PPGHIS, Niterói, 2010.

alicerces de gerações. Neste simples facto reside sempre a possibilidade de reclamar perspectivas perdidas. (Stanley, 2025, p. 10).

As memórias, experiências vividas e compartilhadas pelos/as entrevistados/as vêm para romper essa barreira de silenciamento, de apagamento, esquecimento de sujeitos que resistiram, lutaram e se mantiveram firmes frente às repressões autoritárias da Ditadura Militar. Ouvir esses professores/as tem uma relevância e importância que transcende a metodologia acadêmica. Certamente, é uma valorização das histórias, lutas de gerações passadas numa busca de responder anseios e questionamentos presentes. Ao investigar os relatos experiências de professores/as que resistiram e lutaram numa perspectiva de um regime autoritário, tem-se como objetivo combater as preocupações contemporâneas das constantes ameaças à democracia brasileira. O passado nunca foi tão presente.

Nesse panorama, mesmo após a Ditadura e apesar do rápido e curto “fenômeno Brizola”³⁷, como descreve Alves (1988), os políticos, mesmo eleitos pelo PDT, eram cooptados pelas forças bem alicerçadas na Ditadura Militar. A elite local, empresarial e o mandonismo operaram, em muitos momentos.

Nesse sentido, o caminho metodológico formado pelo tripé: fontes documentais, iconográficas e fontes orais nos levou a redes de conhecimento e vivências que transbordaram, para além da escrita deste texto, como ingressar como membro do Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu (IHGNI). Esse local está voltando a ser uma instituição de preservação do patrimônio de Nova Iguaçu, depois de década em reclusão. Fora a sensação inexplicável de sentar-se, em vários momentos, para ouvir, conversar com professores que deram, durante a vida, a vida pela educação.

A entrevista ganha maior dimensão quando há real parceria entre entrevistador e entrevistado, possibilitando a ambos construir uma relação de adesão ao processo de questionamentos, compreensão, críticas e, por fim, reconstituição do objeto da pesquisa, sendo o resultado, fruto desta relação social. A entrevista se constrói na relação entre estes sujeitos, permeada pela experiência de vida de ambos, quando expõem suas histórias de vida, suas paixões, suas visões de mundo inseridas em dada dimensão do tempo e espaço. Como cúmplices, ambos compartilham o horizonte em que os fatos aconteceram, as condições existentes nesse momento histórico, as relações que existiam em torno de determinadas circunstâncias. (Cassab; Ruscheinsky, 2004, p. 14)

Sem querer ser conduzido pelo romantismo da profissão docente, destaco que revisitar a memória desses/as educadores/as foi uma experiência transcendental — e, certamente, uma

³⁷ Para saber mais sobre o fenômeno Brizola, ver: SENTO-SÉ, Trajano. **Brizolismo**. Rio de Janeiro: FGV; Espaço e Tempo, 1999.

vivência que não cabe no Lattes. Todavia, muitas outras cabem, especialmente as fontes metodológicas deste trabalho, que constituem o meio pelo qual buscamos alcançar o objeto de estudo.

Na questão da bibliografia e documentos, citamos o arquivo pessoal de Eliete Telles de Fernandes, que foi aluna, no final da década de 1960, estagiária e professora do IERP. Nessa perspectiva, também citamos o CEDIM, da UFRRJ, a Hemeroteca da Biblioteca Nacional, o arquivo escolar do IERP. Também, utilizamos o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (que por sua desorganização e reforma), não contribuiu muito.

Ainda, lançamos mão de dois periódicos: Correio da Lavoura e A Última Hora, que nos auxiliaram na aproximação do período histórico, por meio de reportagens, de matérias, de denúncias e afins. Foram analisadas mais de 2.000 edições dessas fontes documentais e imagéticas, pois traziam, em sua maioria, fotos, imagens e charges da época. Desses jornais e dos arquivos surgiram algumas fontes imagéticas que contribuem para imergir o/a leitor/a no cenário da Ditadura Militar, em Nova Iguaçu e seus desdobramentos.

Muitos/as pesquisadores/as contribuíram para sedimentar a historiografia, bem como a base de uma história da educação de Nova Iguaçu. Principalmente, no que tange às investigações sobre a Ditadura, direta ou indiretamente. Nesta parte do texto, citamos Lidianie Barros Lobo e sua dissertação de mestrado intitulada ‘Quem manda na escola pública? Os projetos educacionais em disputas no município de Nova Iguaçu – RJ entre 1964 e 1988’. Foi importantíssimo incorporar esse estudo ao nosso referencial, assim como o texto de Débora Luiza de Freitas da Silva sobre Políticas Públicas e Educação na Baixada Fluminense, durante a Ditadura Militar: a Sociedade de Ensino Superior de Nova Iguaçu (SESNI).

Outrossim, o livro Golpe na Educação (Cunha e Góes, 2002) descortinou diversas ações relacionadas à Ditadura em nível nacional. Outros/as autores/as, já mencionados/as nos capítulos anteriores, fundamentaram esta parte do texto ao oferecer um panorama sobre a instabilidade política e social de Nova Iguaçu no período referido — entre eles, José Cláudio Souza Alves e Allofs Daniel Batista, cujas obras dialogam diretamente com o objeto desta pesquisa. Nesse sentido, a tese de doutorado de Adriana Bastos Kronemberger, Vozes da Militância: Nova Iguaçu nas décadas de 1970 e 1980, ao abordar os movimentos sociais urbanos e religiosos do município, inseriu novas preocupações e perspectivas sobre a relação entre política, sociedade e resistência local.

São destaque, ainda, as investigações e obras de Percival Tavares da Silva, que foi um dos primeiros a investigar movimentos sociais urbanos, como o Movimentos Amigos dos

Bairros. Outra obra recente que foi relevante em contribuir com escrita a desse texto foi o livro organizado pelos professores Jean Sales e Alexandre Fortes, que traz um compêndio de diversas pesquisas, em diferentes áreas, sobre a Ditadura Militar na Baixada Fluminense.

Destarte, o constante e intenso diálogo entre fontes documentais, imagéticas e orais, aliado às inquietações do presente, conduziu-nos a uma metodologia qualitativa, voltada à exploração dos significados e das experiências do processo histórico-social do recorte temático proposto. Ao lidar com a memória, adentramos um emaranhado de definições e interpretações; contudo, tivemos como horizonte teórico, em especial, os trabalhos de Ecléa Bosi, Le Goff, Lúcia de Almeida Neves Delgado e Verena Alberti. Esses/as historiadores/as, ao se debruçarem sobre questões relacionadas à memória social, linguagem, identidade e tempo, sedimentaram métodos que nos possibilitaram rememorar as lembranças, histórias e interpretações dos/as narradores/as e entrevistados/as. Tudo ali tem relevância: revisitar essa memória é um ato de vivência e reconhecimento — tanto para os/as entrevistados/as quanto para nós, pesquisadores/as.

Nessa perspectiva, tomamos os estudos de Bosi (1979, 1994) como base teórico-metodológica para o trabalho com as fontes orais, constituídas por entrevistas realizadas de forma presencial e online com professores/as que vivenciaram o período da Ditadura Militar em Nova Iguaçu. As entrevistas foram conduzidas por meio de perguntas abertas, em formato de rodas de conversa, privilegiando a espontaneidade e o respeito às singularidades de cada entrevistado/a. As memórias individuais desses sujeitos se entrelaçaram e se fortaleceram com outras memórias coletivas, bem como com os fragmentos encontrados em periódicos e nas bibliografias referentes ao recorte temático desta pesquisa.

As lembranças individuais se tornam uma realidade social, ao ponto que se encontram com memórias coletivas de outros sujeitos. Todos/as entrevistados/as abordam a grandeza de Dom Adriano Hipólito, ao falar sobre a sua luta por justiça social e, nós, tentamos dimensionar esses adjetivos aqui. Porém o olhar, o rosto, o sorriso de cada um/a, ao ser interpelado/a sobre o Bispo, talvez, palavras não possam mensurar. Essa memória viva que Bosi (1979) afirma que dá vida aos indivíduos ao rememorar o passado.

Outras tantas vezes subi a rua com amigos que me chamaram a atenção para outros aspectos dela. Se refaço hoje o percurso, como posso me dizer só e pretender ver só com meus olhos o que vejo? Os pontos de vista dos que subiram comigo a rua torna minha evocação múltipla e profunda e alicerçam minhas visões (Bosi, 1994, p. 413).

Ao se observar o pensamento de Bosi, entendemos que o olhar é individual, mas se amplia ao ser confrontado com o coletivo, com outras percepções, com a visão do outro. Nesta tese, as pessoas entrevistadas produziram suas memórias e lembranças, individualmente, mas percebeu-se que seus relatos se cruzavam com fatos descritos como as matérias nos jornais da época. Assim, a teia social do passado ia se formando em um quebra-cabeça que foi, minuciosamente, montado seguindo o tripé metodológico: fontes bibliográficas, fontes imagéticas, fontes orais. Nesse momento, dialogamos com Portelli (1997). O autor explica que a análise de uma narrativa não envolve apenas simples relatos, considerando sua interligação com aspectos históricos e sociais.

A fim de entender como a narrativa é formada, não devemos nos limitar a estes momentos de plenitude: necessitamos considerar também os materiais formulados, os materiais aparentemente sem forma de conexão e suporte, e o papel dialógico e corretivo do historiador (Portelli, 1997, p. 13).

Assim, este trabalho se junta à historiografia, cada vez mais crescente, sobre a historicidade da educação de Nova Iguaçu, na busca de levantar novas problemáticas e inquietações, a partir de investigações sobre a Ditadura Militar, na região. As manchetes alarmantes sobre a violência e a falta de serviços básicos da Baixada Fluminense serão analisadas, mas sobretudo, os/as professores/as que sofreram perseguição e resistiram aos aparatos da Ditadura Militar serão um objeto desta parte do texto.

Dessa forma, na construção da narrativa histórica e de aproximação do recorte temporal e temático, percebemos que foi fundamental a investigação de uma variedade de materiais e fontes nesse processo de estudo. Assim, destacamos a importância do papel do investigador/historiador nessa interação entre entrevistado/a e entrevistador e a análise dos relatos, lembranças e memórias, em diálogo com outras fontes e materiais.

Essa forma de análise é um processo complexo e contínuo, que foi adotado, desde o início da pesquisa, até o fim. Tal abordagem exige uma perspectiva crítica, reflexiva e realista. Nesse sentido, não se pode atropelar os percalços do caminho, para querer chegar ao final da corrida, ou seja, os detalhes, as investigações, os métodos, as fontes, a escrita, a entrevista oral e o diálogo dessas ferramentas não podem ser subjugados ou acelerados, a fim de chegar a um objetivo final. Assim, cada passo é importante, seja ele para frente ou para trás. A adoção desses pressupostos metodológicos pretendeu denotar a preocupação com a narrativa histórica e a ética desta pesquisa, na realização de análise de um período, em tamanha discussão contemporânea, como vem sendo a Ditadura Militar.

Regimes autoritários consideram frequentemente a educação como uma ameaça aos seus projetos de poder. Nesse panorama, a história e o passado são questões constantemente ameaçadas pelas ditaduras em seus múltiplos objetivos de criar uma narrativa do passado ligada à sua ideologia e posições (Stanley, 2025). Assim, ditaduras militares tendem a apagar, adulterar o passado, a história, para criar um passado que favoreça as suas narrativas atuais. Todo esse processo se dá na educação, na pesquisa e na ciência. Então, dessa forma, o que objetivamos é contrapor essa disputa pelo passado que está em voga na sociedade brasileira através da narrativa, da memória dos/as professores/as que vivenciaram a Ditadura Militar em Nova Iguaçu.

3.2 Ditadura Militar no contexto da educação

A construção desta parte da pesquisa tem como objetivo central mostrar ao leitor uma síntese do cenário educacional na Ditadura Militar, a partir de 1964. As forças conservadoras que tomaram, de assalto, o poder em 1964, frearam as forças populistas e progressistas que emergiram no Brasil, como os movimentos trabalhistas, camponeses e ligados aos avanços do Partido Comunista e uma parcela significativa da classe trabalhadora.

O cenário internacional da Guerra Fria criou uma polarização entre o capitalismo (Estados Unidos) e o socialismo (União Soviética). Nesse panorama, seria inimaginável destoar o Golpe Militar e seus objetivos desse contexto. O medo do ‘comunismo’, pelo menos nesse período, era real. As revoluções socialistas assombravam as forças conservadoras. Vejamos a análise de Eric Hobsbawn.

As Forças Armadas Tomaram o poder no Brasil em 1964 contra um inimigo bastante semelhante: os herdeiros do grande líder populista Getúlio Vargas (1883 – 1954), que se deslocavam para a esquerda no início da década de 1960 e ofereciam democratização, reforma agrária e ceticismo em relação à política americana. (Hobsbawn, 2017, p.429).

O receio de que um movimento parecido com as revoluções socialistas fosse instaurado, no Brasil, sob a presidência de João Goulart, acendeu um pânico na elite brasileira e no Tio Sam. Nesse sentido, alguns setores da Igreja Católica, o alto empresariado brasileiro e os militares promoveram campanhas desestabilizadoras e conspirações contra o governo de Jango (Fico, 2014).

Mesmo assim, havia apoio popular ao governo de João Goulart e às Reformas de Base³⁸: reforma agrária, universitária, tributária, pois desafiavam os interesses das classes dominantes em relação à manutenção do *status quo*. Desse modo, desencadeou-se polarização sociopolítica e forte resistência dos setores conservadores.

Dessa forma, os regimes autoritários que se gestavam na América Latina representavam os interesses de uma elite financeira alinhada ao espectro político estadunidense que visava combater qualquer movimento populista, camponês, trabalhista ou comunista em um cenário de Guerra Fria.

Esse interesse reverbera, demasiadamente, na questão cultural, social e educacional, também. Sendo assim, dialogando com Cunha (2014), esse golpe não, foi algo apenas latino-americano, mas, sim, uma profunda articulação política com bases solidificadas internas e externas com interesses econômicos e ideológicos que rompiam as barreiras nacionais.

Após o Golpe Militar de 1964, o Estado, que se gestava, capitalizou seus olhares para a educação, vista como subversão. Dialogando com Cunha (1999), ressaltamos que a Ditadura Militar e seus agentes tinham como objetivo a regeneração moral e educacional do indivíduo. Para isso, a educação pública e o cristianismo foram os condutores utilizados para tal liturgia. Numerosos textos e pesquisas já foram lançados sobre a Ditadura e a educação, e muito ainda está por vir. Esta parte do texto não tem como intento contestá-las, mas, sim, beber da fonte das produções bibliográficas desse recorte temático, mostrar ao/à leitor/a preocupação vital dos Militares com a Educação e como tais pressupostos se difundiram das capitais do país para as periferias, como no caso de Nova Iguaçu.

Um órgão, de cunho civil, foi fundamental para a arquitetura ideológica e cultural de sustentação do Regime Militar: o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Esse órgão intelectual foi responsável por traçar diretrizes e programas para a educação, principalmente, o Ensino Superior. Do IPES, partiram as diretivas da “modernização” tecnocrática e da privatização da educação (Cunha, 2014, p. 13). Ainda assim, segundo o autor, é correto ressaltar que ocorreram “políticas públicas na Ditadura Militar” e que havia muitos interesses de empresários ligados a escolas particulares no âmbito do Ministério da Educação.

Algumas entidades, já há séculos enraizadas e dominantes na sociedade brasileira, também mantiveram relações de interesse no processo do Golpe Militar. A Igreja Católica é uma dessas e sua impregnação nas paróquias foi um elemento orientador junto às instituições Igreja e Estado, mais uma vez. Além do interesse privatista ligado à educação.

³⁸ Sobre o Governo João Goulart, Reformas de Base e as lutas sociais, ver: Bandeira, M. O Governo João Goulart: As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964). 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

A partir do golpe, os grupos de interesse de apoiadores diretos passaram a ser decisivos na formulação e implementação de políticas. Contudo, cumpre não esquecer que essa inflexão foi antecedida por outra, bem próxima, a impressa pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei n. 4.024/61), a qual permaneceu em vigor. Ela só começou a ser alterada pelas leis n. 5.540/68 e n. 5.692/71. Em pelo menos um ponto ela foi decisiva para a implementação de políticas educacionais privatistas em todos os níveis do Estado: a determinação de que os Conselhos de Educação tivessem representantes do “magistério oficial e particular”, que logo foi ressignificado para incluir, necessariamente, os empresários do ensino (Cunha, 2014 p, 361).

Na esteira de interesses escusos com a educação, no governo militar, gestava-se uma organização transnacional cujas bases se encontravam nos EUA: a USAID (United States Agency for International Development). Essa agência, por meio do programa ‘Aliança para o progresso’³⁹ foi responsável por fornecer assistência técnica e cooperação financeira ao Brasil, visando a reformas educacionais com tendência tecnicista. O objetivo geral dessa cooperação era aplicar o modelo empresarial baseado na ‘racionalização’, imbuído no sistema capitalista de produção, na escola. Grosso modo, pretendia-se estabelecer mecanismos econômicos, educacionais e culturais dos EUA no Brasil, em um período de Guerra Fria e, assim, combater as bases comunistas no país.

No que tange à educação durante a Ditadura Militar — ou, em outras palavras, aos acordos firmados com a USAID, à interferência dos Estados Unidos e ao cerceamento da educação nacional, disfarçados sob o rótulo de assistência técnica e apoio financeiro —, destacamos o pensamento de Cunha (2014), que evidencia a amplitude e a profundidade desses acordos no campo educacional brasileiro.

Os acordos MEC-USAID cobriram todo o espectro da educação nacional, isto é, ensino primário, médio e superior, a articulação entre os diversos níveis, o treinamento de professores e a produção e veiculação de livros didáticos. A proposta da USAID não deixava brecha (Cunha, 2014, p. 32).

Os acordos, reformulações, projetos, emparelhamento e fiscalização do MEC- USAID contribuíram para suprimir, cultural e educacionalmente, movimentos populares e progressistas. Os movimentos foram destruídos e os seus educadores e trabalhadores foram

³⁹ A Aliança para o Progresso surgiu no contexto da Guerra Fria, período em que a ameaça comunista colocava em xeque o chamado “terceiro mundo”, em especial a América Latina, isto conduziu os Estados Unidos a uma mudança paradigmática na política externa para a América Latina; uma política de “generosidade” econômica e estratégica. Os EUA teriam, assim, adotado a “[...] convicção de que seu próprio bem-estar dependia do bem-estar de outros países, que a prosperidade americana não podia existir na ausência de uma prosperidade global.” (Kagan, 2003 apud Ribeiro, 2006).

cassados, presos, exilados e, quando não, assassinados. Qualquer professor/a que tivesse uma ação duvidosa seria investigado/a e vigiado/a.

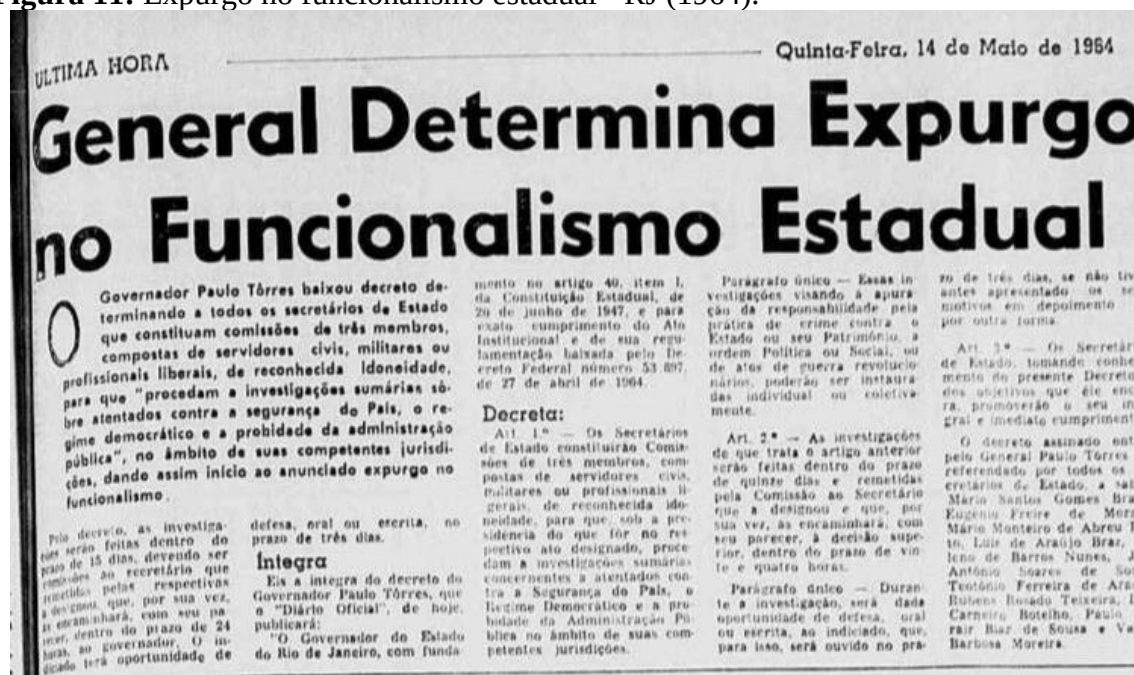
3.3 O Expurgo na Educação.

O general Paulo Torres, então governador do Estado do Rio de Janeiro, determinou o expurgo no funcionalismo estadual. Tal ação consistiu em um amplo processo de investigação contra servidores/as públicos/as estaduais, com o objetivo de responsabilizá-los/as por supostos crimes contra o Estado, o patrimônio público, a ordem social ou atos considerados de guerra revolucionária. Em outras palavras, qualquer manifestação contrária ao regime, crítica ao governo ou simples movimentação de contestação poderia resultar na exoneração sumária do servidor. Desse modo, é relevante observar que tal medida ocorreu cerca de um mês após o Golpe de 1964.

Nesse contexto, ainda em 1964, o então governador do Estado do Rio de Janeiro, Badger Teixeira da Silveira, foi impedido de governar, sendo o general Paulo Francisco Torres nomeado pelo presidente Castelo Branco para assumir o cargo. Já o governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, manteve-se no poder por ter sido um dos principais defensores e articuladores do Golpe Militar. Contudo, poucos anos depois, Lacerda romperia com o regime, em grande parte por não conseguir viabilizar sua candidatura à Presidência da República.

A reportagem do jornal Última Hora, publicada em 14 de maio de 1964 (Figura 11), evidencia, desde então, a existência de uma estrutura organizada de perseguição a opositores, críticos e sujeitos que resistiam ou lutavam contra a Ditadura Militar. Por mais assustador que pareça, muitos/as servidores/as e profissionais que atualmente exercem funções em diferentes esferas do poder público não têm plena consciência da dimensão da repressão sofrida pelos servidores durante o regime militar, marcada por exonerações, aposentadorias compulsórias, afastamentos arbitrários e prisões políticas. Leia-se a reportagem a seguir:

Figura 11: Expurgo no funcionalismo estadual - RJ (1964).



Fonte: Última hora. 14 de maio de 1964. Hemeroteca digital - Biblioteca Nacional.

Neste momento, convido o/a leitor/a a uma breve simulação: imagine, nos dias de hoje, uma pessoa sendo presa, amarrada a um jipe que acelera pelas ruas, arrastando seu corpo por longa distância, à vista de todos. Em seguida, essa pessoa é espancada com uma barra de ferro até a morte. Talvez pensássemos tratar-se de um ato cometido por traficantes sanguinários, um grupo terrorista ou algum regime de extrema violência. No entanto, esse episódio descreve o assassinato de Gregório Bezerra, líder comunista em Recife, a primeira vítima da Ditadura Militar, em 2 de abril de 1964. Em 2014, o relatório da Comissão Nacional da Verdade foi divulgado, listando os nomes das pessoas mortas ou desaparecidas durante o regime: 191 assassinadas e 243 desaparecidas — um total de 434 vítimas diretas da repressão estatal.

Segundo a organização internacional não-governamental de direitos humanos, a Human Rights Watch, aproximadamente 20 mil pessoas foram torturadas no período brasileiro. Esses números, segundo a própria coordenação da CNV, podem ser maiores.

Para os militares, repressão parece rimar com educação. O que se viu, nos primeiros meses da Ditadura Militar, foi um expurgo de professores/as, servidores públicos, entidades e organizações civis de cunho popular e/ou progressistas. Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, personagens que contribuíram para fundar a Universidade de Brasília, são alguns exemplos.

O primeiro, que ocupava o cargo de reitor da Universidade de Brasília, foi demitido logo nos dias iniciais e interventores foram nomeados para seu lugar. Darcy Ribeiro, Chefe da

Casa Civil no Governo João Goulart, teve seus direitos políticos cassados com o Ato Institucional n.1 (AI-1), tendo que se exilar em Montevidéu, no Uruguai.

Anísio Teixeira morreu em 1971, em um episódio cercado de suspeitas. Foi encontrado morto em um fosso de elevador, em circunstâncias totalmente inesperadas, já que a cabine não se encontrava no andar quando a porta se abriu. Segundo o laudo pericial, a morte foi considerada acidental, sob a hipótese de que o professor não teria percebido a ausência da cabine e caído no vazio. Contudo, há fortes indícios e suspeitas de que tenha sido vítima das forças de repressão do governo Médici (Cunha & Góes, 2002). Outro grande intelectual da educação brasileira, Paulo Freire, também foi perseguido. Indiciado em um Inquérito Policial Militar, exilou-se sucessivamente na Bolívia, Chile, Estados Unidos e Suíça, retornando ao Brasil apenas em 1979.

Destarte, buscaremos mostrar ao/à leitor/a como essa repressão, perseguição e vigilância também se manifestaram em Nova Iguaçu, tendo como recorte principal os/as professores/as que vivenciaram os impactos diretos da Ditadura Militar

3.4 Os interesses privados na educação no período militar

Antes de adentrarmos no panorama de repressão aos/as professores/as em Nova Iguaçu, é importante destacar um fator que merece atenção: o crescimento vertiginoso das escolas particulares durante a Ditadura Militar. Em 1968, havia cerca de 143 escolas particulares na cidade, número que, em 1975, chegou a 166 unidades. Um dado relevante diz respeito à infraestrutura dessas instituições: os espaços privados contavam com aproximadamente 289 salas de aula a mais do que as 435 salas distribuídas entre as 106 escolas municipais.

Dessa forma, as convergências entre o governo militar e os dirigentes de instituições privadas foram significativas. Após o golpe de 1964, a lucratividade do setor educacional privado cresceu de maneira expressiva e simultânea ao avanço do regime.

Quando foi promulgada a Lei da Reforma Universitária, em 1968, o Congresso Nacional encontrava-se fechado em virtude do endurecimento do regime ditatorial. Nesse contexto, os grupos privatistas aproveitaram-se da conjuntura política para ampliar seus domínios sobre o ensino superior, básico e profissional, com a anuência do Conselho Federal de Educação. Os empresários do ensino ascenderam e ultrapassaram a Igreja Católica na disputa pela hegemonia das instituições privadas de ensino básico. Assim, enquanto se

observava uma redução das escolas católicas, as escolas privadas não confessionais ganhavam cada vez mais prestígio, espaço e poder no cenário educacional brasileiro.

Concomitante a esses processos, ‘terminar os estudos’ logo se tornará um objetivo para as famílias mais abastadas e de classe média, na busca por uma melhor qualidade de vida e, conseqüentemente, um posto de emprego mais vantajoso. Nesse quesito, entram os empresários e o crescimento exponencial, na Ditadura, das escolas privadas que, posteriormente, se tornam centros universitários. Em Nova Iguaçu temos o caso do Colégio ABEU, que depois se tornou Centro Universitário ABEU.

Empurrada pela elevação dos requisitos educacionais para o emprego, espontâneos e induzidos, a busca de diplomas de cursos superiores, nas mais diversas especialidades, abriu um mercado imenso para os empresários da educação. De norte a sul, são conhecidos exemplos de escolas de nível médio de pequeno porte que passaram a abrigar cursos superiores noturnos, as quais, após alguns anos, transformaram-se em grandes universidades. O lugar da mais rápida acumulação de capital havia passado, então, do nível médio para o nível superior. (Cunha, 2014, p. 363).

Nesse sentido, além de todo cenário favorável, com a oposição desmantelada, o Congresso Nacional fechado e defensores/as da Educação Pública sendo presos/as, perseguidos/as e mortos/as, no campo dos impostos e tributação foram ampliados os benefícios a partir de 1965 para as instituições educacionais privadas.

A Constituição de 1967 e o dispositivo de 1969 chancelaram essas benesses e, assim, as escolas privadas continuaram a ter uma espécie de imunidade fiscal, que maximizou suas perspectivas de lucros. O ‘milagre econômico’⁴⁰ possibilitou, ainda que momentâneo, um crescimento da classe média e, por conseguinte, um crescimento da clientela das escolas privadas.

A simbologia de um *status* de prestígio e a mentalidade de estar ‘investindo no futuro do seu filho’ alavancaram os números de aluno/as em escolas privadas, nos centros urbanos e periféricos. Outro fator relevante é o contínuo abandono do ensino público básico, em grande parte com a alocação dos investimentos públicos direcionados para o ensino privado em forma de bolsas de estudos e outros incrementos. Além da escassez de investimentos e da falta de políticas públicas consistentes, houve um declínio do salário dos/as professores/as, como salienta Cunha.

⁴⁰ Para ver mais sobre milagre econômico na Ditadura Militar brasileira: Werneck Vianna, Maria Lúcia Teixeira. A Administração do Milagre Econômico. O Conselho Monetário Internacional (1964 – 1974). Petrópolis: Vozes, 1997.

Para se ter uma ideia da velocidade da deterioração dos salários, os professores da rede estadual paulista recebiam, em média, 8,7 vezes o salário-mínimo horário, em 1967; em 1979, essa relação havia baixado para 5,7 vezes. E continuou caindo, apesar das greves pela reconstituição do valor dos salários, a partir da segunda metade da década de 1970, em todo o país. (2014, p. 364).

Essa desvalorização dos/as professores/as das redes públicas e, conseqüentemente, da educação pública teve efeitos devastadores que culminaram na elevação das taxas de crianças fora da escola durante a Ditadura Militar. Nesse âmbito, surgiram, também, as bolsas para estudantes carentes e de baixa renda, em escolas privadas. Dessa maneira, buscava-se reverter a falta de escolas municipais em Nova Iguaçu.

A pesquisa do professor Percival Tavares da Silva⁴¹ traz um importante panorama da concessão dessas bolsas em Nova Iguaçu e as questões importantes de tal propósito. Em sua obra, o pesquisador destaca que em 1º de novembro de 1968 foi editada a Lei nº 5.537, que criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Seu objetivo era angariar recursos financeiros governamentais de diversas fontes e transferir para o financiamento de projetos de ensino, inclusive alimentação escolar e bolsas de estudo para alunos/as carentes, na rede privada.

Apesar de sua importância para a valorização e o investimento nas escolas públicas, em contrapartida, os fundos públicos criados pelo Estado com o propósito de financiar a expansão das redes públicas de ensino acabaram sendo utilizados de forma estratégica para a manutenção e o crescimento do setor privado. Isso ocorreu, sobretudo, por meio da concessão de bolsas de estudo e isenções fiscais, tanto em nível federal, estadual quanto municipal. Assim, recursos originalmente destinados às escolas públicas eram, muitas vezes, redirecionados para subsidiar matrículas e mensalidades em instituições privadas de ensino.

Em 1973, foi promulgado o decreto nº 72.495, de 19 de julho de 1973, que estabeleceu normas para a concessão de amparo técnico e financeiro às entidades privadas de ensino, com recursos do FNDE. Entre os objetivos estava o de suprir as demandas das redes públicas, a partir da disponibilização de vagas nas redes privadas e um outro dispositivo, pasmem, que recomendava evitar a criação de escolas públicas, nas regiões onde o atendimento das escolas privadas fosse suficiente para absorver a demanda efetiva ou contida. Assim, na ausência de uma escola pública, em determinada localidade, adotava-se a solução de sempre: a concessão

⁴¹SILVA, Percival Tavares. 2010. Bolsas de Estudos no Ensino Fundamental Privado, entre a universalidade de direito à educação e o clientelismo na educação: o caso de Nova Iguaçu/RJ. Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado. São Paulo, 2010.

de bolsas de estudo a alunos/as carentes de meios materiais para frequentá-las (Cunha, 2014; Silva, 2010).

Dessa forma, foi ocorrendo o sucateamento das escolas e da educação pública como um todo. Esse processo foi mais danoso e acentuado nas periferias, que estão longe dos olhares midiáticos e onde operava uma morosidade dos serviços públicos essenciais. Como evidenciamos, inicialmente, nesta parte do texto, as escolas privadas detinham mais escolas e mais salas que a rede municipal, em meados da década de 1970.

Em termos de metodologias de ensino, o Estado Militar, pautado pela repressão e sem um debate democrático, promulgou políticas e diretrizes que, de modo geral, desenvolveram o tecnicismo, a expansão desorganizada e excludente da escola pública de 1º e 2º graus, às custas do rebaixamento da qualidade. Além disso, existia cerceamento e controle das questões acadêmicas, no interior das universidades, com aumento exponencial da iniciativa privada, no ensino superior e básico. (Cunha, 1999).

A educação, em si, foi um alvo permanente e sob os olhares do Comando Militar, seja como instrumento ideológico ou na sua usurpação para difusão do lema ‘futuro da nação’. Vejamos a fala do Presidente Militar Emílio Garrastazu Médici:

Creio que 1971 será um ano de marcante expansão industrial, incentivada pelo programa siderúrgico que dentro de poucos dias apresentarei à Nação (...). Sinto que a grande revolução educacional virá agora, na passagem da velha orientação propedêutica da escola secundária a uma realística preparação para a vida, que atenda à carência de técnicos de nível médio, problema dos mais críticos na arrancada do nosso desenvolvimento (Ferreira; Bittar, 2007, p, 15).

A educação não estava à margem dos interesses do Comando Militar. Pelo contrário, constituía-se em uma preocupação nacional, sobretudo no que dizia respeito à repressão e à salvaguarda do projeto militar para o país. Infere-se, portanto, que a educação era uma área que, direta ou indiretamente, recebia atenção constante do regime. Nesse processo de reorganização e controle institucional, os indivíduos que defendiam um sistema educacional público, gratuito e de qualidade foram sendo demitidos e substituídos, desde as reitorias das universidades até o Conselho Federal de Educação — como ilustram os casos de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro —, estendendo-se também às direções de escolas públicas em cidades periféricas, como Nova Iguaçu, conforme veremos adiante.

Havia, assim, um controle rigoroso sobre os cargos de direção e planejamento, tanto em níveis locais quanto nacionais (Cunha, 2014).

Na direção do sistema educacional, os defensores do ensino público e gratuito foram sendo substituídos pela aliança dos que lutavam pela hegemonia da escola particular subsidiada pelo Estado, com os militares empenhados na repressão às atividades por eles julgadas subversivas. Tomando mais uma vez o caso exemplar de Anísio Teixeira, além de ter sido demitido da reitoria da Universidade de Brasília, já em abril de 1964 não teve seu mandato renovado no Conselho Federal de Educação, onde saiu, em princípio de 1968, com o silêncio cúmplice de seus colegas. Dermeval Trigueiro, outro ativo combatente pelo ensino público e gratuito, foi também retirado daquele conselho, além de ser, compulsoriamente, aposentado do cargo de professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. (Cunha, 2014, p. 37).

Convém destacar que esse processo abriu espaço para o direcionamento dos recursos, bem como para a reformulação do sistema educacional brasileiro. O que se experimentou foi o desmonte de políticas e agentes educacionais, forjados em longas batalhas pela educação pública e de qualidade. O Estado Militar se revelou uma máquina bem articulada nesse propósito. Ainda, dialogando com Cunha (1999), destacamos o caso do sucessor de Anísio Teixeira na UnB, professor Luís Antônio da Gama e Silva, que também foi ministro da Justiça e, posteriormente, da educação. Esse personagem se gestou como um ferrenho algoz de professores/as, estudantes e intelectuais que faziam ou tentavam fazer oposição ao governo militar.

O caso do professor Florestan Fernandes é emblemático: esse docente estava para prestar concurso para uma cátedra de sociologia na USP e seu concorrente na época era ligado ao regime. Exatamente, um dia antes do concurso, Fernandes foi preso. Com a pressão de políticos e intelectuais, foi solto e conseguiu ingressar como professor acadêmico. Todavia, com o AI-5, foi, sumariamente, aposentado – leia-se demitido. Cunha (1999) ressalta, ainda, que essa perseguição fluiu por todos os ditames e meios educacionais.

Mas não foi apenas a alta administração do sistema educacional, os membros dos conselhos universitários e os grandes nomes da ciência que foram atingidos pela sanha repressiva. Funcionários do MEC, das secretarias estaduais e municipais de educação, e simples professores também foram demitidos ou, se mantidos em seus cargos, ameaçados constantemente, na tentativa de se obter, pelo medo, seu consentimento ao regime (Cunha, 1999, p. 39).

O expurgo, em todos os níveis do sistema educacional, de quem se opunha ao Regime Militar, foi altamente organizado e teve uma vigilância, nunca vista, na história brasileira e situações simples do dia a dia acadêmico eram tidas como atos infracionais, que não passavam despercebidos aos olhos do Governo Militar. Nesse sentido, a infração disciplinar

foi uma forma de cometer expurgos e punir, vigiar professores/as, profissionais da educação, estudantes e funcionários técnico-administrativos.

O decreto-lei 477 de 1969, do Governo Costa e Silva, foi a concretização da perseguição sumária dos/as professores/as. O dispositivo previa a punição de professores/as, alunos/as e funcionários/as de instituições universitárias considerados culpados/as de subversão ao regime.

Essa norma repressiva dizia que cometeria “infração disciplinar” o professor, aluno ou funcionário do estabelecimento de ensino público ou privado que se enquadrasse em diversos casos, entre os quais os seguintes: aliciar ou incitar à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participar nesse movimento; praticar atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados ou deles participar; conduzir ou realizar, confeccionar, imprimir; ter em depósitos, distribuir material subversivo de qualquer natureza (Cunha, 1999, p. 38).

De acordo com o decreto-lei 477, os/as professores/as e funcionários/as das instituições de ensino poderiam sofrer com demissões, perseguições, perda de direitos, suspensão de matrícula, expulsão, caso fossem estrangeiro/as, e, também, o constrangimento de receber uma acusação de ser subversivo/a. Para os efeitos legais, o processo do qual um sujeito era acusado, já era uma sentença.

Os/as docentes acusados/as eram demitidos/as e ficavam impossibilitados/as de trabalhar, em qualquer outra instituição educacional do país por cinco anos, ao passo que os/as estudantes eram expulsos/as e ficavam proibidos/as de cursar qualquer universidade, por três anos. Isso posto, ocorreu um grande enfraquecimento e desorganização da oposição, seja pela questão econômica, pelo medo de morrer ou ser preso (Cunha, 1999).

Essa repressão, de certo modo, provocou sequelas visíveis na produção de conhecimento na educação brasileira: grandes intelectuais, já citados/as, mas, sobremaneira, estudantes em formação, projetos de secretários de educação e técnicos educacionais foram suprimidos. Além disso, os/as profissionais eram demitidos/as ou tinham que ficar um determinado tempo sem poder voltar a exercer a função, quando não eram presas/os ou dadas/os como desaparecidas/os ou mortas.

Os/as diretores/as e pessoas que coordenavam os processos de ensino, sejam em universidades, escolas, secretarias, eram da base do Governo Militar e/ou simpatizantes. O dirigente do estabelecimento de ensino era obrigado a instaurar inquérito disciplinar, caso contrário, o próprio poderia ser investigado. Essas ações de repressão e vigilância levaram

diversos/as professores/as a serem acusados/as de ações subversivas, como no caso do nosso objeto de estudo, que veremos mais à frente. Esse cenário só mudou em 1979, quando o Congresso Nacional, revogou o decreto-lei 477 e criou bases para a organização estudantil representativa, nas instituições de ensino (Cunha, 1999).

Antes mesmo do AI-5 e, consequentemente, do decreto-lei 477, todos/as os/as professores/as e candidatos/as ao magistério tinham que provar nas mais variadas instâncias que não eram subversivos/as – leia-se ‘comunistas’. Nesse sentido, surgiu o atestado de ideologia, que foi uma das medidas repressivas e pouco comentada sobre a Ditadura Militar.

Tinham de provar que sobre eles não recaía culpa de subversão. As universidades passaram a exigir dos candidatos do magistério, mesmo à precária categoria de colaborador, apresentação do “atestado de ideologia”, emitido pelas delegacias de ordem política e social das secretarias estaduais de segurança pública. (Cunha, 1999, p. 40).

O atestado de ideologia foi uma das ferramentas fundamentais para fazer o expurgo no sistema educacional, durante o Governo Militar e, assim, selecionar, validar, limpar os/as subversivos/as, principalmente, de espaços de poder ou mesmo do chão da sala de aula. Imaginem, então, quantas vozes, quantas matérias, quantas discussões, quantos debates, quantas elucidações e o próprio conhecimento, em si, não foram sepultados pelo Governo Militar, durante cerca de duas décadas. Talvez, nem mesmo, a matemática calculasse o tanto de produção de conhecimento e avanço tecnológico que se perdeu.

O expurgo na educação, demasiadamente, nos relegou ao silenciamento de mentes brilhantes e intelectuais, mas, deveras, deixamos de criar mais dessas mentes, desses sujeitos, forjados na coragem e dedicação. O Serviço Nacional de Informação tinha assessoria e estruturas nas Universidades, bem como no MEC que, entre outros absurdos, vedava pedido de bolsa de estudo, licenças, participação em Congressos àqueles/as que não fossem simpatizantes do regime.

A vigilância e a repressão se manifestavam nos atos mais amenos e triviais dentro das instituições de ensino. Como veremos, até mesmo uma avaliação poderia servir de motivo para que um/a professor/a fosse questionado/a. O saber e a produção de conhecimento perdidos nesse período talvez sejam inimagináveis.

Duas questões que serão abordadas mais adiante, em Nova Iguaçu, são o medo e a autocensura como instrumentos de repressão e de silenciamento dos/as professores/as. Entretanto, antes disso, discutiremos as mudanças políticas provocadas pelo Golpe Militar na

cidade. Vale ressaltar, para os desavisados, que política e educação caminham lado a lado e, muitas vezes, se confundem nas discussões e debates populares sobre o “futuro da nação”.

3.5 Ditadura Militar em Nova Iguaçu: Instabilidade política e rupturas.

A Ditadura Militar em Nova Iguaçu, assim como na Baixada Fluminense, desempenhou um papel central: suprimir, enfraquecer, cooptar e dispersar as forças políticas e os movimentos sociais de oposição ao Golpe Militar. Mesmo assim, em pleno 2022, observamos, mais uma vez desde 1964, uma tentativa de golpe de Estado, articulada com a participação de militares.

A jovem democracia brasileira resiste a uma onda — ou mesmo um tsunami — da extrema-direita, fenômeno que tem se espalhado por diversos países ao redor do mundo. Nesse contexto, reviver, debater e analisar os impactos da Ditadura Militar, por meio da escuta de sujeitos que resistiram naquele período, é reacender uma chama que, gradualmente, vem sendo sufocada por esse conservadorismo radical.

Os professores e pesquisadores José Cláudio Souza Alves e Allofs Daniel Batista foram, de certo modo, pioneiros na investigação da Ditadura Militar em Nova Iguaçu e na Baixada Fluminense. Seus textos e pesquisas serviram, sobretudo, como fundamento para esta parte do nosso estudo.

A historiografia sobre a ditadura militar de 1964 avançou em muitas pesquisas, nas mais diversas áreas, e há um consenso no apoio e participação de empresários, sociedade civil e de países estrangeiros, como os EUA⁴². Não poderíamos deixar de mencionar o apoio de alguns setores da Igreja Católica e de vários setores da mídia, como rádios, televisão e imprensa.

De antemão, cabe ressaltar que a questão geopolítica do Estado do Rio de Janeiro era diferente, no início da Ditadura Militar em 1964. A cidade atual do Rio de Janeiro era um estado da federação e tinha a nomenclatura de Estado da Guanabara, e o Estado do Rio de Janeiro compunha todo o território do estado atual, menos a cidade do Rio de Janeiro, com sua capital em Niterói. (Alves, 2002).

Com a mudança da capital do país para Brasília, o antigo Distrito Federal tornou-se o estado da Guanabara, de acordo com as disposições transitórias da Constituição de 1946 e da Lei Número 3.752, de 14 de abril de 1960. O Estado da Guanabara e sua proximidade com a

⁴² Mais sobre o assunto ver: Fico, Carlos. O Grande Irmão. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Baixada Fluminense e Nova Iguaçu fez com que os militares demonstrassem uma preocupação intrigante com a cidade iguaçuana. Além de tudo, o Estado da Guanabara era a região onde estava localizada a base das três forças militares: exército, marinha e aeronáutica. A Vila Militar de Deodoro era a ligação dos interesses dos militares e Nova Iguaçu.

Na época do Golpe Militar, a Baixada Fluminense era composta por cinco municípios: Duque de Caxias, Nilópolis, Magé, Nova Iguaçu e São João de Meriti. Nova Iguaçu, que constitui o nosso recorte de estudo, foi certamente um dos municípios que mais sofreu com intercorrências e ações repressivas da Ditadura Militar, embora Duque de Caxias fosse considerada uma “área de segurança nacional”, devido à presença de uma refinaria de petróleo.

Antes de entrarmos na instabilidade, impermanências o qual foram os primeiros anos da Ditadura Militar, na área política de Nova Iguaçu, precisamos ressaltar a configuração da bancada política da época. Com o segundo Ato Institucional em 1965, a política brasileira foi obrigada a contar com um modelo partidário com apenas dois partidos políticos: Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que era o partido da Ditadura Militar, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que fazia ou tentava fazer oposição ao regime, da forma que podia, mesmo com possíveis riscos de sanções como a cassação de direitos políticos. (Alves, 2002).

O MDB foi uma alternativa legalista à luta armada. Entretanto, como veremos, apesar de legalmente existirem dois partidos, muitos interesses estavam em jogo e, quase sempre, a ARENA abocanhava, inicialmente, pontos estratégicos e dominantes. Quando o interesse da ARENA não se fazia valer, políticos do MDB eram cassados e banidos. (Batista, 2011).

Em Nova Iguaçu, em cerca de 11 anos, foram 11 prefeitos, sendo desses 3 do MDB (que ficaram meses no cargo) e um do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), que foi logo destituído, no Golpe Militar. A ARENA, quando não se elegia, fazia manobras para ocupar o cargo mais importante da cidade. Vejamos uma lista dos prefeitos do Município.

- 1 Aluizio Pinto de Barros 31/01/1963 - 26/08/1964 Eleito PTB
- 2 João Luiz do Nascimento 27/08/1964 - 14/09/1966 Vice-prefeito PSD/ARENA
- 3 José de Lima 15/09/1966 - 16/10/1966 Presidente da Câmara ARENA
- 4 Joaquim de Freitas 17/10/1966 - 30/01/1967 Interventor ARENA
- 5 Ary Schiavo 31/01/1967 - 09/07/1967 Eleito MDB
- 6 Antônio J. Machado 10/07/1967 - 14/08/1967 Vice-prefeito MDB
- 7 José Naim Fares 15/08/1967 - 13/11/1967 Presidente da Câmara ARENA

- 8 Antônio J. Machado 14/11/1967 - 16/10/1968 Vice-prefeito MDB/ARENA
- 9 Nagi Almawy 17/10/1968 - 24/02/1969 Presidente da Câmara MDB
- 10 João Ruy de Queiroz Pinheiro 25/02/1969 - 31/01/1971 Interventor ARENA
- 11 Bolivard Gomes de Assumpção 31/01/1971 - 30/01/1973 Eleito ARENA
- 12 Joaquim de Freitas 31/01/1973 - 20/10/1975 Eleito ARENA
- 13 João Batista B. Lubanco 21/10/1975 - 31/01/1977 Vice-prefeito ARENA
- 14 João Ruy de Queiroz Pinheiro 01/02/1977 - 31/01/1983 Eleito ARENA/PDS
- 15 Paulo Antônio Leone Neto 01/02/1983 – 1985 Eleito PDT⁴³

Dialogando com Batista (2013), ressaltamos que essa dança das cadeiras, no posto central do executivo municipal da cidade, além dos interesses da Ditadura Militar, foi provocada por disputas políticas abertas, ainda, no contexto democrático.

O estado de exceção e os Atos Institucionais remodelaram a cena política e fizeram com que atores políticos, ligados ao Regime, ocupassem o palco principal da peça teatral da política iguaçuana. Não analisaremos cada quadro da prefeitura, mas veremos que, mesmo pessoas que não figuravam no jogo político de Nova Iguaçu, foram elevadas a cargos políticos pela sua proximidade com os interesses dos militares.

Um caso que explanaremos aqui é o do primeiro interventor federal da cidade, João Ruy de Queiroz Pinheiro. Esse político foi professor, vice-diretor do Instituto de Educação Rangel Pestana e diretor da Escola Municipal Monteiro Lobato e, logo após, assumiu a secretaria de Educação de Nova Iguaçu. Em 25 de fevereiro de 1969, foi nomeado interventor federal com, apenas, 33 anos, graças à sua ligação com o Coronel José Ribamar Zamith, chefe da Vila Militar de Deodoro que, entre outros, o alavancou ao posto. Além disso, Ruy de Queiroz era cunhado do Coronel Zamith.

Nova Iguaçu teve, durante a Ditadura Militar, quinze prefeitos, sendo dois interventores federais (1966 e 1969) e duas cassações de mandatos de chefes do executivo.

A direção de escolas como o IERP e Monteiro Lobato está ligada à expansão da família Abraão e David da cidade de Nilópolis e suas influências, em Nova Iguaçu. (Batista, 2020; Bezerra, 2010).

Ainda nos primeiros momentos do Golpe, a Câmara Municipal de Nova Iguaçu cassou o mandato do vereador Ismael Ramos, que era associado ao ‘comunismo’. Essa ação, segundo Batista, era para mostrar uniformidade e alinhamento com as ações da Ditadura Militar. Outra

⁴³ Fontes: Alves (2003), Silva (2010) e Batista (2011).

figura de Nova Iguaçu que teve seu mandato cassado foi Elzio Ramalho, ambos do PST (Partido Social Trabalhista).

Em 15 de novembro de 1966, a chapa de Ary Schiavo venceu as eleições, que teve que aguardar sete dias para a total apuração. O candidato do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) era o partido que fazia ‘oposição’ ao Regime Militar, no bipartidarismo. Schiavo havia alcançado, também, maioria na Câmara Municipal e, a princípio, sentiu-se confortável para governar, mesmo na Ditadura. Esse processo mudou com as fortes chuvas, que trouxeram grandes danos para a cidade e outros problemas ligados aos serviços públicos básicos. (Batista, 2020). Conforme esse autor, vereadores emedebistas passam a votar com o Arena e, assim, o prefeito perdeu apoio na Câmara.

Durante o ano 1967, o prefeito Ary Schiavo foi afastado do cargo pela Câmara Municipal, em uma jogada bem articulada pelo Capitão José Ribamar Zamith que, após o afastamento, nomeou um interventor ligado a seus interesses para o executivo. Alves (2003) fez uma análise sobre a primeira intervenção militar.

Nova Iguaçu, oitava cidade brasileira em número de habitantes, se tornará, já em 1966, o símbolo da interferência militar na Baixada. Naquele ano, após a renúncia do prefeito e do seu vice, ambos por motivos pessoais, assumiu a prefeitura José de Lima, presidente da câmara. Depois de 41 dias, foi nomeado interventor federal Joaquim de Freitas, que ficou até o término legal do mandato. Após novas eleições, assumiu, em 1967, o prefeito Ari Schiavo (MDB), que seis meses depois, enquanto participava de um simpósio na Alemanha, foi afastado pela câmara. Esse incidente, além de revelar os primeiros efeitos do Decreto-Lei nº 201, do ex-presidente Castelo Branco, que permitia a cassação sumária de prefeitos pelas câmaras, a partir de denúncias de corrupção e malversação de verbas públicas, tornava claro o modo militar de governar. Durante toda a noite anterior à cassação, os vereadores da cidade permaneceram na 1ª Companhia de Polícia do Exército, cujo comandante, capitão José Ribamar Zamith, articulava pessoalmente o processo de afastamento. Dos 19 vereadores, 18 votaram seguindo o combinado com o capitão⁴⁴

Mais uma vez e, não por acaso, vemos o capitão Zamith envolvido em processos políticos em Nova Iguaçu. Há um ciclo vicioso, além da ligação com o capitão do exército, ambos os interventores eram professores, em cargos e foram diretores de escolas renomadas, em Nova Iguaçu. Esse processo de passagem de uma direção escolar para cargos políticos, já

⁴⁴ALVES, José Claudio Souza. Da ditadura militar ao neoliberalismo: o poder e a violência na recente história da Baixada. In: SALES, Jean; FORTES, Alexandre (Orgs.). A Baixada Fluminense e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Editora Saga, 2022. p. 19.

havia sido experimentado por um político que ganhou mais poder na Ditadura: Simão Sessim. (Lobo, 2019).

Segundo Batista (2014), com a cassação de Schiavo, definitivamente, se encerrou o projeto democrático, no campo político iguaçuano, apesar de seu vice Antônio Joaquim Machado assumir a Prefeitura, por mais alguns meses, de onde acabou saindo, devido à pressão do campo político da ARENA. Esse processo de afastamento e cassação de políticos e intervenção federal logo após, seguiu um rito, descrito a seguir.

Em Nova Iguaçu pudemos identificar este procedimento se repetindo em duas ocasiões, quais sejam, a cassação de Aloízio Pinto de Barros culminado na nomeação do interventor Joaquim de Freitas e a cassação de Ary Schiavo resultando na nomeação de João Ruy de Queiroz Pinheiro. Em que pesem outros fatores distintivos entre os dois processos, a norma foi, grosso modo, cumprida sem muitas alterações. Deste processo resultou a incrível marca de 9 prefeitos na cidade apenas nos anos que transcorreram do golpe até a segunda intervenção em 1969. Acrescentemos o fator de ambos os interventores haverem se eleito para prefeito nos anos 1970, quando se candidataram pelo partido do governo, ARENA. (Batista, 2014, p. 127).

Apesar de tais cassações seguirem, digamos, um rito institucional formalizado pela Câmara Municipal, não podemos deixar de ressaltar a influência do Capitão Zamith. A Vila Militar influenciou o campo político na Baixada Fluminense, durante a Ditadura Militar, graças à atuação direta e indireta do capitão José Ribamar Zamith, comandante da Primeira Companhia de Polícia do Exército do Brasil (PE) na Vila Militar.

Assim essa Vila Militar passa a ser desconstruída e passa a aparecer com maior proeminência a figura do capitão José Ribamar Zamith, comandante da Primeira Companhia de Polícia do Exército do Brasil (PE) na Vila Militar, que entre outras atuações comandou a PE na ocasião da invasão do Calabouço. Este militar possuía vínculos com personagens controversas na política da Baixada Fluminense, relações de parentesco com o interventor João Ruy de Queiroz Pinheiro, de quem seria cunhado segundo relatos. No período de sua permanência no comando da PE efetivaram-se as cassações de Ary Schiavo (1967) em Nova Iguaçu e de João Cardoso (1970) em Nilópolis, em ambos os casos o método empregado seguiu o modelo já apresentado. (Batista, 2022, p. 129).

De certo que um único militar não poderia organizar e orquestrar sozinho cassações, mas sua aproximação com os interventores federais evidencia interesses nesses processos de rupturas institucionais e democráticas. O capitão articulava pessoalmente, a cassação, bem como postos-chaves, na política iguaçuana.

Rui Queirós assumiu a prefeitura no dia 26 de fevereiro. Na transferência do cargo, que estava sendo ocupado pelo presidente do Legislativo Municipal, Nagí Almawy, estiveram presentes, além do ex-secretário de Segurança Estadual, Coronel Francisco Homem de Carvalho, o ex-comandante da 1ª CIA. De Polícia do Exército da Vila Militar, Capitão José Ribamar Zamith, de quem o novo prefeito era primo e muito o agradeceu na cerimônia. (Sótenos, 2013, p. 75).

Todo esse processo se configurou como uma intervenção militar, direta, no campo político, de Nova Iguaçu, já que um interventor federal foi nomeado, simplesmente, por ter parentesco com o Comandante da Vila Militar. Sendo assim, os adversários políticos da Ditadura foram sendo tirados do jogo, levando ‘impedimentos’, tendo ‘gols anulados’. Nesse jogo de futebol, o juiz apitava somente para um lado. Nesse cenário, em poucos anos, a ARENA saiu de derrota nas eleições para o domínio do campo político da situação com poder sobre diversos setores da sociedade iguaçuana, desde direções escolares até os três poderes da cidade: executivo, legislativo e judiciário. Nessa dominação política militar, em Nova Iguaçu, nenhuma direção escolar escapava aos olhos da elite, que se formava nos Anos de Chumbo e, muito menos, uma simples prova.

3.6 Ditadura Militar e a Educação em Nova Iguaçu.

"Acho que muitos de vocês devem ficar curiosos com relação, por exemplo, ao que aconteceu com 1964 com um cara que, porque estava preocupadíssimo em desenvolver um plano, um programa de alfabetização de adultos para o país, foi preso por causa disso." (Paulo Freire).

“Nós vivemos sob o efeito das estruturas que a ditadura criou e que nunca foram modificadas” (José Cláudio Souza Alves)⁴⁵

Como vimos, a perseguição a professores/as e à educação, em seus diferentes níveis, foi sistemática e organizada pela Ditadura Militar e seus simpatizantes. Diversos/as professores/as e intelectuais foram perseguidos/as, presos/as, torturados/as, ameaçados/as e exilados/as. Em Nova Iguaçu, não poderia ser diferente. Nessa parte central para a temática da pesquisa, iremos percorrer como professores/as e até diretores/as foram perseguidos/as, bem como havia uma estrutura de vigilância do fazer pedagógico que perpassava pela presença constante de militares em escolas públicas, reuniões e a censura de provas.

⁴⁵ José Cláudio Souza Alves é professor de sociologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e autor do livro: *Dos Barões ao Extermínio: Uma História da Violência na Baixada Fluminense*.

Em outra esfera educacional, um projeto de alfabetização ligado à Igreja Católica foi constantemente vigiado com presença e intimidações de ‘sujeitos estranhos’. O objetivo dessa parte final do texto é evidenciar que professores/as foram perseguidos na Ditadura Militar, em Nova Iguaçu e, assim, contribuir para ressaltar como ocorreram as ações, no tocante à educação, em cidades periféricas como a iguaçuana.

Conforme vimos em Batista (2014) e dialogando com Lobo (2019), ressaltamos que alguns atores do campo político e educacional iguaçuano perceberam o golpe militar como um espaço de reestruturação e aproveitaram a ausência de oposição política, devido ao regime antidemocrático, para alavancar seus interesses próprios atrelados aos da Ditadura.

Sendo assim, a educação foi um trampolim, uma alavanca para certos atores políticos notadamente conhecidos no cenário local e dos atores chegassem a carreiras políticas.

A atuação do diretor escolar se coloca tanto mais a serviço da burocracia do sistema de ensino, quanto menor for o grau de autonomia administrativa, pedagógica e financeira da unidade escolar e o grau de participação da comunidade extraescolar na vida da instituição. [...]. [Assim] podemos perceber que o papel do Diretor de Escola no período histórico em questão não pode ser analisado de modo desvinculado do todo que constituía a sociedade brasileira de então: capitalista, periférica, dependente e marcada pela supressão dos direitos constitucionais e humanos, justificada pela doutrina de segurança nacional e por reformas de tendência tecnicista nos sistemas de ensino. [...]. Tal visão do papel do diretor revela o quanto a ditadura militar brasileira procurou estender seus tentáculos para espaços os mais diversos da vida social, dentre os quais, a escola foi um dos mais importantes (Sales; Fortes, 2006, p. 135-136)

Dessa forma, o amplo poder dos/as diretores/as escolares se dava com um respaldo dos poderes institucionais desse período. Assim, esse poder se reverbera, em prestígio com a comunidade escolar e, principalmente, com a Ditadura Militar. Simão Sessim, Ruy de Queiroz, Joaquim de Freitas são personagens, professores, que empregaram o posto de direção escolar como prestígio e poder e, assim, adentraram na carreira política. Nesta parte do texto, iremos abordar, de forma resumida, um pouco da influência desses atores na educação durante a Ditadura Militar

Simão Sessim, talvez, seja o caso mais emblemático e complexo da política na Baixada Fluminense e em Nova Iguaçu, antes de transferir seu interesse para Nilópolis. Essa figura era de uma família que iniciou seu império político na década de 1960. Lobo (2019) pondera que a nomeação de Simão Sessim para a direção foi um dos marcos da interferência da Ditadura Militar na educação na região. A partir desse processo, temos uma reação em cadeia de acontecimentos políticos, que estão ligados a Sessim e ao Capitão Zamith. A própria nomeação de Sessim tem influência de Zamith.

O Médico Ginecologista e Obstetra Jorge Sessim David elegeu -se deputado estadual pela UDN⁴⁶, no antigo estado do Rio, em 1962. Foi o deputado mais votado do partido, provável resultado de sua atividade profissional em Nilópolis. Jorge era primo de Anísio e irmão do professor Simão Sessim, também filiado a UDN. (poucos anos depois seria prefeito de Nilópolis pela Arena e adiante, deputado federal por nove mandatos consecutivos). Em 1964, eles enxergaram no apoio irrestrito ao Regime Militar a chance de dominar, não só politicamente, a região. Jorge David teve papel fundamental, aderindo à primeira hora ao Golpe. Ele é apontado por fontes militares como delator e articulador de cassações. Íntimo de Zamith, tinha acesso facilitado à Vila Militar e entregava nomes de quem considerava subversivo ou corrupto, minando reputações, estimulando investigações (Jupyara e Otávio 2015 *apud* Lobo, 2019, p. 47).

Sessim ficou no cargo de diretor do Instituto Rangel Pestana de 1964 a 1969, depois assumiu o Departamento de Educação (1969). Em 1970, tornou-se chefe de gabinete do Interventor Federal Ruy de Queiroz. Nesse sentido, a família Sessim, ao controlar indicações de direções escolares, fortalecia e ampliava seu grupo político para além de Nilópolis, bem como fortalecia seus interesses com os militares, ao fazer o jogo sujo ao minar e perseguir opositores políticos.

Antes de entrarmos nas ações contra os/as professores/as e no processo de resistência à Ditadura Militar, vamos tecer algumas ponderações sobre uma questão complexa e singular da Ditadura Militar em Nova Iguaçu, que foram os Grupos de Extermínio ou Esquadrão da Morte. A justificativa desse ponto se dá pelo fato de que, em algumas entrevistas, bem como ao analisar jornais da época, notamos múltiplas menções aos Grupos de Extermínio.

3.7 O Medo além do Medo: Esquadrão da Morte durante a Ditadura Militar

*O medo é o pai da violência
Ghandi.*

Uma palavra foi ouvida repetidas vezes durante esta fase da pesquisa, ao analisarmos a resistência de professores/as à Ditadura Militar em Nova Iguaçu: “medo”. Segundo o Michaelis (1998), medo é a perturbação ou inquietação resultante da ideia de um perigo real ou aparente, ou da presença de algo estranho ou ameaçador. Contudo, o medo vivido durante a Ditadura Militar era singular — ele vinha de dois lados: dos militares e dos grupos de extermínio.

⁴⁶ O Deputado Jorge Sessim David, fazia a indicação dos cargos de direção escolar, em Nova Iguaçu.

O professor José Cláudio Souza Alves, citado neste trabalho, é um dos pioneiros e principais estudiosos da violência na Baixada Fluminense, tendo dedicado grande parte de sua produção acadêmica à análise dessas dinâmicas de medo, repressão e poder.

Desde o golpe de 1964, sobretudo a partir de 1967, a Polícia Militar vinha assumindo um papel coadjuvante na repressão montada pela ditadura, além de operacionalizar a concepção militarizada da segurança pública, que se construía. Apesar disso, a execução de Roncador punha, de forma inequívoca para a sociedade, a questão sobre os limites da ação policial. Dias depois, o Correio da Manhã fazia a seguinte pergunta: “Da mesma forma que os policiais assistem ao espetáculo de bombas explodindo contra supostos inimigo do regime, rapto de atrizes e espancamento de intelectuais e estudantes; logo por que haveriam de inibir-se ante ‘a solução final’ para criminoso? (Alves,2020, p. 177).

O Esquadrão da Morte surgiu no Rio de Janeiro em meados da década de 1950, inicialmente sob o codinome “Serviços de Diligências Reservadas”, criado como resposta ao aumento da criminalidade. Seu padrão de atuação era marcado pela execução sumária.

Em 1969, o delegado de Belford Roxo — então distrito de Nova Iguaçu — Lisis de Nogueira de Oliveira realizou um levantamento que atribuíu 120 crimes ao Esquadrão da Morte. No ano seguinte, em 1970, a Comissão Especial de Investigação apresentou ao secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro um relatório ainda mais alarmante, contabilizando 300 crimes atribuídos ao grupo (Alves, 2020).

A prática da execução sumária por esses grupos de extermínio aumentou exponencialmente na Ditadura Militar, quando a oposição e os mecanismos de direitos civis e individuais estavam cada vez mais cerceados. Segundo Alves (2020), havia uma similaridade dos interesses entre a Polícia Militar e os esquadrões da morte. Então, o/a cidadão/ã, em caso de alguma violência, não sabia como recorrer ou mesmo onde denunciar.

Um fuzilamento ocorrido na Rua das Rosas, em Vila de Cava, ganhou repercussão nacional quando dois jovens — um de 17 anos e outro de 15 — foram sumariamente executados com tiros de metralhadora pelas costas. Após a ampla repercussão na imprensa, o presidente militar determinou a abertura de uma investigação sobre o caso (Alves, 2020).

Logo a seguir, lembrou que, se não fosse a determinação do presidente Geisel de mandar apurar o crime e punir os responsáveis, bem como a ação da imprensa, o fuzilamento jamais seria investigado, pois os policiais militares tudo fariam para ocultá-lo. Ele recordou tentativas, frustradas, de forjar provas que caracterizassem as duas vítimas como perigosos assaltantes. (Alves,2020, p. 184).

Esse caso veio a Júri Popular e os dois policiais acusados foram absolvidos, após anulação do primeiro julgamento. Entretanto, vários elementos foram aparecendo nesse caso sobre os Esquadrão da Morte.

Atuação ilegal e policiais militares, enquanto comerciantes; a ação da corporação dos policiais militares e mesmo dos hierarquicamente superiores na construção de versões e no apoio aos seus pares acusados; o medo das testemunhas; a sua total fragilidade, a proteção inexistente a elas no julgamento; a pressão dos policiais militares sobre os jurados; as vinculações do governo estadual com essa estrutura (Alves, 2020, p. 185).

Nessa perspectiva, dos 198 homicídios ocorridos na Baixada Fluminense em 1975, 70% tinham autoria desconhecida. Ainda, em diálogo com Alves (2020), ressaltamos que, a partir de 1964, o número de homicídios ligados ao Esquadrão da Morte aumentou em uma proporção de 600% no período da Ditadura Militar. No final do Governo Médici, os números de casos quadruplicaram, ao passo que a repressão da Ditadura Militar aumentou e, assim, em 1975, havia cerca de 900 inquéritos de homicídios de autoria desconhecida ligados aos Grupos de Extermínio.

O Caso das Ruas das Rosas, mesmo com a interferência do Presidente Militar e com o apelo da comunidade local, levou a mais um caso de impunidade, então o que se esperar dos outros casos menos midiáticos? Essa violência e impunidade levaram um clima de terror e medo à população de Nova Iguaçu porque os aparelhos de proteção legal estavam cerceados.

Nessa parte do texto, ao expormos a existência dos Grupos de Extermínio e suas execuções sumárias, muitas vezes vinculados a estruturas do Estado, evidenciamos que a Ditadura Militar na Baixada Fluminense atingiu um nível ainda mais elevado de violência e repressão.

Os direitos humanos foram sistematicamente cerceados e sofreram um aumento exponencial das violações ao longo do regime. Pessoas ligadas às mais diversas forças do Estado — policiais, militares, agentes públicos — julgavam, executavam, torturavam, caçavam e faziam desaparecer corpos e provas, tudo com a leniência de juízes, promotores, delegados e outras autoridades. Abordar os Grupos de Extermínio é, portanto, compreender como as cidades da Baixada Fluminense estiveram submetidas a uma dupla violência e a um clima constante de medo.

A Ditadura Militar expandiu um espaço repleto de impunidades e com escassez de direitos civis e humanos, criou-se terreno fértil para os Grupos de Extermínio em uma população, que em sua maioria, vivia à margem da sociedade. Mesmo diante desse

paradigma, dessa estrutura perversa de coerção, desumanização, repressão e violência, pudemos notar sujeitos que resistiram de diferentes formas à Ditadura Militar.

“Liberdade é não ter medo”⁴⁷. A frase pertence à Nina Simon e desperta uma reflexão sobre as ações repressivas da Ditadura Militar e os Grupos de Extermínio que provocavam medo, temor na sociedade. Se há medo, não há liberdade para viver a plenitude da vida. Seja para qualquer pessoa, principalmente para os/as professores/as. O bem mais relevante no processo de ensino pedagógico é a liberdade, o destemor. Outros direitos educacionais, civis e políticos são importantes, mas a ausência do medo tem uma importância fundamental para a livre condução de atividades acadêmicas, educacionais, mas, ainda, são poucos os estudos que abordam o impacto do medo nos/as professores/as, durante a ditadura militar no Brasil. Assim, torna-se imperioso o presente recorte para entender a influência do medo da violência na vida do/a professor/a e dos estudantes de Nova Iguaçu.

Assim, aqui fazemos algumas ponderações acerca dos Grupos de Extermínio que operaram na Baixada Fluminense e serviram como ferramenta amplificadora de repressão, por meio da difusão do medo e da violência extrema.

O cenário, em cidades como Nova Iguaçu, era desanimador, diante de um Estado antidemocrático, militar e opressor e dos grupos de extermínio, que seguiam impunemente e difundiam o terror.

Havia um medo muito grande na Baixada. Meu pai mesmo sofreu uma emboscada que quase tirou sua vida por simplesmente ser contra as coisas que vinham acontecendo, por ser de esquerda. Por pouco não aconteceu algo pior. Teve que sair do trabalho. Vivíamos sempre com medo de acontecer algo. Foi horrível (ABRANCHES, Vera. Entrevista concedida a Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu, 2023. Arquivo disponível em mp3.)

O medo, nessa perspectiva, funciona como um instrumento de dominação e legitimação de uma força paralela ao Estado, mas com ligações intrínsecas, visto se configurar em um de seus agentes paralelos, como os Grupos de Extermínio. Assim, os atores de execução sumária e ações repressivas do próprio Estado levavam toda uma população ao medo, principalmente os/as professores/as que estavam sujeitos, como vimos e veremos, a todos os tipos de coerção.

A questão da violência dos Grupos de Extermínio e tudo. Havia muitos comentários na escola, havia até um clima, em algumas vezes, ligado a essa parte. Havia um mito até urbano de que os alunos poderiam ser sequestrados na porta da escola. Os alunos tinham muito medo e nós também. Era um clima muito ruim. Essa questão do

⁴⁷ Disponível em: <https://casafluminense.org.br/liberdade-e-nao-ter-medo/>.

Mão Branca foi muito, muito, muito, muito comentada pelos professores (MENEZES, Eliete. Entrevista concedida a Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu, 2022. Arquivos disponíveis em mp3(140m).

Isto posto, notamos o medo, a coerção a que os/as profissionais da educação e, também, os/as alunos/as estavam sujeitos/as. Nesse sentido, abordar os Grupos de Extermínio é ⁴⁸evidenciar que, durante a Ditadura Militar, a situação de Nova Iguaçu era mais complexa e singular. A notícia de execuções sumárias gerava uma onda de pavor nas cidades da Baixada Fluminense. O bispo Dom Adriano Hipólito, em uma entrevista ao Jornal Última Hora, demonstrou sua consternação contra os casos de violência em Nova Iguaçu.

Em entrevista, dias depois, o bispo identificaria as causas daquela violência. Para ele, o mais grave era a impunidade. Haveria na Baixada poucos que viviam acima e fora da lei, enquanto a maioria enfrentava a insegurança e o medo, a luta pela vida, as frustrações do mercado de trabalho, a insuficiência dos salários e a inexistência dos serviços públicos (Alves, 2020 p.188).

Dessa forma, destacamos: ‘a luta pela vida’ em Alves (2020), também muito presente nos discursos de Dom Adriano e, como podemos depreender pela leitura do fragmento, tal luta remete ao contexto socioeconômico como um todo sob o regime da Ditadura. Como vimos, mesmo no caso da Rua das Rosas, com a intervenção do presidente da República, a impunidade prevaleceu e os policiais acusados de uma execução sumária, altamente arbitrária, contra duas pessoas, sem antecedentes criminais, seguiam livres.

Pedimos ao/à leitor/a que tente imaginar o cenário em que viviam os/as cidadãos/ãs iguaçuanos/as e da Baixada Fluminense, bem como, intrinsecamente, os/as professores/as mediante as forças de coerção, que agiam para legitimar seu poder e seus interesses. A cada homicídio, a cada sumiço, a cada notícia de violência, o medo aumentava. A impunidade e a falta de investigação sobre os homicídios, bem como a leniência, como mostramos, de promotores, secretários de segurança, delegados com as execuções sumárias contribuíram para o aumento do poder dos grupos de extermínio, na região de Nova Iguaçu e adjacências.

No meio do ano seguinte, 1975, a secretaria de segurança do Rio de Janeiro revelaria uma estatística que totalizava em 198 homicídios ocorridos na Baixada, nos seus primeiros meses. Destes, 138 possuíam autoria desconhecida. Ivy Xavier, proprietário de um sítio na Estrada de Campo Alegre, em Cabuçu, em Nova Iguaçu, declarava que nos últimos quatro anos havia encontrado cerca de 43 cadáveres nas redondezas que, sequer foram recolhidos para o necrotério. (Alves, p, 140, 1998).

⁴⁸ Mão Branca é uma denominação de um dos Grupos de Extermínio que atuava na Baixada Fluminense.

A relação dos Grupos de Extermínio com a temática estudada se dá, justamente, pelo medo que tais sujeitos levavam ao ambiente escolar, em especial, devido ao regime de exceção e arbitrariedades, como a suspensão do *Habeas Corpus*, com o AI-5 e a repressão a professores/as. Assim, qualquer um/a, professor/a ou aluno/a poderia ser considerado inimigo do regime e estar sujeito a ser alvo dos exterminadores que, em grande parte, eram militares reformados ou, ainda, na ativa.

Alves (1998) traz um levantamento importante do aparelhamento e do aumento das execuções sumárias dos Grupos de Extermínio durante a Ditadura. De 1956 a 1962, haviam ocorrido somente 06 (seis) homicídios, seguindo o padrão de execuções dos Grupos de Extermínio: autor desconhecido, práticas de tortura e calibre de projéteis. De 1964 a 1975, somente em Nova Iguaçu, ocorreram cerca de 233 mortes, fora os casos de desova de corpos, como o citado acima dos 43 corpos, que nem chegaram a ser contabilizados pelo sistema de segurança e pelos necrotérios.

3.8 O Fuzil e o Giz: -Repressão, vigilância e a resistência dos professores/as durante a Ditadura Militar

A história conhece muitos períodos de tempos sombrios, em que o âmbito público se obscureceu e o mundo se tornou tão dúbio que as pessoas deixaram de pedir qualquer coisa à política além de que as pessoas mostrem a devida consideração pelos seus interesses vitais e liberdade pessoal (Arendt, 2008, p. 19).

Nesta parte do texto, buscamos evidenciar e destacar a repressão e a vigilância sofridas por professores/as, diretores/as e até por uma professora alfabetizadora vinculada a um projeto da Igreja Católica, durante a Ditadura Militar em Nova Iguaçu. A estrutura de vigilância se manifestava de forma abrangente — iniciava em avaliações, estendia-se às reuniões, percorria os corredores das escolas e podia culminar em intimações pelo DOPS. O que se observou nas escolas iguaçuanas foi um silenciamento repressivo, concretizado por meio de ações diretas e indiretas de controle e coerção.

“Nesta época, eu era professora de geografia da Escola Municipal Monteiro Lobato, onde a Vila Militar tinha uma presença constante”, lembra. Ela ainda traz na memória o clima de terror vivido na escola, onde os professores eram permanentemente monitorados por um certo coronel Zamith. “Lá pelos anos de 68 ou 70, ele sempre estava nas reuniões e, quando não ia, mandava olheiro (Ferreira, 2015, p. 1)

Essa memória, relatada por uma professora de Geografia que lecionou na Escola Municipal Monteiro Lobato, nos oferece um retrato claro de como se davam a vigilância e a repressão aos/as professores/as de Nova Iguaçu durante a Ditadura Militar, em diferentes espaços de saber. Nesse caso específico, evidencia-se, mais uma vez, a atuação de um dos homens mais influentes dos Anos de Chumbo na Baixada Fluminense: o Capitão Zamith. A expressão “clima de terror” traduz, de forma precisa, o sentimento dessa professora que vivia em uma escola constantemente cerceada e vigiada por militares.

A vigilância era tamanha que uma simples prova que abordava, indiretamente, uma temática ligada à União Soviética foi parar na Vila Militar. A simples prova de Geografia da professora foi enquadrada no Decreto-Lei nº 477, assinado por Costa e Silva, com o objetivo de impedir protestos estudantis. A lei considerava infrações disciplinares greves e paralisações das atividades escolares, organização de eventos não autorizados e quaisquer ‘atos contrários à moral e à ordem pública’. O documento previa punições para professores/as, alunos/as, funcionários/as de universidades e instituições de ensino considerados/as subversivos.

O Decreto- Lei 477 foi classificado ‘como um AI-5’ dos/as estudantes e professores/as. Foi decisivo para conter as ações dos movimentos estudantis, de professores/as e intelectuais ligados à educação.

Os professores foram tomados pelo medo e submetidos a longas jornadas de trabalho. Para os docentes, aderir ou se calar, acabaram sendo as únicas possibilidades de evitar maiores problemas, na medida em que a repressão se fez sentir de modo violento sobre os professores que se opuseram abertamente ao regime militar ou, apenas, defendiam a uma ação cultural e educacional independente. (Lira, 2010, p, 184 apud Silva 2010).

Os/as professores/as, bem como os/as cidadãos/ãs iguaçuanos/as, como ressaltamos, tinham que lidar constantemente com o medo dos Grupos de Extermínio e das ações repressivas da Ditadura Militar. Vejamos mais relato da professora perseguida no caso do Monteiro Lobato.

Viu-se, além de desempregada e presa, sem poder ajudar o pai, doente em casa. Mas, apesar do medo, ela logo estava livre daquele pesadelo. "Tive que ir em casa pegar a apostila e encaminhar para a Vila Militar", conta. "Menina, quase fui presa por conta de uma prova" (Ferreira, 2015, p. 2)

Esse relato elucida que, nas principais escolas de Nova Iguaçu, havia pessoas vigiando, monitorando as práticas pedagógicas dos/as professores/as, fato que confirma a alta complexidade da repressão que sofreram os/as docentes, ao ponto de o próprio comandante da

Vila Militar se fazer, constantemente, presente na escola. Essa presença constante não passava despercebida e era vista como uma forma de intimidação. Assim, pode-se afirmar que a Ditadura Militar estava na escola.

A docente de Geografia sofreu investigações relacionadas ao seu exercício pedagógico: foi obrigada a recolher material didático de casa e entregá-lo à Vila Militar para averiguação, como possível indício de subversão. A mesma profissional relata que, em algumas ocasiões, militares participaram das reuniões de professores com o claro intuito de intimidar qualquer manifestação contrária ao regime e instilar o medo.

Assim, além da atuação dos Grupos de Extermínio — que intensificaram as execuções sumárias e os “desaparecimentos” — e da violência institucional da Ditadura Militar (prisões, torturas, demissões etc.), os/as professores/as tinham de conviver diariamente com a presença de militares, inclusive com o comandante da Vila Militar, nas dependências escolares.

O Capitão Zamith foi responsável por articulações, incursões e interferências na educação de Nova Iguaçu durante o período referido. Peças-chave da educação iguaçuana naquele momento — como já ressaltado — foram indicadas por ele ou mantinham ligação direta com o aparato militar. Lobo analisa em detalhe essa trama cuidadosamente articulada e planejada

Uma busca simples pela internet mostra que a Sra. Dilma Ignês Cardoso, diretora do Colégio Monteiro Lobato entre 1969 e 1977, seria mais que um contato direto com o então chefe da Vila Militar, Capitão Zamith. Na verdade, ela seria esposa do Comandante da Vila Militar no período, o que nos permite compreender o episódio e a avaliação feita pela professora entrevistada, que teria acesso a esta informação à época. (Lobo, 2019, p.59).

Dilma Cardoso dividiu a direção também do IERP com Simão Sessim e Ruy de Queiroz, que, como vimos, largou a direção do instituto de educação para se tornar o primeiro interventor federal de Nova Iguaçu, conduzido pelo Capitão Zamith. Aliás, Ruy de Queiroz era primo do Capitão da Vila Militar.

Lobo (2019) pondera que, na década de 1970, o Colégio Monteiro Lobato se tornaria uma espécie de quartel-general da Ditadura Militar. O local foi usado, constantemente, como espaço de comemorações e de reuniões do Regime.

Outro fato que confirma a vigilância e censura que sofriam as instituições de ensino de Nova Iguaçu é evidenciado por uma estudante do IERP (depois seria professora do Instituto). Esse fato ocorreu em relação a uma música: Canção da América, composta por Milton Nascimento, em 1979. Tal melodia foi escolhida pelos/as alunos/as para a formatura, pois abordava a temática da amizade.

Amigo é coisa pra se guardar
Debaixo de sete chaves
Dentro do coração
Assim falava a canção que na América ouvi
Mas quem cantava chorou
Ao ver o seu amigo partir
Mas quem ficou, no pensamento voou
Com seu canto que o outro lembrou
E quem voou, no pensamento ficou
Com a lembrança que o outro cantou⁴⁹

Certamente, o propósito dos/as estudantes não foi promover nenhum ato ‘subversivo’ ou de crítica ao regime militar. E, mesmo assim, uma simples escolha de uma música para uma formatura não escapava dos olhos da Ditadura Militar. Nesse contexto, uma simples melodia de um artista investigado e monitorado sofreu uma represália em uma instituição de ensino, numa cidade periférica a quilômetros do Rio de Janeiro. Esse acontecimento faz transparecer a vigilância, a censura, controle, intimidação que a Ditadura Militar fez nas escolas, mesmo em locais longínquos e periféricos. A censura não era nada restrita às grandes Universidades, centros acadêmicos, sindicatos, intelectuais, artistas renomados/as, mas, também, professores/as comuns sofriam intimidação e vigilância.

Tratava-se da criação de uma vasta rede de espionagem, implantada em todo país, pois além dos ministérios civis, as pastas militares obviamente também contavam com seus órgãos de informações, bem como todas as autarquias, fundações e dos demais órgãos públicos, inclusive empresas estatais. Nessas instâncias, o órgão assumia o nome de Assessoria Especial de Segurança e Informação (Aesi), e, seguramente, muitas foram criadas em função do prestígio que seus chefes imediatos e superiores podiam auferir: se a repatriação era importante, deveria contar com uma Aesi. Tais assessoria, além disso, eram convenientes para lotar aqueles militares da linha dura que estavam em busca de sinecuras e comissões. (Ferreira; Delgado, p. 144, 2020).

Sendo assim, como vimos, essa espionagem e vigilância se deu em Nova Iguaçu. Cumpria-se, desta forma. O papel de investigar quem representasse algum ato ou ação de oposição à Ditadura. Percebe-se que, assim como em boa parte do Brasil, em Nova Iguaçu, os atos ou pessoas classificadas como subversivas e quem respondiam a IPM não obedeciam a uma classificação específica, ou seja, a infração ou acusação era dada conforme a percepção dos agentes de informação.

Os agentes de informação interpretavam a seu modo as atividades dos que faziam oposição ao regime: uma pichação poderia conter ameaças à

⁴⁹ Composição: Fernando Brant – Milton Nascimento. Álbum – Sentinela. Gravadora A&M Records, 1979.

“segurança nacional”; a visita de um professor universitário a um militante de esquerda poderia significar um passo na “escalada do movimento comunista internacional”; uma greve seria um “óbice” ao futuro do país. Essas interpretações peculiares dos escalões inferiores da comunidade de informações faziam surgir aquilo que podemos chamar de “técnicas de suspeição”, isto é, as maneiras encontradas pelos agentes para “provar” que alguém era culpado de “subversão”. A mais usada era a reiteração: anotava-se na ficha de alguém um primeiro “indício” (a simples frequência a uma reunião, por exemplo) e, nos meses e anos seguintes, acrescentavam-se outras “informações”), muitas vezes simples cogitações, que iam, assim, compondo um perfil nebuloso de suspeição em torno do acusado (Ferreira; Delgado, p. 147-148, 2020).

Uma prova, uma música de um cantor fichado pelo DOPS seriam motivos para investigações, cogitações e intimidações. O Instituto de Educação Rangel Pestana e a Escola Municipal Monteiro Lobato, como vimos, eram loteados com militares e, quando não, informantes. Na fala de uma professora do Colégio Monteiro Lobato, podemos analisar essa vigilância.

Ela ainda traz na memória o clima de terror vivido na escola, onde os professores eram permanentemente monitorados por um certo coronel Zamith. “Lá pelos anos de 68 ou 70, ele sempre estava nas reuniões e, quando não ia, mandava olheiro”. (Ferreira, 2015, p. 01).

Dessa forma, fica evidente que a Ditadura Militar lançou suas garras sobre as escolas e os/as professores/as de Nova Iguaçu. A presença e a intimidação eram constantes. Imagine-se um Conselho de Classe acompanhado por um policial militar ou um soldado, observando e avaliando tudo o que era dito por professores/as e diretores/as. Pois é — esse processo ocorreu de forma sistemática e organizada nas escolas de Nova Iguaçu, especialmente no Instituto de Educação Rangel Pestana (IERP) e na Escola Municipal Monteiro Lobato.

Entretanto, a vigilância e a repressão não se restringiram aos espaços institucionais e públicos do saber; elas também alcançaram outros ambientes educacionais. Um caso emblemático ocorreu poucos dias após o golpe militar: a estudante Lígia Maria Murtinho, aluna de Filosofia e funcionária da Universidade Rural, foi acusada de subversão e teve sua prisão decretada. A jovem conseguiu escapar dos agentes do DOPS ao fugir pela janela de sua casa, localizada na Estrada Rio–São Paulo, km 49. Após a fuga, buscou asilo na Embaixada da Bolívia, em 13 de maio de 1964.

Talvez, ao se lançar nas matas da região, Lígia tenha escapado de um destino ainda mais tenebroso. No entanto, os agentes do DOPS mantiveram seu pai preso, na tentativa de forçá-la a se entregar. A notícia ganhou repercussão nos jornais da época, como veremos a seguir.

Figura 12: Moça (aluna da UFRRJ) fugiu do DOPS saltando da Janela.



Fonte: Última Hora – 14 de maio de 1964. Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional

Esse fato nos mostra as ações do DOPS na Baixada Fluminense, já em poucos dias, após o Golpe Militar, por meio da prisão de uma pessoa ligada a uma universidade. Dessa forma, mesmo em uma região longínqua da capital, o Estado autoritário da Ditadura Militar estava ‘caçando’ pessoas que achava subversivas.

A Ditadura Militar não atuava somente em escolas. Estendia seu controle a diversos níveis educacionais. Como exemplo, citamos a Cáritas, fundada em 1973, como uma instituição sem fins lucrativos, ligada à Diocese de Nova Iguaçu. Essa instituição desenvolveu um projeto educacional e social que buscava alfabetizar jovens, adultos e idosos. As aulas aconteciam na Igreja Santo Antônio ⁵⁰ e usavam as bases teóricas estabelecidas por Paulo Freire. No relato a seguir, comprova-se a vigilância militar:

A Cáritas Diocesana, junto com Dom Adriano, tinha um projeto de Alfabetização baseado na Teologia de Libertação e no método Paulo Freire de Educação. E aí para a gente o objetivo principal era alfabetizar e levar, acima de tudo, a consciência de trabalhador, consciência de classe em si(...) eu me lembro de um fato que ocorreu quando a gente trabalhava com a alfabetização de adultos que a gente sofreu um processo de retaliação de pessoas suspeitas que aparecem durante as aulas e ficavam de fora olhando. Nós identificamos que um dos rapazes que ficava quase em todas as aulas observando era policial. (Abranches, Vera. Entrevista concedida a Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu, 2023-25. Arquivo disponível em mp3).

⁵⁰ Para ver mais sobre Cáritas: <https://cdhnovaiguacu.com.br/>

É importante destacar que da Cáritas surgiu a Comissão de Justiça e Paz, ambas idealizadas por Dom Adriano Hipólito, na Ditadura Militar. Hoje, essa comissão se tornou o Centro de Direitos Humanos de Nova Iguaçu.

Como se nota, nem a educação não institucional pública escapou da vigilância e intimidação da Ditadura Militar, em Nova Iguaçu. Em outro relato, uma professora em fase de conclusão do Curso Normal estava fazendo um trabalho voluntário, com cerca de duas turmas, em um espaço da Igreja Católica, no Parque Flora e, mesmo assim, se viu em uma situação de vigilância.

Um dia ele (o policial) puxou uma discussão com um dos alunos para tentar ter justificativa para começar uma confusão, colocar terror para que os alunos se afastassem. mas a turma era muito madura e não entramos na dele. Houve uma resistência. (Abranches, Vera. Entrevista concedida a Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu, 2023-25. Arquivo disponível em mp3).

Assim, por meio das entrevistas, foram produzidas narrativas — verdadeiros relatos históricos — de personagens que viveram e sentiram na pele os efeitos dos Anos de Chumbo. Compreendemos que essas memórias constituem fontes fundamentais para a construção da narrativa histórica sobre a perseguição e a situação da educação em Nova Iguaçu durante a Ditadura Militar. Ao escutarmos as lembranças e os traumas desses/as professores/as, mergulhamos na vida de sujeitos que enfrentaram um período conturbado, complexo e difícil da história iguaçuana e que, ainda assim, decidiram compartilhar seus saberes e experiências.

3.9 O Movimento Amigos dos Bairros, professores e a resistência à Ditadura Militar.

Na esteira das ações de Dom Adriano e de outras lideranças que começaram a surgir em Nova Iguaçu, em meados da década de 1970, surgiu o Movimento Amigos dos Bairros (MAB), fundado antes mesmo do Golpe Militar por Bráulio Rodrigues. O MAB representou um marco na política e na sociedade iguaçuana, por ser um dos primeiros e poucos movimentos organizados da sociedade civil a se posicionar contra a Ditadura Militar e, principalmente, por denunciar as injustiças, as mazelas, a pobreza, a violência e a desigualdade educacional presentes na cidade.

Figura 13: Assembleia do MAB foi um marco na luta pela democracia.



Fonte: Correio da Lavoura, 06 de setembro de 1978 – CEDIM-UFRRJ.

Outro fator que contribui para criar terreno fértil para o surgimento de movimentos populares de contestação à Ditadura, em meados da década de 1970, foi a chegada de Dom Adriano Hypolito em 1966. Ele foi uma luz que deu vozes e ouvidos aos problemas que afligiam Nova Iguaçu. Assim, vemos que os/as professores/as que sofreram algum tipo de repressão ou perseguição eram ligados/as, indiretamente ou diretamente, à Igreja Católica e aos seus movimentos. A Igreja funcionava, de certa forma, como uma barreira, ou seja, um local de proteção, embora muitas vezes não conseguisse promover tal ação, devido ao poder das forças contrárias.

Assim, seria incoerente abordar a resistência dos/as professores/as em Nova Iguaçu no período dos Anos de Chumbo e não mencionar o MAB, já que entre seus membros havia participação ativa de muitos/as professores/as. Além disso, o Movimento foi a principal voz a se levantar contra o sucateamento e as desigualdades educacionais, agravadas com a Ditadura Militar. Como veremos, faltavam professores/as, escolas desabando, atraso de pagamento, falta de material escolar e de escolas mesmo.

O MAB, em 1974, surgiu como uma organização que, juntamente com setores da Igreja Católica, denunciou, cobrou e trouxe uma visão político-educativa para os cidadãos iguaçuanos. Dessa maneira, o movimento se tornou um espaço de resistência da sociedade civil para denunciar as mazelas em que se encontravam os serviços básicos iguaçuanos e, principalmente, os/as professores/as. Assim, tanto o MAB como outros movimentos

populares da cidade e do campo foram desmantelados pelo regime antidemocrático, devido à pauta considerada subversiva.

O golpe militar, cassando e prendendo lideranças, acaba anulando esse Movimento e esfacelando a luta no campo. A repressão às lideranças impede a coordenação entre os bairros, reduz o movimento a iniciativas isoladas. As associações e comissões, que sobrevivem, buscam atingir suas reivindicações isoladamente, e têm pouca receptividade da parte do Governo. A repressão e o desmembramento das forças oposicionistas locais tornam impossível qualquer tentativa de organização popular fora da Igreja. (Silva, 1993, p. 29)

Bráulio Rodrigues se tornou grande liderança popular na Baixada Fluminense e, por isso, foi perseguido: teve que fugir pela mata ao avistar um tanque militar adentrar na Associação de Lavradores e Posseiros, em Pedra Lisa, e, mesmo assim, posteriormente, foi preso pelo Regime Militar. Entretanto, com a abertura política no final da década de 1970, Bráulio Rodrigues retorna para contribuir nos movimentos populares e sociais.

Além de Bráulio Rodrigues, podemos mencionar Maria Lanaro, Dircéia Quintella Nahon, Sinval Costa, Anna Leonor de Carvalho, Maria de Fátima de Souza Silva, Maria Cecília Cardoso, José Bertoldo Brandão, José Abranches Sobrinho, Antônio Ivo de Carvalho, Lúcia Regina Souto Noronha, Maria José de Souza e Nelson Nahon — lideranças que contribuíram para a fundação e reorganização do MAB, em 1974. Quase todos/as foram perseguidos/as e/ou presos/as pela Ditadura Militar. O clima das reuniões do movimento é revelado no relato de uma das entrevistadas:

Em 76, quando em Nova Iguaçu iniciou o Movimento Popular (MAB), os meus pais ingressaram no movimento popular que veio quando Dom Adriano recebeu a Lúcia Noronha, Antônio Ivo e Anna Leonor. Eu participava daquele processo de reuniões do MAB na Igreja e a partir os movimentos começaram. Tinham as reuniões, mas era tudo muito temeroso. Era um misto de medo, mas um misto de que pudéssemos de novo ter liberdade. (Abranches, Vera. Entrevista concedida a Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu, 2023-25. Arquivo disponível em mp3).

Dessa maneira, o Movimento Amigos dos Bairros foi uma peça-chave na luta e resistência dos/as professores/as de Nova Iguaçu e lideranças populares, ao somar forças e apoio nas denúncias, críticas e na mobilização popular, com a abertura política. Para além da denúncia, como salientamos, o MAB, juntamente com setores da Igreja Católica, foi importante na formação político-educativa em uma seara de exclusão política e educacional que atravessava toda a região de Nova Iguaçu. Grandes lideranças políticas, sindicais e

comunitárias foram forjadas na violência, medo e repressão que assombrava Nova Iguaçu na Ditadura Militar.

Figura 14: Magistério tem solidariedade da Igreja, do MAB, do CBA, dos presos políticos da população.



Fonte: Correio da Lavoura, 12 de agosto 1978. CEDIM-UFRRJ.

Nessa matéria, notamos o apoio e denúncia do MAB sobre a situação na qual se encontrava o magistério de Nova Iguaçu. Dessa forma, não podemos analisar a história e resistência dos/as professores/as desse município sem mencionar o MAB como uma organização central contra a repressão da Ditadura Militar e, consequentemente, as mazelas da cidade.

O professor e pesquisador Percival Tavares foi um dos pioneiros a estudar os movimentos e organizações populares na Baixada Fluminense. Sua dissertação sobre o MAB, datada de 1993, retrata o ressurgimento, mobilização, organizações e atores e as principais lutas, bem como a visão política-educativa que foi um dos pilares do movimento.

O Censo do IBGE de 1980 mostra dados alarmantes da cidade. Em 1980, apenas 37,7% da população do município dispõe de água encanada e apenas 30,3% de esgotos; a água de esgotos, despejada em canais abertos e em rios, compromete seriamente a ecologia local e a da Baía da Guanabara, contribuindo para as péssimas condições sanitárias da Baixada Fluminense. A cidade só dispõe de 265 médicos, 27 dentistas e 961 leitos de hospital (nenhum leito público) (Silva, 1993 p. 27)

Esses dados de serviços básicos mostram o caos social no qual se encontrava a segunda maior cidade do Estado do Rio de Janeiro, em duas décadas de mandonismo, elitismo e retrocessos com a Ditadura Militar (Silva, 1993).

O que se viu foi a concentração dos escassos instrumentos e serviços públicos no centro da cidade. Como demonstramos, essa desigualdade geográfica se mantém, nos dias de hoje, na cidade: uma cidade dividida e partilhada. Nos bairros próximos ao centro, como K11, Bairro da Luz, Moquetá, existe saneamento básico, boas escolas, teatros, shoppings etc. Já nos bairros mais distantes do centro, Cabuçu, Dom Bosco, Lagoinha, Austin, há abandono político e social.

Na área da educação, os dados comprovam como a instabilidade política provocada pela Ditadura promoveu o sucateamento das escolas, o arrocho salarial contra os/as professores/as e a perseguição e, inclusive, deixou milhares de crianças em fora da idade escolar adequada.

Em 1980, de acordo com dados do Prefeito, 150 mil crianças em idade escolar não estão matriculadas (5), em parte devido à falta de escolas. A maioria das escolas encontram-se em condições precárias e com sérias deficiências de material. O analfabetismo entre a população com mais de dez anos de idade é de 17% em 1980, sendo que apenas 3% da população cursa o secundário completo. (Silva, 1993 p. 28).

Se considerarmos que, em 1980, a cidade de Nova Iguaçu contava com 1.904.805 habitantes, dos quais cerca de 350 mil eram crianças/adolescentes, percebe-se que boa parte da população em idade escolar estava fora da escola. Mas onde estavam essas crianças?

Outro dado alarmante é que apenas 3% da população cursava o ensino secundário (equivalente, atualmente, ao Ensino Médio). Esses números evidenciam o impacto negativo dos Anos de Chumbo na educação iguaçuana. Além disso, a estrutura física de diversas escolas de Nova Iguaçu apresentava sinais de deterioração e abandono. A seguir, apresentamos uma reportagem que ilustra essa realidade.

Figura 15: Pânico em Vila de Cava.



Fonte: Correio da Lavoura, 15 de agosto de 1979. CEDIM - UFRRJ

Essa reportagem do Correio da Lavoura foi elaborada a partir de denúncias feitas por professores/as e pelo MAB. Compreendemos que essa denúncia se enquadra na categoria pedagógica, uma vez que a escola deve se constituir como um espaço seguro e adequado ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. Muitos agentes da extrema-direita costumam afirmar que, durante a Ditadura Militar, a situação do país era melhor. No entanto, até este ponto da análise — especialmente no contexto da Baixada Fluminense —, fica evidente que essa narrativa não se sustenta.

O que se observa é uma segurança pública dominada por Grupos de Extermínio, índices de homicídios superiores aos de países em guerra, infraestrutura urbana precária, com falta de serviços básicos, e um sistema educacional em colapso, que deixava milhares de crianças fora da escola. Diante disso, é legítimo perguntar: para quem, afinal, o período da

Ditadura Militar foi bom? Com base nos dados apresentados até aqui, podemos afirmar que, para a imensa maioria da população iguaçuana, certamente não foi. A notícia que segue traz novas evidências dessa realidade.

Figura 16: Professores consideram caótica a situação do ensino no Município.



Fonte: Correio da Lavoura: 18 de jun.1978 - CEDIM – UFRRJ.

A matéria do Correio da Lavoura de 1978 já relata a situação da educação na cidade como caótica, ou seja, pouco mais de 10 anos de Ditadura Militar levaram a educação de Nova Iguaçu ao caos. Na reportagem, percebemos que a situação caótica se dá pela falta de professores/as, alunos/as se formando sem ter estudado certas disciplinas e a precarização da estrutura das escolas.

A professora entrevistada, que foi alfabetizadora de jovens e adultos no Cáritas, teve seu pai, José de Abranches Sobrinho, como um dos fundadores e lideranças do MAB. Essa família sofreu com intenso processo de perseguição política e repressão por, justamente, participar do MAB.

Meu pai era funcionário municipal e nesse período ele sofreu ameaças, chegou a ser colocado em um local, onde ele era vigia. O chefe dele colocou

ele para trabalhar em uma praça vigiando uma máquina de terraplanagem. E aí meu pai chegou naquele dia para minha mãe e falou assim: “olha eu acho que não vou trabalhar por que acho que estão armando uma pra mim”. E de fato! Naquele dia meu pai não foi e a máquina ficou lá sozinha. A Cabine da máquina que era onde quem estivesse tomando conta (no caso seria meu pai), ali ela foi completamente alvejada por vários tiros. Foi metralhada. E aí depois disso meu pai não quis mais trabalhar, meu pai temeu pela vida. Levou abandono de trabalho. (Abranches, Vera. Entrevista concedida a Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu, 2023-25. Arquivo disponível em mp3).

Esse fato, apesar de não ser diretamente contra um/a professor/a, é fundamental para ressaltar a estrutura de perseguição que assolava diferentes lideranças da sociedade iguaçuana que iam, desde seu Bráulio Rodrigues, que era uma liderança do campo, e José Abranches, uma liderança popular, que sofreu uma tentativa de assassinato, por fazer parte de um movimento popular reivindicatório e denunciador das mazelas iguaçuanas. Isso posto, sistematicamente, os aparatos repressivos perseguiram lideranças populares, camponeses, religiosas, como Dom Adriano, e, principalmente, lideranças educacionais. Assim, trazer à luz tais fatos e ações é contribuir para mostrar o reflexo da Ditadura Militar em Nova Iguaçu sobre a educação como um todo.

Os casos de resistência dos/as professores/as nos Anos de Chumbo foram isolados até o ressurgimento do MAB e do núcleo do Sepe, em Nova Iguaçu. Com o fechamento dos espaços democráticos coletivos, o único local seguro (às vezes, nem tanto) era a Igreja, mais especificamente, a Igreja Católica, sob o comando de Dom Adriano Hipólito.

As Comunidades Eclesiásticas de Base, a Comissão Diocesana de Justiça e Paz, o Centro de Formação de Líderes (CENFOR) foram espaços dentro na Igreja, nos quais se pensava ter uma proteção, pois não se imaginava que os atores da repressão militar fossem atacar uma Igreja. Todavia, vimos que para os militares não havia limite, já que a luta por justiça social, por uma educação de qualidade e contra a violência dos grupos de extermínio esbarrava nos aparelhos antidemocráticos.

Dentro nas igrejas ou em espaços ligados à Igreja Católica encontravam-se, aparentemente, mais seguros para começar a questionar, criticar as mazelas que assolavam Nova Iguaçu e, conseqüentemente, os aparelhos antidemocráticos. A situação da educação pública era tão ruim que mães cansadas do descaso se juntaram e criam o Clube das Mães, ligado à Diocese de Nova Iguaçu, com início das atividades em 1983.

O professor Salomão Baroud David, ex-seminarista que se tornou docente de Letras e Filosofia, lecionava, durante a Ditadura Militar, no Instituto de Educação Rangel Pestana e em outras escolas. Ele relatou que, em todas as reuniões, havia um observador ligado ao

movimento militar, cuja presença era tão constante que todos já o reconheciam facilmente, como se nota em seu depoimento. Apesar do clima de medo e vigilância, Salomão Baroud David destacou-se como uma liderança comprometida com a justiça social e com a defesa de uma educação libertadora. Seu engajamento ultrapassava os muros da escola, articulando professores e estudantes em torno de ideais de liberdade, solidariedade e transformação social, mesmo sob a repressão e o olhar atento do regime militar.

Nas formações e palestras era muito vigiado. A gente já conhecia os “caras. Sentavam lá quieto e gente brincava: deixa aí, vai que alguma cai na cabeça dele e muda a cabeça dessa pessoa. Eles ficavam vigiando a gente para dar informações ao DOPS. Todos sabiam. (Entrevista realizada com Salomão entre 2024 e 2025. Disponível em arquivo MP3.).

A importância do professor Salomão Baroud David para o processo de resistência à Ditadura Militar é imensurável. Ele contribuiu para a criação da Comissão de Justiça e Paz e do Movimento Amigos dos Bairros (MAB), sendo um de seus dirigentes, além de ter sido um dos responsáveis por trazer um núcleo do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE) para a Baixada Fluminense, no final da década de 1970.

Ao lado de sua irmã, Sada Baroud David, foi o braço direito de Dom Adriano Hipólito na luta por direitos sociais em pleno regime militar. Sua liderança ultrapassava os limites da militância: nas escolas em que lecionava, Salomão era uma referência de coragem e compromisso com a formação crítica dos estudantes. Mesmo sob vigilância e ameaças, mantinha o diálogo sobre justiça social, liberdade e dignidade humana, inspirando colegas e alunos a resistirem ao autoritarismo e a acreditarem na força transformadora da educação.

Nossa atividade era conscientizar os professores sobre o que estava errado. E conseguimos melhorias para a classe. A eleição de diretores que veio depois, a redução de alunos. Como pode ter cerca de 60 alunos em sala de aula? Era um absurdo! Aí queríamos que cumprissem a lei. (Entrevista realizada com Salomão entre 2024 e 2025. Disponível em arquivo MP3.).

Salomão articulou e organizou diversos movimentos civis e populares durante a Ditadura. Lecionou em diversas escolas e se destacou como uma voz dissonante em relação à desigualdade, pobreza e repressão que inundaram a região do Rio Iguassú na Ditadura. Entretanto, isso não passou despercebido. Além da vigilância, da presença de “X9” (fala do professor) em reuniões, assembleias, nas escolas e palestras do MAB, o educador foi obrigado a dar explicações sobre suas ações na sede do DOPS, em Nova Iguaçu.

Aí você recebe um aviso! Eu, Sada e Paulo Araújo fomos chamados e aí você entra em uma sala com um cara, uma sala toda escura e começa as perguntas... Se eu era diretor do Sepe, professor de português. Perguntaram se eu era de movimentos populares e eu disse: “sou”! Eles já sabiam de tudo e a gente praticamente confirmava (risos). O ambiente era ameaçador, já era tudo muito ameaçador até porque a gente sabia o que eles faziam, a víamos a notícia de gente sumindo... Era uma questão de ameaça mesmo! Acho que não colocaram a mão na gente por causa do Dom Adriano, ele tinha muita moral. (Entrevista realizada com Salomão entre 2024 e 2025. Disponível em arquivo MP3.).

A narrativa de Salomão Baroud David deixa explícita a vigilância e a perseguição a que estavam sujeitos/as os/as professores/as em Nova Iguaçu, nas mais diversas formas de manifestação e resistência. Seja por aplicar uma prova com temas considerados “subversivos”, por participar de uma aula de alfabetização de jovens e adultos em um programa da Igreja Católica, ou por atuar em espaços de reivindicação popular, como o Movimento Amigos dos Bairros (MAB), o núcleo do SEPE ou a Comissão de Justiça e Paz, os/as educadores/as viviam sob constante suspeita.

Essas experiências revelam como a repressão do regime militar se infiltrava nas práticas pedagógicas e nos movimentos sociais, tentando sufocar qualquer iniciativa de consciência crítica e de transformação social.

Nas reuniões todo mundo se apresentava e falava como é que é seu nome?! – Salomão e tal. e acontecia algo engraçado que quando chegava nesses caras a gente falava: aquele ali é o “João do Dops” porque sempre estavam lá com a gente nas palestras quase que semanalmente vigiando e não era só um, traziam gente da boa, sabe?! (Entrevista realizada com Salomão entre 2024 e 2025. Disponível em arquivo MP3.).

Um dos casos que mais trouxe medo e apreensão para os/as professores/as foi quando o professor Salomão, como dirigente do núcleo do Sepe em Nova Iguaçu e participante ativo do MAB, organizou reivindicações frente à prefeitura. Ocorreram greves e assembleias que chegaram a reunir de 200 a mais de 1.000 professores/as e simpatizantes. Esse movimento de protestos e luta por melhores salários se deu, principalmente, no final da década de 1970, devido ao crescente arrocho salarial do período. A penúria era tanta que docentes chegavam a não ter dinheiro para se deslocar para as escolas e precisavam pedir favores (carona).

A condução das políticas educacionais pelos órgãos burocráticos das Secretarias de Educação e do MEC ampliavam entre os professores a sensação de desqualificação. Ainda mais porque ganhavam cada vez menos.

Com uma remuneração que ao longo dos anos 80 oscilou entre 1,5 e 3 salários-mínimos (em alguns momentos os pisos só não ficaram abaixo do salário-mínimo pela inclusão de abonos), os professores passaram a viver a estranha realidade de ter na rede pública – antes um emprego bem remunerado – um “bico”. A garantia da sobrevivência demandaria o aumento da carga horária de trabalho. (Mattos, 1988, p. 83).

As condições nas escolas eram péssimas, como já ressaltamos e, mesmo diante da repressão, professores/as conseguiram se organizar e tentar buscar melhorias para a categoria. Todavia, sempre vigiados/as de perto pelos atores da estrutura repressiva.

Não que a gente não ficasse atento, com medo, ainda mais depois do que aconteceu com Dom Adriano. Se fizeram isso com ele, imagina o que poderiam fazer com a gente, um Zé da Silva. A gente fazia um trabalho social que incomodava e reivindicava mesmo, mas a preocupação era constante de acontecer algo (Entrevista realizada com Salomão entre 2024 e 2025. Disponível em arquivo MP3.).

Um olhar que temos, ao chegar nessa parte da pesquisa e ao dialogar com os outros/as autores/as, é que todo processo de reivindicação, mesmo que não fosse direta à Ditadura, era vigiada e, em alguns casos, reprimida. Dos/as quatro professores/as entrevistados/as, três deles sofreram algum tipo de intimidação, vigilância e/ou repressão. Dois tiveram que depor no DOPS, que é o caso dos irmãos Baroud.

Pouco tempo depois, Dom Adriano Hipólito seria sequestrado e torturado. Não obstante, essa intimação dos/as professores/as ao DOPS revela e ratifica a vigilância, repressão e arbitrariedade a que estavam sujeitos quem ousasse criticar as estruturas de poder que imperavam em Nova Iguaçu. De certo, que os/as professores/as foram enquadrados/as no decreto 477 e tentamos ter acesso ao Inquérito Policial Militar, mas não tivemos acesso e fomos aconselhados a recuar, devido ao momento político atual de constante ruptura institucional democrática e ao julgamento do ‘8 de janeiro’.

Durante diversos momentos da entrevista com o professor, era ressaltada a questão da vigilância, em quase todos os momentos de organização, seja na Igreja no CENFOR, no sindicato ou mesmo em escolas. Reforçar e salientar esses momentos é mostrar ao/à leitor/a a estrutura que foi criada para vigiar, reprimir e punir os/as professores/as durante a Ditadura Militar em Nova Iguaçu. Ao evidenciar esses fatos, trazemos luz a ações repressivas da Ditadura Militar, em cidades periféricas e descentralizamos os olhos das capitais ao abordar as estruturas e processos repressivos em regiões longínquas da capital do país.

Mesmo em Nova Iguaçu, havia uma estrutura organizada e planejada de vigilância e repressão, que passava pelo núcleo do DOPS, no centro da cidade, e pela Vila Militar de Deodoro. E muitos/as professores/as tiveram que conviver com essa vigilância, repressão e medo, durante todos os anos do regime militar.

Mesmo antes de baixado o Ato Institucional nº 5 e seu descendente direto, o decreto nº 477, todos os professores ou candidatos ao magistério eram considerados subversivos, até que mostrassem ao contrário. Tinham que provar que sobre eles não recaía culpa da subversão. (CUNHA, 1999, p. 39-40).

Das quatro pessoas entrevistadas, três sofreram diretamente ações repressivas da Ditadura Militar, e a outra sentiu interferências em seu fazer pedagógico. Ao nos debruçarmos sobre a história da educação e sobre as memórias dos/as professores/as de Nova Iguaçu durante o regime militar, pudemos evidenciar as complexas ações e estruturas de vigilância e repressão que se estendiam até cidades periféricas do Brasil. Também constatamos como novos atores políticos emergiram por meio da atuação em espaços de destaque — especialmente em escolas-modelo —, utilizando esses ambientes como plataformas para o lançamento de suas imagens na política local.

Cunha (1999) afirma que o desespero e a apatia foram os dois principais componentes da repressão nas escolas e universidades. Nessa conjuntura, Vera Abranches, que iniciou sua trajetória docente no projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos da Cáritas, enquanto ainda concluía o curso Normal, acabou desistindo do projeto diante das ameaças sofridas por seu pai e das constantes intimidações de capangas que frequentavam as aulas. Restou-lhe, então, a opção de seguir outro caminho profissional, no comércio.

Quantos/as professores/as desistiram? Quantos/as, por medo, se entregaram à apatia? Não podemos falar, necessariamente, em uma geração perdida, mas é inegável que muitos avanços e sonhos foram reprimidos — e, em alguns casos, esquecidos.

Nesse panorama, ressaltamos o caso do professor Antônio Rodrigues que, em 1964, foi afastado da graduação de Geografia, por atividades suspeitas de subversão. Em 1968, foi convidado para ser professor do CAP-UFRJ e passou a lidar com alunos/as envolvidos/as com a Revolução Argelina, como Alfredo Sirkis e Carlos Minc. Era uma escola crítica e isso levou o professor à sua primeira perseguição e teve que fugir, literalmente, do CAP-UFRJ.

Eu não fui expulso. Uma vez, dois sujeitos de paletó e gravata chegaram durante a reunião de professores. Eles perguntaram: “O senhor Antônio

Rodrigues da Silva? Quem é ele?”. “Aí, meus colegas falaram: “Ele não está aqui. Não tem vindo trabalhar”. E, eles falaram: “vamos verificar”. E, então, eu fugi. Sai pela Lagoa. Caminhei até o Corte do Cantagalo, que ainda estava sendo aberto. Isso foi em 1974, no governo do Médici. Fui para Copacabana, peguei um ônibus, depois outro ônibus e várias conduções até chegar a Nova Iguaçu, onde morava na época. Eu não tinha carro. E nunca mais voltei ao Cap-UFRJ pois tinha medo de ser preso. (Folha Dirigida, 17/12/2014).

Esse fato se configurou em uma perseguição direta a um professor e sua vida que, embora tendo que empreender fuga, não desistiu da educação, já que após o episódio passou a trabalhar em Nova Iguaçu, contudo a repressão continuou, como relatado na entrevista:

E acabei no Instituto de Educação Rangel Pestana, em Nova Iguaçu, onde fui vice-diretor. A escola virou um centro de debates. Isso foi em 1977, 1978. E, no governo Faria Lima, fui desligado da direção desse colégio com o argumento de que eu estava contaminando o município com as minhas ideias. Ainda vivíamos com o “gás”, com o “ambiente” da ditadura. (Folha Dirigida, 17/12/2014).

O Capitão de Mar-e-Guerra Faria Lima foi nomeado interventor no Rio de Janeiro e, em 1974, se tornou governador pela ARENA. Pergunta-se: como as ações de um vice-diretor de um Instituto de Educação chegaram aos ouvidos de um governador de Estado? Ou por que tanta preocupação desse governador com um professor/diretor? Esse afastamento do professor Antônio Rodrigues atesta a vigilância, a repressão contra os professores, em Nova Iguaçu, e que tal processo era algo extremamente organizado, ligando informantes, militares, capangas, em escolas, ao governador.

Mesmo diante desse fato, A. Rodrigues resistiu e se manteve firme como professor, contribuiu para a criação da Faculdade ABEU e, depois, voltou a lecionar geografia, em escolas estaduais e no Colégio Pedro II. Também participou, ativamente, do SEPE, FETEERJ e CONTEE.

Talvez possa parecer que insistimos muito em apresentar dados que evidenciem a repressão na Ditadura. Entendemos como docentes que carregamos o compromisso de compartilhar saberes a fim de promover o desenvolvimento de senso crítico e ampliação do pensamento para os sujeitos poderem desenvolver suas argumentações embasados em dados oriundos das ciências e fatos históricos e não em Fake News. Sendo assim, ao apresentar uma gama de evidências que confirmam a repressão, vigilância e medo de que sofreram os/as professores/as na Ditadura Militar, estamos combatendo narrativas ufanistas que insistem em exaltar os Anos de Chumbo como algo benéfico para a educação. A disputa pela memória,

pelo passado, saiu dos livros acadêmicos e ganhou vida nas redes sociais, na mesa de jantar e, assim, ao expor as estruturas repressivas do regime antidemocrático, temos como objetivo dar um passo na tentativa de deixar para trás as narrativas que exaltam a Ditadura Militar.

3.10 As consequências da Ditadura Militar para a Educação em Nova Iguaçu.

No final da década de 1970 e início da de 1980, o Brasil iniciou um processo de abertura política lenta e gradual. O que chama a atenção, em Nova Iguaçu, é o fato de que o primeiro interventor federal da Ditadura assumia o cargo democraticamente eleito, para o mandato de 1977 a 1983. Lobo (2020) pondera que essa abertura política esteve diretamente ligada aos setores ainda dominantes do regime militar, que buscavam manter influência e controle sobre as estruturas de poder, mesmo diante da transição para a democracia.

De fato, das duas eleições realizadas no período da Ditadura Militar, apenas Ruy de Queiroz, ex-interventor federal, agora eleito para o período de 1977-1983, quadro orgânico arenista com estreitas ligações com os presidentes militares, consegue concluir o mandato. A outra eleição, ocorrida em 1967, elege Ary Schiavo, do Movimento Democrático Brasileiro, partido de oposição da Ditadura, é que foi cassado meses depois da sua posse. É, portanto, deste cenário que estamos a tratar: a reabertura controlada pelos que detinham o domínio político. (Lobo, 2019, p. 80).

Dessa forma, mesmo que estivesse chegando ao fim, Nova Iguaçu manteve uma elite política ligada, ainda, às estruturas da Ditadura. Esse processo é interessante, por remeter a uma certa liberdade controlada e planejada. Lobo (2019) e Silva (2010) ainda ressaltam uma ameaça de morte contra o presidente do sindicato dos professores por denunciar corrupções e desvios no salário-educação.

Assim, o resultado de vinte e um anos de Ditadura Militar, em Nova Iguaçu, foi uma grande instabilidade política, pois de 1964 a 1985 a cidade teve onze prefeitos (Batista, 2014). Nesse jogo de poder, a educação ficou em segundo plano, mediante a falta de continuidade dos projetos educacionais. Observemos a situação do Colégio Monteiro Lobato, ao final dos anos setenta:

Localizada no centro de Nova Iguaçu (...) na realidade pouco mais que vestígios de uma época de gala restam hoje. Em passado recente, de fato, o Monteiro Lobato era procurado pelas melhores famílias. (...) A situação hoje é outra. E para ela contribuem diversos fatores que vão desde a descontinuidade administrativa que caiu como uma praga sobre a escola a um generalizado descrédito pela eficiência do ensino nas escolas da rede municipal. (Correio da Lavoura, 1979, p. 3).

Figura 17: A Dura realidade da Escola Municipal Monteiro Lobato.



Fonte: Correio da Lavoura, 22 de jul. 1979. CEDIM – UFRRJ.

Conforme a notícia, a Escola Municipal Monteiro Lobato, localizada no centro da cidade, era considerada uma escola de referência, juntamente com o Instituto de Educação Rangel Pestana (IERP), antes do Golpe Militar. No entanto, em 1979, sua estrutura física, o ensino, o planejamento pedagógico e outros aspectos apresentavam níveis alarmantes de deterioração. Eliete Fernandes ressaltou que, tanto no IERP quanto no Monteiro Lobato, as famílias chegavam a dormir em filas para conseguir vagas para as crianças, devido ao prestígio que essas escolas possuíam antes da ditadura. Como evidencia a reportagem, o padrão de qualidade da instituição mudou drasticamente. Tal fato é bastante significativo, uma vez que, conforme descrito neste trabalho, a gestão da escola foi assumida por pessoas ligadas ao regime militar, que mantinham rigoroso controle sobre o ambiente escolar. Essa constatação contradiz o mito de que a administração militar em escolas seria capaz de promover bons resultados educacionais.

Em outra reportagem, da época, são apontados outros fatores interligados ao desenvolvimento do processo de ensino através da denúncia do Prof. Luiz Marques de Souza que aborda o baixo rendimento escolar, apontando várias questões como desnutrição, falta de apoio familiar, desmotivação dos/as professores/as e baixos salários.

Figura 18: Baixo rendimento escolar nas escolas de Nova Iguaçu.



Fonte: Correio da Lavoura, 20 de maio de 1979. CEDIM – UFRRJ.

Mais uma vez, lembramos que, em sua maioria, os cargos de direção e de chefe do departamento de direção ficaram sob a tutela de sujeitos ligados aos interesses dos militares. Sendo assim, então por que a qualidade da educação não melhorou? Esses dados e reportagens corroboram para responder a uma problematização inicial desta pesquisa: descortinar e desmitificar a educação ou ações na Ditadura, como melhorias e benefícios ou fator de promoção de desenvolvimento e prosperidade para a sociedade. Talvez em outro lugar, mas não em Nova Iguaçu.

A seguir, mais uma reportagem sobre o pós-Ditadura. A notícia seguinte foi publicada em 1978 e mostra um cenário que era perceptível em quase todas as escolas: ataque de marginais aos espaços das unidades.

Figura 19: Mais um ano de abandono no ensino municipal de Nova Iguaçu.



Fonte: Correio da Lavoura, 12 de mai. 1978. CEDIM- UFRRJ.

Conforme a matéria, mesmo após um ano das denúncias trazidas pelos/as professores/as e responsáveis sobre a segurança nas dependências das escolas municipais, permaneciam os problemas e convivia-se com o medo. Esse panorama era generalizado, como se depreende da reportagem:

(...) a ausência de condições mínimas para o trabalho educativo não é fenômeno que ocorre apenas naquela escola, mas reflete com exatidão o estado geral de descaso a que foram relegados os problemas educacionais de Nova Iguaçu. Os problemas nas escolas se avolumam sem que as autoridades do ensino tomem qualquer medida (Correio da Lavoura, 1978, p. 1).

A seguir, mais detalhes das consequências nefastas da Ditadura: além do déficit de rendimento assinalado, anteriormente, outra dificuldade do ensino municipal era a estrutura das escolas: utilização de estagiários/as para suprir a falta de professores/as. Muitas escolas municipais, como a E.M. Sander, estavam sem as mínimas condições de funcionamento: cercada de matagal, sem iluminação e, pasmem, sem água potável para as crianças. A água

era retirada de um poço poluído e, mesmo após professores/as e funcionários/as denunciarem, continuava a ser servida para as crianças

As denúncias foram feitas por uma das estagiárias que não quis que declarasse seu nome. Disse-nos ainda que a água servida às crianças é tirada de um poço interno por ordem da diretora. Uma das dirigentes de turno da escola sempre combateu a ordem, pois colocava sob ameaça a saúde das crianças, e espera uma oportunidade para provar à diretora que a água era poluída. Certa feita a diretora encontrou o banheiro imundo e pediu que se colocasse água nas privadas, o que foi feito; mas o cheiro ficou pior do que antes. A diretora se resolveu em colocar desinfetante no banheiro e agitou os vermes da água sendo percebidos a olho nu, segundo declaração da estagiária. Correio da Lavrouira, 1978, p. 3).

Pois bem, é preciso uma pausa para respirar, diante desse cenário abjeto, repulsivo e, com certeza, um crime contra as crianças que ali estudavam. Essa escola se encontrava em uma região mais periférica de Nova Iguaçu, próxima a Cabuçu. O que não justifica, pois, como a matéria adverte, esses problemas aconteciam em outras escolas da rede municipal. E pasmem! Com essa água era feita a merenda escolar. Esses dados, denúncias, problemas permitem corroborar que a educação pública desceu, em níveis alarmantes, durante os Anos de Chumbo, em todos os sentidos.

Cunha ressalta que havia um debate sobre a melhora da educação na Ditadura Militar. O Mobral foi uma forma de tentar reverter o analfabetismo e o redrusdecimento da taxa de escolarização de 1970 a 1980. De cada três crianças, uma estava fora da escola em idade de 7 a 10 anos.

Esses dados eloquentes mostram que as condições de escolarização pioraram justamente na base escolar: na escola primária, englobada agora num fantasioso ensino de 1º grau, obrigatório em suas oito séries para as crianças e adolescentes, de sete a 14 anos. Se, em 1970, havia 6,5 milhões de pessoas dessa faixa etária fora da escola, em 1980, elas já eram 7,5 milhões. Ou seja, os excluídos da escola aumentaram de um milhão de 1970 a 1980. (Cunha; Goés, 1999, p.55).

Veja bem, leitor/a: as estatísticas de escolarização pioraram, justamente, na base escolar que é a escola primária, ou seja, o ensino municipal e, conseqüentemente, por tudo que mostramos, Nova Iguaçu está puxando a fila dessa piora na escolarização. Outro dado da reportagem do Correio da Lavrouira é que faltavam escolas e muitas crianças estavam fora da escola, principalmente, nos bairros mais distantes do centro.

Como vemos, esses dados robustos e distintos auxiliam a refutar, desacreditar a retórica dos ufanistas da Ditadura Militar atuais de que a educação pública ‘era melhor na

Ditadura', principalmente, para a parcela mais humilde e esmagadora da sociedade. Ainda, segundo Cunha (1999), em meados da década de 1970, cerca de 24,3 dos jovens de 14 anos não sabiam nem ler nem escrever. Esse quadro alarmante é categórico para evidenciar o fracasso que foi a política educacional da ditadura, tanto ao nível nacional como, principalmente, em nível local em cidades periféricas como Nova Iguaçu.

Um dado que merece destaque, ainda em diálogo com Cunha (1999) e que permanece em discussão nos meios pedagógicos, nas escolas e nos Conselhos de Classe, é que os militares, para encobrir e 'positivar' os índices educacionais, adotaram uma medida paternalista, antidemocrática e antipedagógica: a promoção automática.

Mesmo que os estudantes não tivessem aprendido coisa alguma, eram promovidos para a série seguinte, com isso, a expansão da rede escolar, das oportunidades físicas de escolarização, não corresponde, na prática, a um aumento das oportunidades pedagógicas de escolarização. (Cunha; Góes, p, 56. 1999).

Essa prática pedagógica, certamente, foi um dos piores legados, dentre tantos, para a qualidade da educação brasileira. É interessante, também, observarmos que essa medida foi para mascarar, positivar, camuflar as estatísticas e dados lastimáveis das políticas educacionais da Ditadura. Essa afirmativa encontra embasamento na análise do Diagnóstico Socioeconômico-Educacional de Nova Iguaçu, organizado pela Secretária de Educação do Estado, em 1977. Conforme esse documento, cerca de 79% das crianças, com idade entre 7 e 14 anos, estavam fora da faixa etária escolar correta, ou seja, de cada dez crianças, oito estavam atrasadas educacionalmente.

A análise de dados estatísticos, reportagens, entrevistas são evidências irrefutáveis de que os anos de Chumbo representaram um dos piores momentos para atuar como professor/professora no município iguaçuano. Essa perspectiva, como não podia deixar de ser, refletia-se sobre o processo de ensino, sobre o/a aluno/a, sobre a qualidade da educação e sobre a vida como um todo, considerando que a escolarização visa a qualificar para o exercício da cidadania e o mundo do trabalho. Assim, ao se reprimir a expressão do pensamento, por meio do medo e controle total dos objetivos pedagógicos, buscava-se moldar indivíduos subjugados, passivos e sem poder crítico.

O legado — ou melhor, as consequências — desse período podem ser observados até os dias atuais. É importante destacar que não ignoramos o período pós-Ditadura e as sucessivas gestões municipais, já sob o regime democrático, com prefeitos eleitos pelo voto popular. Contudo, fica evidente que parte da situação atual também decorre da ausência de

políticas públicas educacionais consistentes ou, em alguns casos, da presença de políticas implementadas sem amplo debate com a sociedade iguaçuana e, sobretudo, com os/as profissionais da educação.

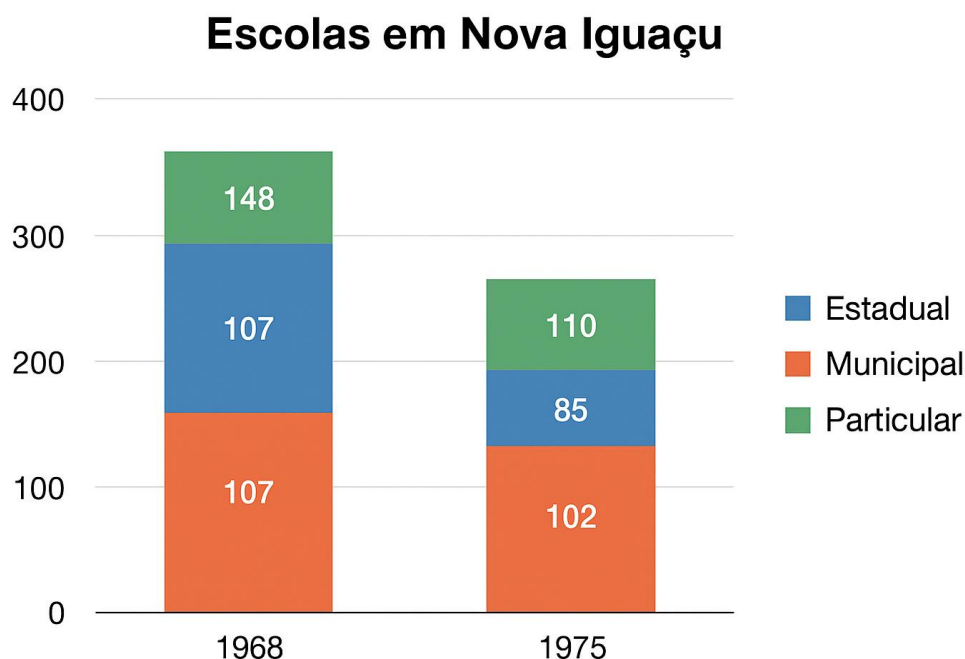
Atualmente, Nova Iguaçu é o 23º município mais populoso do país, com cerca de 785.867 habitantes. Desses, apenas 15,21% possuem emprego formal, enquanto quase 40% vivem com menos de um salário – mínimo. No campo educacional, o cenário é igualmente preocupante: entre os 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu ocupa a 90ª posição em taxa de escolarização e uma das piores colocações também em nível nacional. Quanto ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o município figura na 87ª posição entre as 92 cidades do estado, conforme o último censo de 2022 (IBGE, 2022).

Não se trata, aqui, de exaltar uma pedagogia baseada em resultados numéricos, mas tais índices reforçam o quadro de fragilidade estrutural e pedagógica da educação iguaçuana, evidenciando os reflexos de um processo histórico marcado por desigualdades e descontinuidades nas políticas públicas.

Em 1974, quase dez anos após o golpe de Estado, Nova Iguaçu contava com aproximadamente 297 escolas, sendo 85 estaduais, 102 municipais e 110 particulares. No entanto, uma estatística revela o retrocesso e a decadência que a Ditadura Militar impôs à educação iguaçuana: em 1968, o município possuía cerca de 359.364 habitantes e 107 escolas municipais. Já em 1975, com uma população estimada em 928.319 pessoas, havia apenas 102 escolas municipais — uma redução significativa no número de unidades escolares diante de um crescimento populacional expressivo.

Essa discrepância evidencia o abandono e a estagnação das políticas educacionais durante o regime militar, que não acompanhou o aumento populacional nem garantiu o direito básico à educação para grande parte da população de Nova Iguaçu.

Tabela 04: Escolas em Nova Iguaçu 1968 X 1975.



Fonte: Diagnóstico sócio-econômico-educacional de 1977, Estado do Rio de Janeiro e Pereira (1969).

Como se nota, proporcionalmente, depois de quase 10 anos de Golpe Militar, o número de escolas regrediu ao passo que a demanda de alunos/as aumentou e eram cerca de 45.762 alunos. Se for dividir exatamente os/as alunos/as por escola, tem-se mais ou menos 459 alunos/as por escola e boa parte das escolas não tinha mais que 3 ou 4 salas. Segundo o Diagnóstico Socioeconômico-Educacional de 1975, havia cerca de 425 salas na rede municipal e, como já mostramos, 45.762 alunos/as, dando uma proporção de 107, 6 alunos/as por sala de aula. Inimaginável, deplorável. Simplesmente essa conta não fecha.

Numérica e proporcionalmente, a população de Nova Iguaçu cresceu e o número de escolas municipais não acompanhou esse crescimento, nem mesmo para dar conta dos próprios/as alunos/as do município. Assim, 107 alunos/as por sala é o legado de mais de 10 anos de instabilidade política, de duas intervenções federais no executivo, da subjugação da Câmara dos Vereadores, de falta de investimentos reais na qualidade e na estrutura da educação municipal iguaçuana.⁵¹

Nas entrevistas com os/as professores/as, podemos notar que, em uma simples reunião pedagógica, havia ‘olheiros’. Uma prova com citações indiretas sobre a URSS foi

⁵¹ RIO DE JANEIRO (ESTADO). SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Niterói, Imprensa Oficial, p. 50-53, 1977. Diagnóstico Socioeconômico-Educacional.

motivo para uma professora ser intimada a dar explicações e, logo em seguida, carros da polícia militar estavam na porta da escola.

Nem o projeto de alfabetização da Diocese de Nova Iguaçu, que usava o método Paulo Freire, escapava à vigilância, intimidação dos militares. Dessa forma, compreendemos por que os pressupostos de Paulo Freire causavam tanta inquietação aos militares. O educador defendia a ampliação do pensamento crítico por meio da leitura de mundo, buscando desenvolver a autonomia e o senso crítico dos sujeitos, para que fossem capazes não apenas de se inserir na realidade, mas também de transformá-la.

Em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, Freire destaca a importância da libertação do oprimido em relação ao opressor como condição essencial para o desenvolvimento de uma vida plena. Para isso, o sujeito precisa reconhecer-se como dominado e engajar-se na luta por sua própria libertação.

Ao se analisar todos os dados desta seção, percebemos que no sistema antidemocrático da época não cabia a crítica e a busca por mudanças. Dessa maneira, nem o projeto de alfabetização da Diocese de Nova Iguaçu, que usava os aportes teóricos de Paulo Freire, escapava da vigilância, da intimidação dos militares, situação que acabou promovendo a interrupção do curso.

Mas, afinal, a Ditadura foi boa para quem? Certamente, como demonstrado ao longo desta pesquisa, não foi para a educação. Os dados, relatos e análises aqui apresentados evidenciam que o regime civil-militar (1964–1985) impôs prejuízos significativos ao desenvolvimento educacional, especialmente no município de Nova Iguaçu. Dialogando com Jason Stanley (2025), é possível afirmar que uma das lições mais contundentes do século XX é que regimes autoritários frequentemente percebem a história e a educação como ameaças ao seu projeto de poder.

Nesse sentido, não por acaso, recorrem a estratégias sistemáticas de apagamento, distorção ou silenciamento da memória coletiva, buscando moldar o passado de acordo com seus interesses políticos. Neste cenário, resgatar as vozes que resistiram, sobretudo aquelas de docentes que enfrentaram o medo e a censura, é mais do que um trabalho acadêmico: é um gesto de justiça histórica e de compromisso com a democracia. Como nos lembra Ecléa Bosi (1994), em *‘Memória e Sociedade: lembrança dos velhos’*, a memória dos sujeitos comuns — muitas vezes relegados ao esquecimento — é fundamental para a reconstrução crítica da história. Valorizar essas memórias significa romper com o silêncio imposto e afirmar que, mesmo sob opressão, houve resistência, esperança e luta.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que define uma pesquisa talvez seja a caminhada, o percurso. Ao trilharmos a história da região de Iguassú, desde os povos indígenas, notamos algo em comum: a luta e a resistência pela sobrevivência, pelos direitos, por melhores condições de vida e pela liberdade. Trata-se de uma identidade forjada, desde o início, na luta por existir e resistir. Dos indígenas jacutingas, dos escravizados a luta e resistência dos quilombolas que viam nas matas e rios um lugar de proteção. Nova Iguaçu dos laranjais, do loteamento, do migrante nordestino que viu nas terras, antes pantanosas, uma chance de viver e sobreviver.

A Cidade-Mãe já no século XX, devido ao surto imobiliário e agitações políticas, começou a ser desmembrada em novos municípios. Ainda assim, manteve sua importância regional e econômica. Grandes instituições escolares como o IERP, IESA, Colégio Leopoldo, Monteiro Lobato foram fundamentais para educação de iguaçuana. Entretanto, assim como essas instituições escolares são no centro, as políticas e serviços públicos da metrópole vão se concentrar na região central da cidade gerando uma desigualdade educacional, econômica e social histórica em Nova Iguaçu.

Ao examinarmos a historicidade da cidade de Nova Iguaçu, evidencia-se a presença de um mandonismo e de um elitismo local que, ao longo dos séculos, mantiveram seus privilégios concentrados nas áreas centrais do município. Algumas escolas, nesse contexto, funcionavam como espaços de formação e reprodução dessa elite abastada iguaçuana. Todavia, é fundamental destacar que, em paralelo a essa estrutura excludente, diversos movimentos sociais e populares mobilizaram-se na tentativa de romper com tais estigmas e desigualdades, lutando por dignidade, liberdade e acesso à educação para as parcelas historicamente a margem do centro da cidade.

Dentre tantas figuras marcantes da resistência em Nova Iguaçu, destacamos algumas lideranças que, em diferentes momentos históricos e frentes de atuação, enfrentaram as estruturas opressoras do poder político e militar. Manuel Congo, líder do quilombo que levou seu nome, resistiu por décadas às incursões das forças imperiais e de milícias organizadas durante o período escravocrata, tornando-se um símbolo da luta quilombola na região. Já no século XX, Bráulio Rodrigues, liderança camponesa, popular e comunitária, teve atuação de destaque na Associação de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, no MAB, na Comissão Pastoral da Terra (CPT) e na Comissão de Justiça e Paz, vinculada à Igreja Católica. Outrossim foi Dom Adriano Hypólito que foi uma das vozes mais ativas e destemidas na resistência e denúncia contra a Ditadura Militar em Nova Iguaçu.

Por fim, é fundamental lembrar dos irmãos Salomão Baroud Davi e Sada Baroud David, que atuaram intensamente na organização política e sindical docente. Ambos lideraram o primeiro núcleo do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE) em Nova Iguaçu, ainda durante a Ditadura, além de participarem ativamente do MAB, da Comissão de Justiça e Paz, do Centro de Formação de Líderes da Igreja Católica e do Instituto Cáritas.

Ao buscarmos base metodológica e fontes para darmos conta do objeto desta pesquisa, encontramos ainda, mais de 60 anos depois, pessoas reticentes, com medo em falar sobre os malefícios do regime para Nova Iguaçu no que tange a educação. Tal silêncio fala e grita aos nossos ouvidos que os resquícios da Ditadura Militar ainda se fazem presente e seu projeto de reestruturação e supressão de movimentos progressistas que surgiram não se desfez com o tempo. A repressão, o medo, a comprovação de perseguições e o sucateamento da educação são nítidos, ao se examinar as entrevistas e os documentos da época. Ao nos debruçarmos na memória, nos relatos e experiências dos/as professores/as que viveram e resistiram a Ditadura, percebemos como tal momento da história iguaçuana foi degradante para a educação. Além da repressão, da intimidação e da vigilância que perpassava por avaliações nas escolas, reuniões nas escolas até assembleia de sindicatos, houve sucateamento da educação, em termos qualitativos.

Dessa forma, um dos objetivos centrais era suprimir, cooptar, enfraquecer a oposição à Ditadura e movimentos populares, sociais e camponeses contrários ao Regime. Para tanto foi montado uma estrutura de vigilância e repressão comandada pelo Comandante da Vila Militar de Deodoro. Tal figura foi atuante em vários momentos de instabilidade política e perseguição a opositores, como Dom Adriano. As escolas eram espaços vigiados e reprimidos com a presença constante de militares. Nesse panorama, novos atores usaram cargos diretivos escolares como trampolim político e abraçaram o regime antidemocrático.

Durante a Ditadura, a cidade perfume dos laranjais deu lugar a cidade da vigilância, da repressão, seja pelas ações dos Grupos de Extermínio ou do controle a liberdade de expressão e veiculação do pensamento do regime antidemocrático. A instabilidade política levou o município a ter onze prefeitos em onze anos, em grande parte, devido as interferências militares e isso aumentou drasticamente a desigualdade e agravou ainda mais a educação de Nova Iguaçu, principalmente, em bairros mais longe do centro, já que o olhar dos governantes se voltava para o centro do município.

Dessa forma, ao nos debruçarmos na memória, nos relatos e experiências dos professores/as que viveram e resistiram a Ditadura, buscamos mostrar, evidenciar como tal

momento da história iguaçuana foi degradante para a educação. Para além da repressão explícita, a Ditadura Militar também operava por meio da intimidação e da vigilância cotidiana. Essa vigilância estendia-se das avaliações escolares às reuniões pedagógicas, das assembleias sindicais às mobilizações do MAB, passando ainda pelos encontros realizados no CENFOR — tudo era monitorado. Dentro dessa perspectiva, esta pesquisa, ao relatar, expor e analisar as memórias, os fatos e os acontecimentos repressivos vivenciados por professoras/es e pela comunidade educacional de Nova Iguaçu durante o período ditatorial, tem como objetivo enfrentar os mecanismos de silenciamento e de apagamento da história. A memória aqui assume um papel fundamental, pois, como nos ensina Ecléa Bosi (1979), em ‘Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos’, lembrar é também resistir. Ao dar ouvidos a essas lembranças, essa pesquisa contribuiu para revisitar a história do/as professores/as suas resistências ao regime antidemocrático.

Estudar localmente as ações e estruturas da Ditadura Militar periferias é compreender o desenvolvimento do regime antidemocrático em regiões longes das grandes metrópoles e com uma imprensa local delimitada. É ressaltar que as diligências militares nessas regiões buscavam suprimir, enfraquecer lideranças, movimento sociais, religiosos, professores, instituições locais que fossem contrários ao poder vigente ditatorial. Sendo assim, evidenciamos que a escola foi um espaço de disputas e silenciamentos. No livro ‘Apagar a História’, de Jason Stanley (2025), percebemos como regimes fascistas tem uma preocupação fundamental na educação como método de redefinir a história. O que é ensinado diz muito sobre a educação que se quer e, principalmente, o que não é ensinado.

Em Nova Iguaçu, ao nos debruçarmos sobre a Ditadura, notamos tal questão. Um apagamento, silenciamento que adultera ou simplifica registros históricos em acordo com fins ideológicos dominantes. Tem-se amplamente noticiado o sequestro e tortura de Dom Adriano, mas nenhuma menção aos principais algozes dessa ação. Somente com os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade foi possível avançar na identificação. Nesse sentido, revisitar essas memórias é também uma forma de combater o esquecimento institucionalizado e afirmar o direito à verdade.

Nessa perspectiva, tal pesquisa ao relatar, expor, analisar a memória, os fatos, os acontecimentos repressivos da Ditadura Militar contra professores/as e a educação de Nova Iguaçu, visa combater esses mecanismos de silenciamentos, apagamento da história. As intercorrências, ataques a educação, atualmente, são preocupantes. Escola Sem Partido, Escolas Cívico-Militares, Brasil Paralelo e governadores, deputados, prefeitos, vereadores de

extrema-direita cada vez mais buscando lançar sua visão de mundo e sob educação. Dessa forma, mostrar os índices alarmantes em Nova Iguaçu após 20 anos de Ditadura descortina, desmascara esse saudosismo, nostalgia de que a educação no período militar funciona, havia respeito. Como mostramos, certamente não.

O título ‘Entre o giz e o fuzil’ no início dessa pesquisa poderia parecer apelativo ou exagerado, mas como ressaltamos, os militares se faziam presentes no centro de Nova Iguaçu. Principalmente na Escola Municipal Monteiro Lobato e no Instituto de Educação Rangel Pestana. A memória foi uma ferramenta metodológica elementar no caminho dessa pesquisa. A história oral nos levou a história de vidas e ao tempo vivido da memória (Bosi, 1979). Nessa trincheira de disputas pela realidade, passado, memória que assola o Brasil, esperamos contribuir com esse texto para evidenciar autenticidade, veracidade dos fatos e ações repressivas da Ditadura e seu legado danoso para a educação de Nova Iguaçu. Sendo assim, uma das inquietações que levaram a escrita desse texto, mencionada na introdução dessa pesquisa, foi ter esbarrado com o Coronel Reformado Paulo Malhães. Torturador confesso que atuava na Casa da Morte em Petrópolis. Também disse ter participado da ocultação do cadáver de Rubens Paiva⁵² entre outras atrocidades confessa na Comissão Nacional da Verdade.⁵³ O meu desconhecimento sobre esse sujeito, à época, reflete diretamente os mecanismos de silenciamento e apagamento promovidos pela Ditadura Militar.

A relevância desta pesquisa reside em compreender que, embora tenham existido figuras como Paulo Malhães — símbolo da repressão e da violência institucionalizada —, sobretudo, também existiram sujeitos que resistiram ao engodo do sistema ditatorial militar em Nova Iguaçu, como Dom Adriano Hypólito, Salomão e Sada Baroud, e Bráulio Rodrigues, cujas trajetórias representam formas concretas de enfrentamento, resistência, coragem e compromisso com a justiça social e a educação. Dar visibilidade a essas histórias é essencial para reconstruir uma memória histórica plural, e, acima de tudo, reconhecer os protagonistas da resistência à Ditadura em Nova Iguaçu.

⁵² O Filme Ainda Estou Aqui aborda o desaparecimento do deputado Rubens Paiva.

⁵³ Coronel revelou funcionamento da Casa da Morte, em Petrópolis. O Globo, 25 de abril de 2014. Consultado em 06 de junho de 2025.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A CRIAÇÃO DA PREFEITURA DE NOVA IGUASSÚ. Correio da Lavoura, Nova Iguaçu, Ano III, n.143, 11 dez 1919.

ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC.** Rio de Janeiro: FGV, 1990.

ALEXANDRE, Maria Lúcia Bezerra da Silva. **Um cenáculo de letrados: Sociabilidade, imprensa e Intelectuais a partir da Arcádia Iguassuana de Letras (AIL) (Nova Iguaçu, 1955-1970).** Nova Iguaçu, 2015. Dissertação em história na Universidade Federal rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências humanas e sociais/ Instituto Multidisciplinar.

AGUIAR, Eduardo Jordan da Silva. **Organização, Resistência e luta dos Lavradores – Posseiros de Pedra Lisa na Baixada Fluminense nas décadas de 1940 a 1960.** Monografia do Curso de História, UFRRJ. Seropédica, junho de 2015.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. **Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial: novos súditos cristãos do Império português.** 2000. 351 p. Tese (doutorado em antropologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas - Campinas. 2000.

ALMEIDA, Débora Guimarães de. **Campo Alegre, presente: uma análise da formação do professor na escola do campo.** 2021. 92f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2021

ALEXANDRE, Maria Lúcia Bezerra da Silva. **Um cenáculo de letrados: sociabilidade, imprensa e intelectuais a partir da Arcádia Iguassuana de Letras (AIL) (Nova Iguaçu, - 1955-1970).** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História. – 2015.

ALVES, José Cláudio Souza. **Dos Barões ao Extermínio: uma História da Violência na Baixada Fluminense.** 2.ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

BENJAMIM, W. **Sobre o conceito de história.** In: _____. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Obras escolhidas, v. 1).

BATISTA, Allofs Daniel. **Da laranja ao golpe militar: política iguaçuana e o golpe civil-militar.** In.: GARCIA, Graciela; Sales, Jean; SILVA, Lúcia (Orgs.). *Capítulos de história da Baixada Fluminense.* Seropédica/RJ: Ed. da UFRRJ, 2013.

BATISTA, Allofs Daniel. **Onze Prefeitos em onze anos: o campo político iguaçuano nas páginas do Correio da Lavoura (1964 -1975)**. Dissertação (Mestrado em História) - UNIRIO, Rio de Janeiro, 2014.

BATISTA, Allofs Daniel. **Da laranja ao golpe: Nova Iguaçu e a instabilidade política nos primeiros anos do regime Civil-Militar**. 44f.: Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Monografia), Licenciatura em História UFRRJ-IM, Nova Iguaçu, RJ, 2011.

BAUER, Angélica de Sá. **Emancipações políticas e história da educação: os sistemas municipais de Ensino na Baixada Fluminense (1943-1955)**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Pedagogia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. T.A. QUEIROZ EDITORA, São Paulo, 1979.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos** (3a ed.). São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CASSAB, Latif A.; RUSCHEINSKY, Aloísio. **Indivíduo e ambiente: metodologia de pesquisa de história oral**. Biblos, Rio Grande, 16: 7-24, 2004

COSTA, Lindara Nobre da. **De normalista à professora: memória e identidade no Instituto de Educação Rangel Pestana**. monografia de conclusão de curso, Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro.2004.

COSTA, Claudia Patrícia de Oliveira. **“Então, como trabalhar a história da Cidade, Se a história da cidade está sendo apagada aos poucos”: sensibilidades e experiências no ensino da história local dos jovens municípios da Baixada Fluminense**. 2023.

CABRAL, Vivian da Silva. **Maria Rosa Paris e Augusto Monteiro Paris: experiências de magistério em Iguaçu (1875-1935)**. 2017. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias

CARVALHO, José Murilo. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual**, p.231. In: DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 40, n ° 2, 1997, p. 229-249.

CRUZ, Teresa Almeida. **Os processos de lutas e resistências dos povos indígenas do Brasil**. Revista. Ano: 2017, fev., Número: 9, pág. 145-163.

CUNHA, Luiz Antônio. **O Legado da Ditadura para a educação brasileira**. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 35, n. 127, p. 357-377, abr.-jun. 2014.

CUNHA, Luiz Antônio; GOÉS, Moacyr. **O Golpe na Educação**. 11. Ed. Rio de Janeiro, Jorge ZAHAR, 1999.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação e autoritarismo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1999.

DIAS, Amália. **Entre laranjas e letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012

DIAS, Amália Cristina; BORGES, Angélica; PINHEIRO, Marcos Cesar de Oliveira. **Grande Sertão Baixada e as veredas da historiografia da educação local**. Revista Linhas. Florianópolis, v. 22, n. 50, p. 29-58, set./dez. 2021

DIAS, Amalia; Borges, Angelica. (orgs). **História da educação do Recôncavo da Guanabara à Baixada Fluminense**. 1. ed. – Curitiba: Appris, 2023.

DRUMOND, Carlos de Andrade. **Alguma Poesia**. Editora Record: edição 15, 2022.

ESTEVES, Ana Paula da Silva. O Ginásio Leopoldo e o processo de institucionalização do ensino secundário no distrito-sede de Iguaçu (1930-1950). 2020. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) –Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: USP, 2006.

FERREIRA, Elenice Silva. **A história local e o seu lugar na pesquisa em história da educação**. Revista RBBA, V. 6 nº 01. p. 087 a 100. Vitória da Conquista, junho/2017.

FERREIRA, Elenice Silva. **A história local e o seu lugar na pesquisa em história da educação**. Revista RBBA, V. 6 nº 01. p. 087 a 100. Vitória da Conquista, junho/2017

FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucilia (orgs). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília (orgs.). **O Brasil Republicano: o Tempo do Regime Autoritário**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003, vol. IV.

FERREIRA; BITTAR. **A ditadura militar e a proletarianização dos professores**. Revista Cedes, Educ. Soc. Dez 2007.

FICO, Carlos. **O Golpe de 1964: Momentos Decisivos**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2014.

FORTE, José Matoso Maia. **Memória da Fundação de Iguassú**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1933.

GONDRA, José G. Para uma História do I Encontro de História da Educação o Rio de Janeiro. In: MENDONÇA, Ana Waleska Campos Pollo et.al. (Orgs). **História da Educação: desafios teóricos e empíricos**. Niterói, Rio de Janeiro. Editora da UFF, 2009

GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de Quilombolas: Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro - século XIX**. Campinas, Dissertação de Mestrado, IFCH/UNICAMP, 1992

GOMES, Renato dos Santos, 1971. **A educação do campo e o direito à educação das crianças e adolescentes no Município de Nova Iguaçu**. Dissertação (mestrado) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola, 2015

GOUVÊA, Fernando [Org.] **Da Baixada aos Andes: viagens e escalas pela Historiografia da Educação Latino-americana**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023.

GOVERNO MUNICIPAL. Correio da Lavoura, Nova Iguaçu, Ano IV, n. 168, 03 jun. 1920.

GUEDES, Jordania Rocha de Queiroz. **Escolas no Recôncavo da Guanabara. História do Processo de Escolarização no Município de Iguassú (1833-1862)**. Monografia, Faculdade de Educação, UERJ, Rio de Janeiro, 2009.

_____. **Cenário do processo de escolarização do recôncavo da Guanabara: a história de Iguassú (1833-1858)**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GRYNSZPAN, M. **Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)**. Rio de Janeiro, 1987. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

GRYNSZPAN, Mario. **Ação política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada Fluminense**. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignes (Orgs). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. Editora UNESP, V.1, Brasília, 2009.

HEBLING, Milene Cristina. **Memória e resistência: os professores no contexto da ditadura civil-militar (1964 – 1985)**. Dissertação (Mestrado em Educação). SÃO CARLOS: UFSCar, 2013.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Cengage Elarning, 2013.

HOBBSBAWM, Eric J. **A era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

IMPÉRIO BRASILEIRO. **Lei Imperial de 15 de outubro de 1827**. Disponível em: www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/u817/000007.html . Acesso em novembro de 2023.

IMPÉRIO BRASILEIRO. **Lei de Instrução Primária Província do Rio de Janeiro de 14 de dezembro de 1849**. Disponível em: www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/u818/000052.html. Acesso em novembro de 2023.

LEITE, Isabella de Mello. **A Formação dos Docente nas Escolas do Campo de Nova Iguaçu – RJ Um estudo sobre formação continuada SEMED**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares – PPGEDUC. Instituto Multidisciplinar – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, 2020.

LOBO, José Mauro. **A ditadura militar e a Baixada Fluminense: repressão, resistência e memória**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019.

LE GOFF, Jacques, **História e memória**. Campinas, Editora da Unicamp. (Reunião dos artigos do autor publicados na Enciclopédia Einaudi, 1990/2002.

LIBERTO, Armanda Álvaro (org.). **A escola regional de Meriti**. Rio de Janeiro: INEP-MEC, 1968

LIMA, Ivonete. **Repensando a educação e a sociedade na baixada fluminense: olhares de investigação e pesquisa**. Pesquisa em foco [revista eletrônica]: PROAPE- pesquisa: Marcelo Mariano Mazzi (org.). 1 ed. UNIABEU, Belford Roxo. 2013 pág. 74-89. Encontrado acesso em 13 de abr. 2019.

MATTOS, Marcelo Badaró de. **Novos e Velhos Sindicalismo no Rio de Janeiro (1955-1988)**. Rio de Janeiro, Vício de Leitura. 1988

MATUS, MODUAN. **História de Nova Iguaçu: recortes de uma cronologia ilustrada de 510 anos**. 1ª edição, Traço e Texto, Nova Iguaçu: RJ, 2018.

MIRANDA, Antônio Lisboa Carvalho de. **Poesia Ilustrada**. Disponível em <http://www.antoniomiranda.com.br/poesia_ilustrada/portugues/nova_iguacu.html>acesso em 10/ 01/2024

MIRANDA, Ana Carolina de Farias. **A marcha progressiva do ensino: processos de escolarização no município fluminense de Iguassú (1879 –1889)**. Dissertação (Mestrado em Educação) –Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020

MELO, Josimeire Medeiros Silveira de. **História da Educação no Brasil**; 2 ed. Fortaleza: UAB/IFCE, 2012

MOTA, Carlos Guilherme Santos Seroa da. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica**. 1975. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1975.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do; BEZERRA, Nielson Rosa. (orgs.). **Da Vila de Iguassú à Baixada Fluminense: histórias de um território**. 1 ed. Curitiba: Editora Prismas, 2019.

NOVA IGUAÇU. **De Iguassú a Nova Iguaçu. 170 anos (1833 – 2003)**. Textos de Ney Alberto e outros. Nova Iguaçu: Interanônima, 2003.

O 1º CENTENARIO DO MUNICÍPIO DE IGUASSÚ. Correio da Lavoura, Nova Iguaçu, Ano XVI, n.826, p.1, 15 jan. 1933.

PAIVA, Olga Marinho. **O curso normal do Instituto de Educação Rangel Pestana (1966-2011): espaço de memória e tradição na formação de professores em Nova Iguaçu**. Dissertação (Mestrado em Educação) UFRJ, Rio de Janeiro, 2012

PEIXOTO, A. Ruy. **Imagens Iguassuanas**. Rio de Janeiro: Ed. Autor, 1969.v.I

_____. **História Cronológica de Iguaçu**. Rio de Janeiro: Ed. Autor. Rio de Janeiro, 1970. Vol. 1.

PEREIRA, Waldick. **Cana, café e laranja**. Rio de Janeiro: FGV/SEC, 1977.

PEREIRA, Waldick. **Nova Iguaçu para o curso Normal**. Nova Iguaçu, Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 1969.

PEREIRA, Kimberly Araújo Gomes. **Mulheres no Recôncavo da Guanabara: professoras e escolas femininas em Estrela, Iguassú e Magé (1862 a 1872)**. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, UERJ, 2023.

PINHEIROS, Marcos Cesar de Oliveira. **Dos Comitês Populares Democráticos (1945-1947) aos Movimentos de Educação e Cultura Popular (1958-1964): uma história comparada / Marcos Cesar de Oliveira Pinheiro**. Rio de Janeiro: UFRJ/IH/Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2014.

POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História, São Paulo, n. 14, 1997.

PREFEITURA DE IGUASSÚ. Correio da Lavoura. Nova Iguaçu, Ano XIV, n. 715. 27 nov. 1930.

PREFEITURA DE NOVA IGUASSÚ. Correio da Lavoura. Nova Iguaçu, Ano IV, n. 157, 22 mar. 1920.

PREFEITURA MUNICIPAL. Correio da Lavoura. Nova Iguaçu, Ano III, n.142, p.2, 04 dez. 1919.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUASSÚ. Correio da Lavoura. Nova Iguaçu, Ano XVI, n.784, 22, MAR 1932

QUINTANA, Mário. **Eu passarinho.** Editora Ática: 2ª edição, 2019.

REIS FILHO, D.A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R.P. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra Cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político.** 1 Edição: Editora e Livraria Caminhos, 2021.

RIO DE JANEIRO (ESTADO). SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Niterói, Imprensa Oficial, p. 50-53, 1977. **Diagnóstico socioeconômico-educacional.**

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RIO DE JANEIRO (ESTADO). SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS. **Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV),** 2014.

RIO DE JANEIRO (ESTADO). SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **Diagnóstico socioeconômico-educacional.** Niterói, Imprensa Oficial, p. 31, 1977.

RODRIGUES, Adriano Oliveira. **De Maxambomba à Nova Iguaçu (1833-90's): Economia e território em processo.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2006.

SANA, Peter. **A dimensão educativa do pensamento e da ação de D. Adriano Hypólito nas lutas sociais da Baixada Fluminense no período da ditadura militar (1964-1985).** 2015. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2015.

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil.** São Paulo, Boitempo Editorial/ UFRJ, 2011.

SANTOS, Gabriel Ferreira da Silva dos. **A exclusão social no territorial iguaçuano: questões relacionadas à saúde, educação e moradia.** Monografia. - Departamento de Geografia – IM/UFRRJ, 2019.

SARAMAGO, José de Sousa. **Cadernos de Lanzarote,** Escrito: 1994.

SOUZA, Sonali Maria de. **Da laranja ao lote; transformações sociais em Nova Iguaçu.** Rio de Janeiro, Museu Nacional, PPGAS Dissertação de Mestrado, 1992

SILVA, Percival Tavares. **MAB (1972-1992): relação vanguarda-base-massa práxis educativas**. Dissertação (Mestrado em educação), IESAE/FGV, Rio de Janeiro, 1993.

SÁ, Gabriel de. **Milton Nascimento foi observado pelo Serviço Nacional de Informações**. Estado de Minas, 9 de julho de 2023.

SILVA, Percival Tavares. **Bolsas de estudo no ensino fundamental privado, entre à universalidade de direito à educação e o clientelismo na educação: o caso de Nova Iguaçu/RJ**. Tese (Doutorado em Educação) – USP, São Paulo, 2010.

SILVA, Claudiane Torres da. **Justiça do Trabalho e Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985): atuação e memória**. (Dissertação de Mestrado). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010.

SALES, Jean; FORTES, Alexandre (Orgs.). **A Baixada Fluminense e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 2022.

SALES, Jean Rodrigues; FORTES, Alexandre. **A administração escolar no período do regime militar no Brasil (1964-1984)**. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 95, p. 135-156, jan./abr. 2006.

SÓTENOS, Abner Francisco. **O Movimento Amigos de Bairro (MAB) no Rio de Janeiro: seu surgimento, desenvolvimento e a visão da comunidade de informações no período de distensão política (1974-1982)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – UFRJ/PPGHIS, Rio de Janeiro. 2013.

STANLEY, Jason. **Apagando a História: Como os Fascistas Reescrevem o Passado Para Controlar o Futuro**. Editora: L&PM, 2025.

SIMÕES, Manoel Ricardo. **A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense**. Mesquita: Ed. Entorno, 2007. 300p.

STASSEN, B. M. **Instituto de Educação Santo Antônio: um Instituto alemão em Nova Iguaçu**, Rio de Janeiro. 2018 jul./ dez.; 09 (2): SUPLEMENTOS 56-61.

TORRES, Gênesis. **Baixada Fluminense: a construção de uma sociedade: sociedade, economia e política**. IPHB, Ed., 2004.

TORRES et al. Educação na Periferia de São Paulo: ou como pensar as desigualdades educacionais? In: RIBEIRO, L.C.Q; KAZTMAN, R. **A cidade contra a escola: segregação urbana e desigualdades educacionais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2008.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Caminho Novo: a longa duração**. Varia História. Belo Horizonte, n. 21, jul. 1999.

5.1 ACERVOS DOCUMENTAIS

Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

Hemeroteca Digital - Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Centro de Documentação e Imagem – CEDIM – (UFRRJ).

Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu (IHGNI).

Arquivo pessoal de Eliete Fernandes Teles de Menezes.

5.2 PERÍODICOS

CORREIO DA LAVOURA, Nova Iguaçu, 12 de mai. 1978.

CORREIO DA LAVOURA, Nova Iguaçu, 18 de jun.1978

CORREIO DA LAVOURA, Nova Iguaçu, 20 de mai. 1979.

CORREIO DA LAVOURA, Nova Iguaçu,22 de jul. 1979

CORREIO DA LAVOURA, Nova Iguaçu, 12 de ago. 1978.

CORREIO DA LAVOURA, Nova Iguaçu, 15 de ago. 1979.

ÚLTIMA HORA, 14 de maio de 1964.

FERREIRA, Flávia. Todo poder aos professores. MEDIUM, 2015.

FERREIRA, Flávia. Geografia da ditadura. MEDIUM, 2015.

FOLHA DIRIGIDA, 17 de dezembro de 2014. “E a luta continua- (entrevista do diretor Antônio Rodrigues).

5.3 ENTREVISTAS

DAVID, Salomão Baroud. Entrevista concedida a Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu, 2025. Arquivo disponível em mp3

ABRANCHES, VERA. Entrevista concedida a Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu, 2024-2025. Arquivo disponível em mp3

MENEZES, Eliete. Entrevista concedida a Eduardo Jordan da Silva Aguiar. Nova Iguaçu, 2022-2025.Arquivos disponíveis em mp3.

Apêndice A– Outras produções relevantes na área de História da Educação de Nova Iguaçu e da Baixada Fluminense.

Ainda, em termos de produções acadêmicas de importância para desvendar História da Educação de Nova Iguaçu temos a dissertação de Ana Paula da Silva Esteves (2020) **O Ginásio Leopoldo e o processo de institucionalização do ensino secundário no distrito-sede de Iguaçu(1930-1950)**, que além de trazer a história do Colégio Leopoldo aborda o ensino secundário na região. Ainda temos o texto Vivian da Silva Cabral (2017) **‘Maria Rosa Paris e Augusto Monteiro Paris: experiências de magistério em Iguaçu (1875-1935)’** que traz a experiência de dois professores importantes para a Educação Pública de NI. Outrossim, a dissertação de Isabela Bolorini Jara (2017) **‘O fazer-se Estado e fazer-se magistério em Iguaçu: funcionarizarão, agências e experiências (1895-1925)’** aborda, entre outras temáticas, o magistério em NI.

Também de grande importância a tese de Katia Maria Soares (2016) **Pelos narradores da solidão: marcas do integralismo nas memórias sobre a educadora Aurélia De Souza Braga (Belford Roxo, 1930-1945)** que foca na vida da educadora Aurélia Braga e suas ações alfabetizadoras e de assistência à criança, no distrito de Belford Roxo, em Nova Iguaçu. Foge um pouco da educação formal, mas dialoga e pondera a ineficácia do Estado em promover atendimento educacional a uma camada mais periférica da cidade.

A Dissertação da Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre (2015) **Um cenáculo de letrados: Sociabilidade, imprensa e Intelectuais a partir da Arcádia Iguassuana de Letras (AIL) (Nova Iguaçu, 1955-1970)** faz uma análise da intelectualidade iguaçuana e da Arcadia Iguassuana que foi um local de cultura, literatura e educação em NI.

Olga Marinho Paiva (2012) e sua **dissertação O curso normal do Instituto de Educação Rangel Pestana(1966-2011):espaço de memória e tradição na formação de professores em Nova Iguaçu** explana a história do IERP, desde sua construção e, ainda, problematiza sua relação com a comunidade local e sua tradição.

Outro texto que aborda a escolarização da Vila de Iguassú é o de Ana Carolina de Farias(2020) **A marcha progressiva do ensino: processos de escolarização no município fluminense de Iguassú (1879 –1889)** que busca compreender os processos de escolarização e as forças políticas locais.

Outra peça importante é o texto monográfico de Angélica de Sá Bauer (2016) **Emancipações políticas e história da educação: os sistemas municipais de Ensino na**

Baixada Fluminense (1943-1955) que está intimamente ligado a história da educação de Nova Iguaçu e suas emancipações.

O texto de Peter Sana (2015) **A dimensão educativa do pensamento e da ação de D. Adriano Hypólito nas lutas sociais da Baixada Fluminense no período da ditadura militar (1964-1985)** faz uma análise sobre as ações do Bispo de Nova Iguaçu em relação a educação. Não obstante, temos a dissertação de Kimberly Araújo Gomes Pereira (2023) **Mulheres no, trajetórias e reflexões Recôncavo da Guanabara: professoras e escolas femininas em Estrela, Iguassú e Magé (1862 a 1872)** ressalta o trajeto e importância de mulheres no processo de escolarização em Nova Iguaçu e outros municípios.

A pesquisa da professora Ivonete Lima (2013) **Repensando a educação e a sociedade na baixada fluminense: olhares de investigação e pesquisa** acerca da história da educação na Baixada Fluminense, também, traça um levantamento de escolas, institutos e instituições educacionais para a região. Outra questão importante é a tese do professor Marcos Cesar de Oliveira Pinheiro (2014) **Dos Comitês Populares Democráticos (1945-1947) aos Movimentos de Educação e Cultura Popular (1958-1964): uma história comparada**, que aborda organização política e educação popular dos Comitês Populares Democráticos entre 1945 e 1947.

O Professor Flávio Anício Andrade (2023) escreveu um artigo **Coitadas das Crianças: Começam as aulas na Baixada: um retrato da educação brasileira em tempos autoritários**, que versa sobre a educação na Baixada Fluminense, no contexto da Ditadura Militar em diálogo com o Jornal da Baixada. No que tange a cultura afro-brasileira e a educação antirracistas, temos a dissertação Alessandra Maria Almeida Aguar (2015) **Batuques de candomblé: histórias de cinco ialorixás do candomblé da Baixada Fluminense para repensar a educação**, obra que trouxe novas abordagens para a educação em uma perspectiva multicultural.

A dissertação de Maiza da Silva Francisco (2019) **A escolarização do negro no Brasil: possíveis trajetórias** aborda a invisibilidade do negro na historiografia educacional brasileira e, indiretamente, essa questão em NI.

O texto original de Eloisa Lopes de Oliveira (2015) **4 Mulheres e o Encontro na Educação para as Relações raciais** traz uma perspectiva genuína no que tange a educação antirracista, em Nova Iguaçu, ao dialogador com duas mães-de-santo da cidade de NI. Nessa perspectiva o grupo de estudos LEAFRO – Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – NEABI/UFRRJ tem feitos grandes avanços na produção bibliográfica da

historicidade da população negra e a educação em NI. A partir deste panorama, o texto **Docência E Estratégias Educacionais Negras (Formais e Informais) de inserção social no recôncavo da Guanabara**, Santos (2023) analisa as estratégias educacionais que os “de baixo” articulavam para frequentar os bancos escolares de estabelecimentos de ensino públicos. O foco é a trajetória de três professores negros que atuaram, no período do Império, nas escolas públicas dos municípios de Iguaçu, Magé e Estrela.

A Dissertação de Sônia Ferreira Martins (2020) **A Educação do Campo como ferramenta pela permanência na terra - a experiência de Campo Alegre** narra a luta pela Educação do Campo em Nova Iguaçu, tendo como foco a escola de Campo Alegre. Acima de tudo, a importância dessa obra se deve ao fato de, Sônia ser uma liderança popular, desde a década 1960, com participação ativa na Comissão Pastoral da Terra e na luta, em diversos assentamentos em Nova Iguaçu.

Seguindo a temática de Educação do campo temos a dissertação de Ramofly Bicalho dos Santos (2003) **Alfabetização de jovens e adultos nos Acampamentos e Assentamentos do MST na Baixada Fluminense** que dá proeminência em debates entorno da Educação do Campo em Nova Iguaçu e Baixada. Ainda, nessa mesma ótica, a dissertação de Débora Guimarães de Almeida (2021) **Campo Alegre, presente: uma análise da formação do professor na escola do campo** faz uma importante análise da escola gestada em um assentamento em Campo Alegre, Nova Iguaçu, ressaltando suas lutas e obstáculos em busca de uma Educação do Campo de qualidade.

Ainda, listamos o texto de Clodoaldo Ferreira Oliveira do Sacramento (2018) **Escolas do Campo, Memória, Paisagem Geográficas em Nova Iguaçu e Reserva Biológica do Tinguá** que trabalha a memória da Escola Municipal Vale do Tinguá na perspectiva da luta pela Educação do Campo na cidade. Dando seguimento, a dissertação da Isabella de Mello Leite (2020) com seu texto **‘A Formação dos Docente nas Escolas do Campo de Nova Iguaçu – RJ Um estudo sobre formação continuada SEMED/NI’** nos relata o processo de consolidação da Educação do Campo no município de Nova Iguaçu, regimentos, legislações, e a formação continuada das escolas do campo.

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido dos entrevistados: Eliete Menezes, Salomão Baroud David e Vera Abranches.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Campus Seropédica
Instituto de Educação
Departamento de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e
Demandas Populares



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa intitulada "Entre o giz, o fuzil e a memória: as/os professoras/es em Nova Iguaçu durante a ditadura militar (1964-1985)". O objetivo geral desta pesquisa é analisar os impactos da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) na educação da cidade de Nova Iguaçu, Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. A metodologia se baseia no seguinte tripé organizacional: (a) história da educação local ligada à política local, (b) a memória dos sujeitos (professores/as, alunos/as e diretores/as) e (c) as consequências da Ditadura, no âmbito educacional de Nova Iguaçu. De forma evidente, utilizaremos entrevistas como tentativa de capturar a memória e a história dos sujeitos que estavam nas escolas, em diferentes funções, no arco de tempo de 1964 a 1985. O pesquisador responsável por esta pesquisa é Eduardo Jordan da Silva Aguiar, ele é Professor da Secretaria Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro e doutorando do PPGEDUC da UFRJ.

Você receberá os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo, em favor de não identificá-lo(a). (Basear-se na Resolução CNS 510/2016, Art. 9, V e Art. 17, IV sobre identificação dos participantes).

As informações serão obtidas da seguinte forma: apresentação da proposta de trabalho, coleta de dados por meio de entrevista individual, aberta, sobre as histórias e as experiências pessoais, sem limite de tempo determinado, em que as perguntas serão gravadas, apenas por áudio, com o uso do aplicativo de gravação do celular ou em conversas por aplicativos, a ser realizada na cidade de Nova Iguaçu - RJ. A sua participação não envolve riscos previsíveis. A sua participação pode ajudar os pesquisadores a entender melhor os estudos sobre história e memória, pois representam a maneira pela qual (ou as maneiras pelas quais) a humanidade desenvolve mecanismos de conservação das informações, isto é, a forma com que armazenamos, individual ou coletivamente, os conhecimentos selecionados que representa um período determinado tanto de maneira concreta, através da análise documental, por exemplo, quanto de forma subjetiva, a partir das investigações mnemônicas, ou cognitivas, pessoais ou por grupos, essenciais aos estudos da história da educação como para a História da Educação de Nova Iguaçu.

Você está sendo consultado sobre seu interesse e disponibilidade de participar desta pesquisa. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não acarretará penalidade alguma.

Você não será remunerado por ser participante da pesquisa. Se houver gastos com transporte ou alimentação, eles serão ressarcidos pelo pesquisador responsável. Todas as informações obtidas por meio de sua participação serão de uso exclusivo para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do/da pesquisador/a responsável. Caso a pesquisa resulte em dano pessoal, o ressarcimento e indenizações previstos em lei poderão ser requeridos pelo participante. Os pesquisadores poderão informar os resultados ao final da pesquisa que serão compartilhados através da tese de doutoramento e artigos científicos relacionados ao tema em questão.

Caso você tenha qualquer dúvida com relação à pesquisa, entre em contato com o pesquisador através do telefone (21) 97621-4162, pelo e-mail: eduardojordansa@yahoo.com.br e endereço profissional/institucional: Rua Ângico, sn - Jardim - Boa Esperança, Nova Iguaçu - RJ, 26023-100.

Este estudo foi analisado e aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) sob o registro CAAE _____. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir o bem-estar, a dignidade, os direitos e a

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
Rodovia BR 465, Km 07 - Ufrj, Seropédica - RJ. CEP: 23890-000
Telefone: (21) 2681-4962
inieduc@ufrj.br

Rubrica do Pesquisador Principal	Rubrica do(a) Participante da Pesquisa
----------------------------------	--



Digitalizado com CamScanner

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Campus Seropédica
Instituto de Educação
Departamento de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e
Demandas Populares



segurança de participantes de pesquisa; bem como assegurando a participação do(a) pesquisador(a) sob os mesmos aspectos éticos.

Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, situada na BR 465, km 7, Seropédica, Rio de Janeiro, pelo telefone (21) 2681-4749 de segunda a sexta, das 09:00 às 16:00h, pelo e-mail: eticacep@ufrrj.br ou pessoalmente às terças e quintas das 09:00 às 16:00h.

No caso de aceitar participar da pesquisa, você e o pesquisador devem rubricar todas as páginas e também assinar as duas vias deste documento. Uma via é sua e a outra via ficará com o(a) pesquisador(a).

Para mais informações sobre os direitos dos participantes de pesquisa, leia a **Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa** elaborada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), disponível no site:

http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf

Consentimento do participante

Eu, abaixo assinado, entendi como é a pesquisa, tirei dúvidas com o(a) pesquisador(a) e aceito participar, sabendo que posso desistir a qualquer momento, mesmo depois de iniciar a pesquisa. Autorizo a divulgação dos dados obtidos neste estudo, desde que mantida em sigilo minha identidade. Informo que recebi uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e assinadas por mim e pelo Pesquisador Responsável.

Nome do(a) participante: Eliete Fernandes Ângelo Telles de Menezes

Assinatura: Eliete Fernandes Ângelo Telles de Menezes local e data: 01/08/2025

Declaração do pesquisador

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária, o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante (ou representante legal) para a participação neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Nome do Pesquisador: EDUARDO JORDAN DA SILVA AGUIAR

Assinatura: Eduardo Jordan da S. Aguiar Local/data: 01/08/2025

Nome do auxiliar de pesquisa/testemunha (Se houver): _____

Assinatura: _____ Local/data: _____

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
Rodovia BR 465, Km 07 - Ufrj, Seropédica - RJ. CEP: 23890-000
Telefone: (21) 2681-4862
prograd_dra@ufrrj.br

Rubrica do Pesquisador Principal

Rubrica do(a) Participante da Pesquisa



Digitalizada com CamScanner

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Campus Seropédica
Instituto de Educação
Departamento de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e
Demandas Populares



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa "ENTRE O GIZ, O FUZIL E A MEMÓRIA: AS/OS PROFESSORAS/ES EM NOVA IGUAÇU DURANTE A DITADURA MILITAR (1964-1985). O objetivo dessa pesquisa é analisar os impactos da Ditadura Militar na educação na cidade de Nova Iguaçu e, principalmente, resgatar a memória das/os professoras/es que resistiram às repressões locais. O pesquisador responsável por esta pesquisa é Eduardo Jordan da Silva Aguiar, ele é Professor, da Secretaria Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro.

Você receberá os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo, em favor de não identificá-lo(a). (Basear-se na Resolução CNS 510/2016, Art. 9, V e Art. 17, IV sobre identificação dos participantes).

As informações serão obtidas da seguinte forma: apresentação da proposta de trabalho, coleta de dados por meio de entrevista individual, aberta, sobre as histórias e as experiências pessoais, sem limite de tempo determinado, em que as perguntas serão gravadas, apenas por áudio, com o uso do aplicativo de gravação do celular, no Instituto Estadual Rangel Pestana, localizada na cidade de Nova Iguaçu – RJ. A sua participação não envolve riscos previsíveis. A sua participação pode ajudar os pesquisadores a entender melhor os estudos sobre história e memória, pois representam a maneira pela qual (ou as maneiras pelas quais) a humanidade desenvolve mecanismos de conservação das informações, isto é, a forma com que armazenamos, individual ou coletivamente, os conhecimentos selecionados que representa um período determinado tanto de maneira concreta, através da análise documental, por exemplo, quanto de forma subjetiva, a partir das investigações mnemônicas, ou cognitivas, pessoais ou por grupos, essenciais aos estudos da história da educação e o objeto desse estudo.

Você está sendo consultado sobre seu interesse e disponibilidade de participar desta pesquisa. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não acarretará penalidade alguma.

Você não será remunerado por ser participante da pesquisa. Se houver gastos com transporte ou alimentação, eles serão ressarcidos pelo pesquisador responsável. Todas as informações obtidas por meio de sua participação serão de uso exclusivo para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do/da pesquisador/a responsável. Caso a pesquisa resulte em dano pessoal, o ressarcimento e indenizações previstos em lei poderão ser requeridos pelo participante. Os pesquisadores poderão informar os resultados ao final da pesquisa que serão compartilhados através da tese de doutoramento e artigos científicos relacionados ao tema em questão.

Caso você tenha qualquer dúvida com relação à pesquisa, entre em contato com o pesquisador através do telefone (21) 976214162, pelo e-mail: eduardojordansa@yahoo.com.br e endereço profissional/institucional: Rua Ângico, sn - Jardim - Boa Esperança, Nova Iguaçu - RJ, 26023-100.

Este estudo foi analisado e aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) sob o registro CAAE _____ . O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir o bem-estar, a dignidade, os direitos e a segurança de participantes de pesquisa; bem como assegurando a participação do(a) pesquisador(a) sob os mesmos aspectos éticos.

Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
Rodovia BR 465, Km 07 - Ufrj, Seropédica - RJ. CEP: 23890-000
Telefone: (21) 2681-4862
prograd_dra@ufrj.br

Rubrica do Pesquisador Principal	Rubrica do(a) Participante da Pesquisa
----------------------------------	--

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Campus Seropédica
Instituto de Educação
Departamento de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e
Demandas Populares



situada na BR 465, km 7, Seropédica, Rio de Janeiro, pelo telefone (21) 2681-4749 de segunda a sexta, das 09:00 às 16:00h, pelo e-mail: eticacep@ufrj.br ou pessoalmente às terças e quintas das 09:00 às 16:00h.

No caso de aceitar participar da pesquisa, você e o pesquisador devem rubricar todas as páginas e também assinar as duas vias deste documento. Uma via é sua e a outra via ficará com o(a) pesquisador(a).

Para mais informações sobre os direitos dos participantes de pesquisa, leia a **Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa** elaborada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), disponível no site:

http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf

Consentimento do participante

Eu, abaixo assinado, entendi como é a pesquisa, tirei dúvidas com o(a) pesquisador(a) e aceito participar, sabendo que posso desistir a qualquer momento, mesmo depois de iniciar a pesquisa. Autorizo a divulgação dos dados obtidos neste estudo, desde que mantida em sigilo minha identidade. Informo que recebi uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e assinadas por mim e pelo Pesquisador Responsável.

Nome do(a) participante: Salomão Baroud David

Assinatura: Salomão Baroud David local e data: 15/07/2025

Declaração do pesquisador

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária, o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante (ou representante legal) para a participação neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

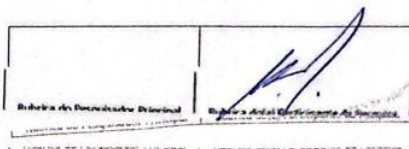
Nome do Pesquisador: EDUARDO JORDAN DA SILVA ALVARES

Assinatura: Eduardo Jordan da Silva Alvares Local/data: 15/07/2025

Nome do auxiliar de pesquisa/testemunha (Se houver): _____

Assinatura: _____ Local/data: _____

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
Rodovia BR 465, Km 07 - Ufrj, Seropédica - RJ. CEP: 23890-000
telefone: (21) 2681-4749
prograd_dra@ufrj.br



Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Campus Seropédica
Instituto de Educação
Departamento de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e
Demandas Populares



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa intitulada "Entre o giz, o fuzil e a memória: as/os professoras/es em Nova Iguaçu durante a ditadura militar (1964-1985)". O objetivo geral desta pesquisa é analisar os impactos da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) na educação da cidade de Nova Iguaçu, Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. A metodologia se baseia no seguinte tripé organizacional: (a) história da educação local ligada à política local, (b) a memória dos sujeitos (professores/as, alunos/as e diretores/as) e (c) as consequências da Ditadura, no âmbito educacional de Nova Iguaçu. De forma evidente, utilizaremos entrevistas como tentativa de capturar a memória e a história dos sujeitos que estavam nas escolas, em diferentes funções, no arco de tempo de 1964 a 1985. O pesquisador responsável por esta pesquisa é Eduardo Jordan da Silva Aguiar, ele é Professor da Secretaria Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro e doutorando do PPGEDUC da UFRJ.

Você receberá os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo, em favor de não identificá-lo(a). (Basear-se na Resolução CNS 510/2016, Art. 9, V e Art. 17, IV sobre identificação dos participantes).

As informações serão obtidas da seguinte forma: apresentação da proposta de trabalho, coleta de dados por meio de entrevista individual, aberta, sobre as histórias e as experiências pessoais, sem limite de tempo determinado, em que as perguntas serão gravadas, apenas por áudio, com o uso do aplicativo de gravação do celular ou em conversas por aplicativos, a ser realizada na cidade de Nova Iguaçu – RJ. A sua participação não envolve riscos previsíveis. A sua participação pode ajudar os pesquisadores a entender melhor os estudos sobre história e memória, pois representam a maneira pela qual (ou as maneiras pelas quais) a humanidade desenvolve mecanismos de conservação das informações, isto é, a forma com que armazenamos, individual ou coletivamente, os conhecimentos selecionados que representa um período determinado tanto de maneira concreta, através da análise documental, por exemplo, quanto de forma subjetiva, a partir das investigações mnemônicas, ou cognitivas, pessoais ou por grupos, essenciais aos estudos da história da educação como para a História da Educação de Nova Iguaçu.

Você está sendo consultado sobre seu interesse e disponibilidade de participar desta pesquisa. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não acarretará penalidade alguma.

Você não será remunerado por ser participante da pesquisa. Se houver gastos com transporte ou alimentação, eles serão ressarcidos pelo pesquisador responsável. Todas as informações obtidas por meio de sua participação serão de uso exclusivo para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do/da pesquisador/a responsável. Caso a pesquisa resulte em dano pessoal, o ressarcimento e indenizações previstos em lei poderão ser requeridos pelo participante. Os pesquisadores poderão informar os resultados ao final da pesquisa que serão compartilhados através da tese de doutoramento e artigos científicos relacionados ao tema em questão.

Caso você tenha qualquer dúvida com relação à pesquisa, entre em contato com o pesquisador através do telefone (21) 97621-4162, pelo e-mail: eduardojordansa@yahoo.com.br e endereço profissional/institucional: Rua Ângico, sn - Jardim - Boa Esperança, Nova Iguaçu - RJ, 26023-100.

Este estudo foi analisado e aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) sob o registro CAAE _____. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir o bem-estar, a dignidade, os direitos e a

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
Rodovia BR 465, Km 07 - Ufrj, Seropédica - RJ. CEP: 23890-000
Telefone: (21) 2681-4962
eduardojordansa@ufrj.br

Rubrica do Pesquisador Principal	Rubrica do(a) Participante da Pesquisa
----------------------------------	--



Digitalizada com CamScanner

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Campus Seropédica

Instituto de Educação

Departamento de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares



de participantes de pesquisa; bem como assegurando a participação do(a) pesquisador(a) sob os mesmos aspectos éticos.

Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, situada na BR 465, km 7, Seropédica, Rio de Janeiro, pelo telefone (21) 2681-4749 de segunda a sexta, das 09:00 às 16:00h, pelo e-mail: eticacep@ufrj.br ou pessoalmente às terças e quintas das 09:00 às 16:00h.

No caso de aceitar participar da pesquisa, você e o pesquisador devem rubricar todas as páginas e também assinar as duas vias deste documento. Uma via é sua e a outra via ficará com o(a) pesquisador(a).

Para mais informações sobre os direitos dos participantes de pesquisa, leia a **Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa** elaborada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), disponível no site:

http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf

Consentimento do participante

Eu, abaixo assinado, entendi como é a pesquisa, tirei dúvidas com o(a) pesquisador(a) e aceito participar, sabendo que posso desistir a qualquer momento, mesmo depois de iniciar a pesquisa. Autorizo a divulgação dos dados obtidos neste estudo, desde que mantida em sigilo minha identidade. Informo que recebi uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e assinadas por mim e pelo Pesquisador Responsável.

Nome do(a) participante: Vera Abranches

Assinatura: Vera Abranches local e data: 30/07/2025

Declaração do pesquisador

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária, o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante (ou representante legal) para a participação neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Nome do Pesquisador: EDUARDO JORDAN DA SILVA AGUIAR

Assinatura: Eduardo Jordan da S. Aguiar Local/data: 30/07/2025

Nome do auxiliar de pesquisa/testemunha (Se houver): _____

Assinatura: _____ Local/data: _____



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
Rod. Via EF-465, km 07 - Ufrj, Seropédica - RJ, CEP-23895-000
Telefone: (21) 2681-4862
prograd_dra@ufrj.br

Rubrica do Pesquisador Principal	Rubrica do(a) Participante da Pesquisa
----------------------------------	--